

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

ANDRE CORRÊA BARROS

MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO RECENTE: UMA ANÁLISE
DAS CONDIÇÕES DA APROXIMAÇÃO AO “PLENO EMPREGO”

OSASCO

2018

ANDRÉ CORRÊA BARROS

**MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO RECENTE: UMA ANÁLISE
DAS CONDIÇÕES DA APROXIMAÇÃO AO “PLENO EMPREGO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho

Osasco

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco
e Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B277m BARROS, André Corrêa

Mercado de trabalho brasileiro recente: uma análise das condições da aproximação ao pleno emprego / André Corrêa Barros. - 2018.
106 f. :il.

Dissertação (Mestrado em Economia e Desenvolvimento) -
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política,
Economia e Negócios, Osasco, 2018.
Orientador: Marcelo Soares de Carvalho.

1. Política de pleno emprego. 2. Mercado de trabalho. 3.
Desemprego. 4. Brasil - Economia. 5. Desenvolvimento
econômico. I. Carvalho, Marcelo Soares de, II. Dissertação -
Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 331

Aos meus pais, família e esposa, por
todo o apoio, carinho e perseverança.

“Se o dinheiro for a sua esperança de independência, você jamais a terá. A única segurança verdadeira consiste numa reserva de sabedoria, de experiência e de competência. ”

(Henry Ford)

“Aprendi através da experiência amarga a suprema lição: controlar minha ira e torná-la como o calor que é convertido em energia. Nossa ira controlada pode ser convertida numa força capaz de mover o mundo. ”

(Mahatma Gandhi)

AGRADECIMENTOS

Ao aceitar entrar na seara acadêmica da pós-graduação não imaginava o quão desafiador seria concluí-la, certamente foi o período mais intenso e turbulento pelo qual já passei em toda minha vida até o presente momento. Foram horas e horas de estudo, dedicação e perseverança, principalmente nos momentos em que, considerando o mínimo de sensatez, a desistência me parecia o melhor caminho. Sendo assim, fui obrigado a superar dificuldades e incertezas ao longo de todo o processo e, por isso, escrevo este simples texto de agradecimento lembrando de todos os que participaram diretamente, me apoiando e encorajando quando não mais possuía condições de seguir sozinho. Assumindo o risco da possibilidade de esquecer uma ou outra pessoa, bem como transformar esse texto muito extenso, começo agradecendo:

À Deus pela oportunidade que me foi dada e também por suprir todas as necessidades que me ocorreram ao longo de toda minha existência.

Aos meus pais, Pedro e Cristina; e irmão, Felipe; que nos momentos difíceis me sustentaram nessa jornada por meio do apoio incondicional dispensado a mim, principalmente quando tudo parecia estar perdido e sem sentido.

Ao meu mentor e companheiro de muitas batalhas Fernando Lima, por ser o idealizador da ideia de seguir os estudos por meio do mestrado, bem como todo o ensinamento e experiência compartilhada ao longo de mais de 4 anos de trabalho.

Aos companheiros de DIEESE, com que pude compartilhar boas experiências que inclusive foram de extrema importância para a conclusão deste trabalho.

Aos colegas de mestrado com os quais tive a oportunidade de conviver ao longo dessa jornada, compartilhando aprendizado e desenvolvendo muitas teorias da conspiração.

Ao grande Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho, que prontamente aceitou o desafio de orientar essa jornada rumo ao desconhecido e confiar mais na minha capacidade do que eu mesmo. Sem as cobranças, incentivos e reuniões estes agradecimentos nunca seriam feitos.

Aos demais professores do mestrado; Prof. Dr. Claudia Tessari; Prof. Dr. Daniel Feldmann; Prof. Dr. Daniela Vaz; Prof. Dr. Diogo Mendonça; Prof. Dr. Paulo de Sá Porto; Prof. Dr. Sidival Guidugli; Prof. Dr. Veneziano Araújo; Prof. Dr. Murilo Neto; Prof. Dr. Flávio Tayra

e; Prof. Dr Alberto Handfas. Agradeço por todo conhecimento compartilhado e pelas discussões encampadas em sala de aula.

À Ágda Paloma, que no decorrer desse processo passou de namorada para esposa. Agradeço por todo apoio e compaixão dispensada a mim nos momentos em que mais precisei, por estar sempre ao meu lado e, principalmente por suportar todo o estresse, mau humor e ausências durante o desenvolvimento desse trabalho, sempre com palavras inspiradoras e com muito amor.

Por fim, volto ao primeiro agradecimento para dizer que sou infinitamente grato a Deus por ter colocado todas as pessoas acima citadas em minha vida.

Sumário

ÍNDICE DE TABELAS	10
ÍNDICE DE GRÁFICOS	11
RESUMO	12
Abstract	13
INTRODUÇÃO	14
1 MERCADO DE TRABALHO EM CORRENTES TEÓRICAS	16
1.1 O PROBLEMA DO DESEMPREGO	26
1.2 PLENO EMPREGO: INTERESSES POLÍTICOS E SUBDESENVOLVIMENTO	43
2 A DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA	50
2.1 ASPECTOS MACROECONOMICOS DOS ANOS 2000.....	51
2.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	63
2.2.1 Elementos da Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro	64
2.2.2 O Mercado e Trabalho Brasileiro Desde a Década de 1990	69
3 ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO	73
3.1 O “PLENO EMPREGO” BRASILEIRO	73
3.2 DADOS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SEGUNDO A PME-IBGE.....	85
CONCLUSÃO	99
REFERÊNCIAS.....	102

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - Taxa de variação do PIB e componentes selecionados demanda agregada – BRASIL 2000 – 2015*	57
TABELA 2 - Variação salário médio real, INPC e índice de correção do salário mínimo – BRASIL 2002 - 2015 (%)	75
TABELA 3 - Distribuição da população desocupada por grupamentos de atividade – BRASIL 2002 - 2015 (%)	88
TABELA 4 - Distribuição da população ocupada por grupamentos de atividade – BRASIL 2002 - 2015 (%)	89
TABELA 5 - Distribuição da população ocupada por posição na ocupação – BRASIL 2002 - 2015 (%)	91
TABELA 6 - Distribuição da população ocupada por posição na ocupação e grupamento de atividade – BRASIL anos selecionados (%)	92
TABELA 7 - Distribuição da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal – BRASIL 2002 - 2015 (%)	93
TABELA 8 - Média geométrica do rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido, pelas pessoas ocupadas no trabalho principal da semana de referência BRASIL 2002-2014 (%)	95

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Evolução do estoque de reservas internacionais (US\$ - Mi) x Evolução dívida externa bruta (% do PIB) – BRASIL 1999 – 2015.....	54
GRÁFICO 2 - Importações totais, bens de capital, bens intermediários e bens de consumo – BRASIL 2000 - 2015 (Em Milhões (US\$))	60
GRÁFICO 3 – PIB a preços de mercado, despesa de consumo das famílias e FBCF – BRASIL 2003 - 2015 (Base: média 1995 = 100) (Número-índice)	62
GRÁFICO 4 - Evolução do número de trabalhadores formais e crescimento médio do PIB – BRASIL (Milhões).....	78
GRÁFICO 5 - Taxa de desemprego por tipo - BRASIL (2009 - 2013)* (%).....	80
GRÁFICO 6 - Evolução do número de pessoas em idade ativa, economicamente ativas e nível de ocupação – BRASIL 2002-2015 (Milhões).....	86
GRÁFICO 7 Evolução do número de pessoas em idade ativa, economicamente ativas e nível de ocupação – BRASIL 2002-2015 (Milhões)	86
GRÁFICO 8 - Evolução da taxa de desocupação – BRASIL 2002-2015 (%) Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria	87
GRÁFICO 9 - Evolução da taxa de Subocupação por insuficiência de horas trabalhadas – BRASIL 2002-2015 (%)	94
GRÁFICO 10 – Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido, pelas pessoas ocupadas no trabalho principal da semana de referência BRASIL 2002-2015 (%).....	95
GRÁFICO 11 – Proporção dos ocupados com rendimento médio real do trabalho principal mensal inferior ao salário mínimo - BRASIL 2002-2015 (%).....	96
GRÁFICO 12 Proporção dos marginalmente ligados as pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas não economicamente ativas	97

RESUMO

Observou-se recentemente na economia brasileira uma discussão acerca do mercado de trabalho e a possível ocorrência de uma situação de pleno emprego, mais precisamente até meados de 2014, período no qual a taxa de desemprego calculada pelo IBGE atingiu uma marca historicamente baixa de 4,8%. Após esse período, porém, o mercado de trabalho vem registrando sucessivas quedas na geração de postos de trabalho, o que consequentemente contribui para um aumento expressivo da taxa de desemprego brasileira. Diante desta conjuntura do emprego, o estudo tem por objetivos a contextualização da (peculiar) experiência de crescimento da economia brasileira dentro do período 2002-15, bem como a caracterização dos postos de trabalho gerados no momento específico em que se observaram condições favoráveis a uma situação de pleno emprego. Esse foco foi escolhido devido ao fato de que, diante de um significativo e rápido aumento da taxa de desemprego em momento imediatamente posterior, a natureza dos postos de trabalho anteriormente gerados não corresponderia aquela de uma situação de pleno emprego em sua abordagem mais frequente, em geral referente ao contexto de economias desenvolvidas. Sendo assim, o pleno emprego brasileiro se mostrou extremamente frágil. A hipótese a ser verificada é a de que a dinâmica observada no mercado de trabalho brasileiro no período de análise se coloca diferente de uma situação “típica” (teórica) de pleno emprego, mascarando assim a precariedade do emprego gerado.

PALAVAS-CHAVE: Pleno emprego; Mercado de Trabalho; Desemprego; Economia Brasileira; Desenvolvimento Econômico

Abstract

A discussion about the labor market and the possible occurrence of a full employment situation was observed recently in the Brazilian economy, more precisely until mid-2014, during which the unemployment rate calculated by IBGE reached a historically low mark of 4,8%. After this period, however, the labor market has been registering successive decreases in the generation of jobs, which consequently contributes to a significant increase in the Brazilian unemployment rate. Given this employment context, the study aims to contextualize the (specific) experience of growth of the Brazilian economy within the period 2002-15, as well as the characterization of jobs generated at the specific moment in which favorable conditions were observed full employment situation. This focus was chosen due to the fact that in the face of a significant and rapid rise in the unemployment rate at a later time the nature of the jobs previously generated would not correspond to that of full employment in its context of developed economies. Thus, full Brazilian employment proved extremely fragile. The hypothesis to be verified is that the dynamics observed in the Brazilian labor market in the period of analysis is different from a "typical" (theoretical) situation of full employment, thus masking the precariousness of the employment generated.

KEYWORDS: Full employment; Labor Market; Unemployment; Brazilian economy; Economic development

INTRODUÇÃO

Recentemente a economia brasileira passou por um período de crescimento atrelado a melhorias no mercado de trabalho, fato este jamais registrado anteriormente. Esta condição inédita fez com que se instalasse uma acirrada discussão acerca da existência (ou não) de uma situação de “Pleno Emprego” no Brasil, principalmente pelas taxas historicamente baixas de desemprego aberto registradas no período. Além disso, outro fato extremamente relevante foi a rápida inversão desses bons resultados no período imediatamente seguinte.

Neste sentido, a fim de efetivamente lançar luz a respeito desta situação “atípica” se faz necessário compreender mais a fundo os determinantes de uma situação de “Pleno Emprego” bem como elucidar as características tanto da economia, como do mercado de trabalho brasileiro.

Desde os primórdios, as diferentes concepções acerca do funcionamento da economia têm o fator trabalho como elemento central de suas discussões, fato este que pode ser considerado como um marco inicial para o estudo da macroeconomia. Essa preocupação se baseava no reconhecimento do trabalho como principal fonte de riqueza, sendo a busca por uma unidade invariável de valor que represente a força de trabalho o principal ponto de divergência entre as teorias elaboradas. Neste sentido, a grande preocupação econômica seria o entendimento do funcionamento do mercado de trabalho bem como os determinantes e as características do nível de desemprego aberto existente, fatores estes que acabavam se alterando de acordo com a própria dinâmica econômica, na qual tanto o desenvolvimento humano quanto o econômico elucidavam novas situações inerentes a mercado de trabalho.

A busca por uma situação de “Pleno Emprego”, isto é, um momento em que todos os trabalhadores que desejam trabalhar encontram um posto de trabalho disponível se tornou o objetivo de todas as economias, evidenciando diferenças cruciais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos devido as diferentes características observadas em cada uma delas bem como os níveis de interferência do Estado.

A questão do subdesenvolvimento também se remete a própria formação do mercado de trabalho dessas economias, o qual se apresenta com condições muito heterogêneas entre suas regiões e setores produtivos. Fato este que impõe uma importante barreira para a obtenção e, principalmente, sustentação de uma situação de “Pleno emprego”.

Especificamente para o mercado de trabalho brasileiro, os fatores que contribuíram para essa discussão da possível existência de uma situação de “Pleno Emprego” na economia foram observados nos anos 2000, que representaram dois grandes momentos de destaque, o primeiro relacionado ao aumento do emprego e do rendimento real do trabalho, de maneira constante, até meados de 2014, com resultados positivos na maioria dos indicadores do mercado de trabalho. Após um longo período amargando elevadas taxas de desemprego, principalmente no que se diz respeito ao trabalho precário e a informalidade, o contingente de desocupados alcançou níveis historicamente baixos. O segundo momento de destaque é a reversão desse quadro mais precisamente a partir de 2014, período no qual a taxa de desemprego aumentou de maneira expressiva e rápida.

Neste contexto, este trabalho se divide em 3 partes, além desta introdução e da conclusão. No capítulo 1 será feito um breve recuo histórico ao marco inicial da Economia como ciência, ou seja, o entendimento que o trabalho é a fonte de toda a riqueza e desde então, está no centro das preocupações econômicas. Ainda nesta seção, serão abordadas as diferentes concepções teóricas acerca do conceito de “Pleno Emprego”. No capítulo 2 retrata-se a dinâmica macroeconomia brasileira a partir dos anos 2000 buscando evidenciar que, apesar dos indicadores positivos relacionados ao mercado de trabalho e da economia como um todo, o Brasil teve um desempenho limitado no tocante ao investimento e, assim como em períodos anteriores, observou um vazamento macroeconômico muito grande (importações), ladeado pela perda de importância do setor industrial. Sendo assim, o ciclo de absorção da mão de obra ocorrida principalmente a partir de 2004 proporcionou um amplo debate acerca da existência (ou não) de uma situação de Pleno Emprego na economia brasileira no período compreendido entre 2003-15. No capítulo 3 será realizada a análise quantitativa e do padrão de absorção de mão de obra do período em questão.

1 MERCADO DE TRABALHO EM CORRENTES TEÓRICAS

Anteriormente ao início de qualquer discussão acerca das características (ou funcionamento) do mercado de trabalho é essencial o entendimento sobre os fatores que contribuíram para a sua concepção e consequente contribuição à elaboração de teorias econômicas contemporâneas. De fato, desde muito cedo o trabalho humano fora identificado como a fonte fundamental de criação de riquezas; porém, a depender da vertente teórica em pauta, sua forma e volume de uso são descritos de maneiras muito distintas. O próprio nascimento da Macroeconomia estaria ligado justamente a um profundo questionamento teórico acerca do volume esperado de emprego e desemprego nas economias capitalistas; dessa forma, abordar a temática do pleno emprego é uma empreitada que deveria contemplar um vislumbre, ainda que breve, da evolução do pensamento econômico acerca da questão.

Conforme sugerido, as primeiras considerações acerca do emprego e desemprego datam dos primórdios da Teoria Econômica; no entanto, é possível apontar um seu ápice desta discussão, observado em meio à crise de 1929. Nesta época, é importante ter em mente que a visão teórica hegemônica dentro da Economia se apresentava como uma representação rigorosa de um mecanismo econômico que não considerava a existência de divisões de classes na sociedade. O produto social resultante desse processo “contributivo” seria, então, um conjunto de “utilidades” dividido entre os indivíduos considerando a teoria da produtividade marginal de cada um; posteriormente são determinados valores para essas utilidades visando satisfazer as necessidades de cada indivíduo participante do processo descrito.

“A sociedade “moderna” não é uma sociedade dividida em classes, na medida em que existem unicamente formas diversas de participação no processo produtivo e econômico em geral; em outras palavras, as contribuições produtivas que os indivíduos trazem a atividade econômica são diversas, isto é, a contribuição dos indivíduos pode dar-se através do trabalho, dos recursos naturais ou de capitais. Não obstante, a posição de cada um acerca dessa atividade é idêntica, já que cada um, como os demais, presta algum serviço produtivo. ” (NAPOLEONI, 1978. p.12)

Essa concepção marginalista sobre o funcionamento do sistema econômico está baseada na existência de relações intrinsecamente harmoniosas, ou seja, a economia opera sempre em um determinado nível de equilíbrio; por este motivo, num

determinado momento, passou por dificuldades de sustentação dos argumentos, principalmente considerando a própria realidade social e econômica vivenciada no período que não condiziam com as ideias propostas e, principalmente com a existência de um equilíbrio geral, haja vista o cenário desastroso de 1929 que acabou evidenciando existência de desequilíbrios no sistema econômico, muitos deles causados pelo próprio sistema capitalista. Ademais, tanto o processo de subdesenvolvimento bem como a inexistência de um “padrão” de satisfação entre os indivíduos acabavam por evidenciar a existência de desequilíbrios. O ponto principal de divergência entre as premissas marginalistas e a economia real está na forma como o termo “capital” é entendido; por um lado o capital seria um pressuposto para a obtenção de riquezas e criação de valor ou, por outro, seria essencialmente uma medida de valor que proporcionaria riqueza. A resposta para esse dilema passa pela identificação das reais causas das crises econômicas vivenciadas; as primeiras explicações baseiam-se na atuação do Estado na economia, seja por meio da regulação da demanda, regulação da distribuição de riqueza ou pelo desenvolvimento do setor produtivo e do mercado consumidor; num segundo momento, considerando o fato de que é necessário a existência de um “agente regulador”, temos que o sistema econômico não se autorregula naturalmente distorcendo a concepção marginalista de produtividade; por fim, é colocada em cheque a utilização racional dos recursos por parte do capitalista.

Uma compreensão mais adequada dessa questão passaria, então, pelo retorno aos primórdios da formulação do pensamento econômico e o entendimento teórico da utilização do trabalho como principal mecanismo de geração de riqueza; o qual se torna um fator central das preocupações macroeconômicas.

O ponto de partida para o entendimento da importância do trabalho na elaboração das teorias econômicas data do século 18 e está baseado na existência de um sistema econômico idêntico a um organismo celular no qual segue uma “ordem natural” das coisas na sociedade como um todo; sendo o princípio da troca de mercadorias o fator principal. Neste sentido, a “natureza” aqui considerada está relacionada a um processo mercantil no qual um indivíduo pode satisfazer todas as suas necessidades mediante seu próprio trabalho e; sendo necessário algumas outras mercadorias diferente daquela que mesmo produz, esta pode ser adquirida mediante a troca dos excedentes de seu produto com o de outro indivíduo; ou seja, o excedente é uma parte da riqueza produzida por um indivíduo que excede o nível de riqueza que ele próprio consome, o denominado “produto líquido”. Para os fisiocratas o mercado pode ser identificado no

próprio sistema de geração de excedentes para trocas de mercadorias, esta dinâmica primeiramente era observada no setor agrícola dada as características econômicas da época e pelo fato de que a terra era a única fonte de riqueza disponível. Neste sentido, o trabalho produtivo seria aquele em que se observa a geração de excedentes, o que, naquela época, caracterizava exclusivamente o trabalho agrícola; seria então o setor agrícola o responsável pela incorporação do produto líquido no cerne da história do pensamento econômico, mesmo que restrito somente a renda fiduciária. Pelo lado manufatureiro, qualquer tipo de renda auferida era considerada como uma renda do trabalho e a diferença existente entre a renda de um mestre artesão e de um trabalhador era resultante da responsabilidade assumida ao longo do processo produtivo. (NAPOLEONI, 1978)

Os fisiocratas defendiam a existência de três classes de agentes econômicos; a primeira era denominada de proprietários de terras que, como o nome já diz, era formada por donos de propriedades agrárias e as arrendavam aos trabalhadores em troca de um pagamento anual que era feito por meio do produto líquido; a segunda classe era formada pelos trabalhadores e denominada de classe produtiva. Era responsável pelo cultivo e produção das terras arrendadas pagando um determinado valor excedente por isso; por fim, os fisiocratas ainda consideravam a existência de uma classe denominada estéril, que seria aquela formada pelo restante dos indivíduos que não trabalhavam na agricultura. Neste contexto, o motor do sistema econômico é a riqueza obtida na agricultura, a indústria existente só seria responsável pela diversificação de produtos ao passo que o comércio era só um meio de distribuição. Um ponto de fundamental destaque é que a fisiocracia é a última vertente de pensar a economia que não considerou o papel fundamental que mercado de trabalho possui na geração de riqueza.

A Revolução Industrial gerou novas estruturas sociais e econômicas, fato este que acabou por aguçar os teóricos contemporâneos e consequentemente novas correntes surgiram. O precursor da escola clássica do pensamento econômico foi Adam Smith que, por meio de suas contribuições buscou explicar sistematicamente de que maneira o livre desenvolvimento das forças individuais no terreno econômico dá lugar a constituição e ao desenvolvimento de uma sociedade econômica. (NAPOLEONI, 1978, p. 47)

“[...] Smith representou a aquisição da autonomia da atividade econômica, que veio situar-se como verdadeiro fundamento de sociedade civil e,

portanto, como o princípio da própria existência da realidade do Estado, na qual é essencialmente exigida a garantia de condições que são necessárias ao exercício ordenado da produção, da troca e do consumo. ”
(NAPOLEONI, 1978, p. 47)

A teoria proposta por Smith baseava-se na identificação do aumento da capacidade produtiva do trabalho como principal fator de análise da atividade econômica; o que só seria possível por meio de um processo de divisão do trabalho ao longo do processo produtivo. Esse aumento da capacidade produtiva seria possível, nesse contexto, pelo maior grau de especialização do trabalhador dado que seria responsável por realizar apenas uma “parte” do produto, pela diminuição do tempo necessário para a realização do trabalho tendo em vista que não seria necessário a adaptação dos meios de produção e; por fim, proporcionaria uma maior quantidade de itens produzidos em um mesmo período de tempo. Assim, seria possível ao indivíduo aumentar sua riqueza pessoal. É aqui que podemos separar o pensamento fisiocrático com a teoria clássica proposta por Smith; a produtividade, ou seja, a capacidade de gerar produto líquido para os clássicos se basearia, então, exclusivamente no trabalho, sendo assim, nenhum setor seria privilegiado (como a agricultura era privilegiada pelos fisiocratas) pois todas as atividades poderiam aumentar a produtividade por meio do trabalho. Diante desta constatação podemos estender a análise para as “novas” formas de renda do trabalho elaboradas por Smith; o produto líquido não seria mais auferido exclusivamente por meio da renda, dada a impossibilidade de ele ser devido ao “dono da terra” haja vista que agora ele poderia ser concebido em outros setores. A absorção do produto líquido seria, então uma forma de prêmio que o capitalista – entendido aqui como um agente responsável por uma antecipação de capital – recebe sob a forma de lucro, enfatizando o protagonismo do capital no desenvolvimento do processo de divisão do trabalho e aumento da produtividade.

“Trata-se de uma sociedade na qual o produto global, na medida em que consubstancia o resultado da atividade do trabalho produtivo, contém uma primeira parte (salário) que reintegra a manutenção e reprodução do próprio trabalho, e outras duas partes – que em conjunto correspondem ao produto líquido dos fisiocratas e que atualmente chamaremos de excedente – , que são definidas por Smith como “deduções do produto do trabalho; trata-se em primeiro lugar, da renda do proprietário e, em segundo lugar, do lucro do capitalista.” (NAPOLEONI, 1978, p. 56)

Os conceitos de divisão do trabalho e o da troca de mercadorias são os pilares da teoria do valor-trabalho proposta por Smith, tendo em vista que, uma vez estabelecida a divisão do trabalho é necessário um mecanismo comum que seja responsável por realizar as trocas de mercadorias e, a partir desse ponto, surge o questionamento acerca dos movimentos dos preços e também de uma medida de riqueza. Numa relação de troca de mercadorias, o valor definido para cada uma delas pode ser definido por duas óticas diferentes, a primeira considerando o seu valor de uso (utilidade) e a segunda pelo seu valor de troca (poder de compra). Para Smith um produto não vale mais porque proporciona uma maior satisfação ao seu consumidor ou por ser um bem de subsistência, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui é igual a quantidade de trabalho que essa mercadoria lhe dá condições de comprar. (SMITH, 1776 [1988]). Neste sentido, uma vez que o valor de troca de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho empregada na sua confecção, o trabalho passa a ser considerado como uma medida de valor de troca para todas as mercadorias.

“O trabalho foi o primeiro preço, o dinheiro de compra original que foi pago por todas as coisas. Não foi por ouro nem por prata, mas pelo trabalho que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual à quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar” (SMITH, 1776 [1988], p. 36)

De uma maneira mais geral, a teoria do valor busca, então, entender os fundamentos dos movimentos de preços relativos e a medida da riqueza produzida pelo trabalho, ou seja, ela busca determinar os níveis de salário do trabalho por meio da relação de troca trabalho por trabalho. (MATTEI, 2003). Essa determinação do valor do salário passa a ser a medida de quantidade de trabalho em um determinado produto, podendo variar de acordo com a quantidade e a intensidade de trabalho utilizada. Na concepção smithiana, o dinheiro seria a melhor forma de representar a quantidade de trabalho empregada, entretanto, é extremamente importante ter em mente que o valor do dinheiro varia ao longo do tempo o que proporciona períodos em que os produtos podem ser encontrados com valores superiores bem como com valores inferiores ao nível de trabalho empregado na produção, assim como a própria remuneração no trabalho pode apresentar variações de preços. Neste sentido, existe um ponto de inflexão entre as elaborações fisiocratas e as ideias de Smith, o fato de que o trabalho passa a ser visto como uma causa fundamental na geração de riquezas em uma economia.

“(...) somente o trabalho, pelo fato de nunca variar em seu valor, constitui o padrão último e real com base no qual se pode sempre e em toda parte estimar e comparar o valor de todas as mercadorias. O trabalho é o preço real das mercadorias; o dinheiro é apenas o preço nominal delas. ”
(SMITH, 1776 [1988], p. 90)

Apesar de Smith já considerar a existência de uma certa característica capitalista no sistema econômico é seu sucessor, David Ricardo o responsável pelo distanciamento definitivo entre os clássicos e os fisiocratas bem como a definição do sistema econômico puramente capitalista, ou seja, existem dois tipos de classes diferentes na economia; a de trabalhadores e a dos detentores de capital. A argumentação de Ricardo parte da lacuna deixada por Smith acerca da dificuldade em encontrar uma forma de colocar uma medida invariável valor no trabalho; em síntese, Ricardo buscava explicar as causas das variações dos valores das mercadorias. Na visão de Ricardo, o problema enfrentado por Smith estava na concepção e que o valor do trabalho não dependeria exclusivamente da remuneração desse trabalho, mas também da quantidade de trabalho utilizada, questionando a existência de uma medida invariável de valor.

“Algumas mercadorias têm seu valor determinado somente pela escassez. Nenhum trabalho pode aumentar a quantidade de tais bens, e, portanto, seu valor não pode ser reduzido pelo aumento da oferta. Algumas estátuas e quadros famosos, livros e moedas raras, vinhos de qualidade peculiar, que só podem ser feitos com uvas cultivadas em terras especiais das quais existe uma quantidade muito limitada, são todos desta espécie. Seu valor é totalmente independente da quantidade de trabalho originalmente necessária para produzi-los, e oscila com a modificação da riqueza e das preferências daqueles que desejam possuí-los. ” (RICARDO, 1823 [1988], p.24)

Neste sentido, a diferença entre as teorias de valor de Smith e Ricardo é que, a primeira considera que o valor de uma mercadoria é definido pelo quanto de trabalho ela consegue adquirir ao passo que na segunda concepção o valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendida na sua produção; assim, o trabalho despendido seria o responsável pelo movimento observado nos preços relativos.

“(...) se a remuneração do trabalhador fosse sempre proporcional ao que ele produz, a quantidade de trabalho utilizada na produção de um bem e a quantidade de trabalho que esse bem pode adquirir seriam iguais, e ambas mediriam com exatidão as variações nas outras coisas. Mas não são iguais:

a primeira é, frequentemente, um padrão invariável que indica corretamente as alterações nas outras coisas; a segunda está sujeita a tantas flutuações como os bens que se compram com ela” (RICARDO, 1823 [1988], p. 34).

A teoria do valor trabalho ricardiana é de extrema importância no que se refere à determinação de preços; segundo ela, dado que o nível de capital fixo inserido na produção se mantém estático, o preço das mercadorias produzidas é determinado pela quantidade de trabalho incorporado nesse processo, existindo a possibilidade de se medir os salários e lucros desta mesma maneira inclusive considerando os trabalhadores autônomos. Neste sentido, tendo em vista que o capital fixo empregado na produção apresenta um certo nível de depreciação, a determinação dos preços não pode ser deixada a cargo somente do total de trabalho utilizado, pois as variações no trabalho incorporado acabam proporcionando variações também na renda do trabalho e nos lucros, ou seja, as mercadorias que sejam mais intensivas em trabalho terão seus preços aumentados se houver aumento dos salários e analogamente, bens mais intensivos em capital serão mais afetados por mudanças na taxa de lucro.

Podemos considerar, então que o valor do trabalho pode ser tão variável quanto o valor de qualquer outra mercadoria considerando que os preços dos bens com os quais os salários são gastos sofrem os mesmos efeitos que afetam a produção como um todo tendo em vista que não existe nenhum bem que não seja suscetível à necessidade de utilizar-se de mais ou menos trabalho para a sua produção. Neste contexto, a obra de Ricardo buscou reafirmar as proposições sobre a quantidade de trabalho utilizada na produção de determinada mercadoria enquanto elemento de troca e da determinação de valor de cada uma; entretanto, buscou transformar os pressupostos elaborados pela teoria clássica (utilidade, oferta e demanda) em uma teoria do valor; ademais, identifica que a diferença entre o “valor – trabalho” e o “valor – produto” influencia na distribuição do produto e não no seu valor. (MATTEI, 2003)

Temos então que, a visão, de certa forma compartilhada por Smith e Ricardo, refere-se que a ordem social emergente do mercado é, sem si, virtuosa; na qual o melhor sistema possível de alocação de recursos escassos é obtido por meio do interesse individual materialista e egoísta, valendo a mesma lógica para qualquer elemento da sociedade; os quais são vistos, antes de qualquer coisa, como um conjunto de produtores livres. Neste contexto, o desemprego parece ser um tema deslocado em importância dada a alegada robustez presente no próprio mercado; de fato, este teria se mostrado

como o mecanismo social de maior potencialidade para a geração de riquezas em toda a História.

A teoria desenvolvida por Karl Marx é responsável pela reformulação do conceito do valor – trabalho elaborada por seus precedentes. Podemos dizer que existe uma certa familiaridade com as teorias anteriores pelo fato de Marx manter o trabalho como fator central na formulação de sua teoria, entretanto, veremos que existe uma diferença entre o trabalho considerado pelos clássicos e o proposto por Marx; na visão marxista, não é propriamente o trabalho o meio de troca de mercadorias, mas sim a capacidade de trabalho. Neste sentido, o indivíduo é responsável pela sua própria existência tendo o trabalho como único meio de atingir esse objetivo. Logo em suas primeiras escritas fica evidente o objetivo de investigar o funcionamento de uma sociedade capitalista por meio da mercadoria, e não somente um valor para se atribuir a ela. “A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em ‘imensa acumulação de mercadorias’” (MARX, 1886 [2008], p. 57); essa mercadoria atuaria como um mecanismo de satisfazer as necessidades dos indivíduos e podem ser consumidas ou utilizadas como meio de produção. Ademais, a teoria marxista identifica duas formas de precificar essas mercadorias, sendo elas o valor de uso e o valor de troca, sendo o primeiro relacionado, como o nome já diz, a utilização ou o consumo como constituição de uma riqueza e o segundo relacionado a troca quantitativa de valores uso.

“Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as qualidades materiais, também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não se distinguem mais umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. ”
(MARX, 1886 [2008], p. 60)

Essa mercadoria seria, então, um resultado dos produtos do trabalho em um sistema econômico capitalista e passariam a representar a força de trabalho

empregada em sua produção, ou seja, uma forma de trabalho humano armazenado. Para Marx, o trabalho humano que passa a assumir um valor de troca nas sociedades capitalistas é um trabalho social resultante das relações sociais de produção; assim, chega a definição de que existe uma outra forma de trabalho, o abstrato.

“Observando que o elemento comum em todas as coisas é o trabalho humano, Marx diz que o trabalho se decompõe, durante o processo de trocas, em duas categorias: (a) o trabalho individual vira trabalho social (trabalho de todos e que é representado pelo desprendimento de energia); (b) o trabalho concreto (trabalho que diferencia os trabalhadores pela destreza e habilidade) transforma-se em trabalho abstrato (surge através da troca e representa a igualação social das diferentes formas de trabalho), isto porque, na troca, os valores de uso concretos e as formas concretas de trabalho são inteiramente abstraídas. Com isso, Marx conclui que a transformação do trabalho individual em trabalho social (aspecto quantitativo) revela o aspecto qualitativo do processo concreto para o abstrato. “ (MATTEI, 2003, p.291)

À medida que ocorre um desenvolvimento no sistema de produção e de trocas, até o ponto em que a totalidade das mercadorias é abrangida (inclusive a força de trabalho humana torna-se uma mercadoria) o termo “trabalho abstrato” passa a ser representado pelo valor dinheiro; esse dinheiro serve como uma unidade de medida que expressa o valor de troca para todas as mercadorias. No momento em que o detentor do dinheiro utiliza-o para comprar a mercadoria trabalho, ele se transforma em capital. Dito isso, o trabalho abstrato pode ser considerado como um trabalho alienado no sentido de que ele se refere ao tempo de trabalho que é gasto na produção; ou seja, é a força de trabalho dispendida em determinada atividade. É a partir desse ponto que o tempo de trabalho necessário se torna uma medida de valor, nas palavras de Marx, “o valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de produção necessário a outra” (MARX, 1886 [2008], p. 61)

“Se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista do valor só interessa quantitativamente e depois de ser convertido em trabalho humano, puro e simples. No primeiro caso, importa saber como é e o que é o trabalho; no segundo, sua quantidade, a duração de seu tempo. Uma vez que a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho

nela contida, devem as mercadorias, em determinadas proporções, possuir valores iguais. ” (MARX, 1886 [2008], p. 67)

Ao contrário de Smith, para Marx o trabalho é mensurado ao longo do tempo e não aparece efetivamente como um trabalho de sujeitos indiferentes e sim como simples órgão do trabalho; a partir do momento em que os trabalhadores deixam de aparecer no mercado como produtor de mercadorias apenas quando vende, não o produto do trabalho, mas o seu próprio trabalho, a produção total se converte em mercadorias. Ou seja, apenas sob um regime capitalista a mercadoria de torna efetivamente uma forma geral de riqueza.

Ao considerar a existência duas formas de determinar valor a mercadoria trabalho, Marx argumenta que os capitalistas não se preocupam com o tipo de produto que irá produzir, ou seja, eles não se importam com o valor de uso do produto pois seu objetivo é somente a produção no sentido literal da palavra (valor de troca). Sendo assim, o objetivo crucial a ser buscado é a obtenção da mais-valia (lucro), que consiste em um valor não pago ao trabalhador, ou seja, é uma forma de exploração exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores. Logo, o processo de produção capitalista, em sua essência busca a realização de mais-valia.

Outra característica de uma economia capitalista destacada por Marx é que esse processo de acumulação de capital necessita de uma maior força de trabalho, que pode ser obtida de duas maneiras; por meio de uma maior exploração dos trabalhadores já empregados ou pelo aumento no número de trabalhadores. Esse novo contingente de trabalhadores poderia ser encontrado devido à existência de um “exército industrial de reserva”, que pode ser definido como um volume de mão de obra desempregada, que eram utilizadas a medida que os capitalistas julgassem necessário; Sendo assim, pela primeira vez dentre as visões teóricas descritas, o desemprego é caracterizado como um elemento **inerente** ao funcionamento do sistema capitalista.

“É a própria acumulação capitalista que produz constantemente – e produz em razão direta de sua própria energia e amplitude – uma relativamente excessiva população de trabalhadores, isto é, uma população maior do que o necessário para as exigências médias da auto expansão do capital, e, portanto, uma população excedente. ” (MARX [1884] 1985, p. 630)

Ademais, o conceito da mais-valia pode ser subdividido em absoluta e relativa, na qual a primeira está relacionada a um aumento no número de horas trabalhadas e a segunda na diminuição das horas de trabalho mediante o processo de desenvolvimento

técnico da produção. Muito embora o processo de geração de valor novo e adicional esteja relacionado ao processo produtivo fundado em uma relação de exploração do trabalho (reduzido à forma de mercadoria), cumpre destacar o fato de que esta relação social se estabelece em função da obtenção de soma adicional de dinheiro (ou “equivalente geral” de trocas, nos termos de Marx). Nesse sentido, ao capitalista pouco importa qual a forma pela qual se chega à conclusão do processo: àquele importa, sobretudo, a acumulação de valor no formato monetário. Conforme se verá adiante, este é um aspecto relevante para a crítica a construções teóricas posteriores (e mesmo atuais), que, de diferentes formas, constituem-se como subsidiárias do pensamento inaugurado por Smith e Ricardo.

1.1 O PROBLEMA DO DESEMPREGO

O desbravamento das variadas teorias de inspiração clássica relacionadas à operação do mercado de trabalho, bem como o entendimento do “pleno emprego”, tem seu ponto inicial na famigerada “lei de Say” ou “lei dos mercados de Say”; O contexto econômico no qual foi elaborada se aproximava muito daquele destacado por Smith vistas no capítulo anterior, que seja uma economia de produção simples, na qual cada indivíduo é responsável por produzir os bens necessários a sua subsistência e, existindo um excedente na produção, esse seria trocado por outra mercadoria necessária. (MIGLIOLI, 1979). Neste sentido, seria o próprio sistema de produção o responsável por criar um mercado de consumo para as mercadorias produzidas.

“ Ninguém produz senão com o objetivo de consumir ou vender e ninguém vende senão com a intenção de comprar outra mercadoria, que lhe pode ser imediatamente útil ou que possa contribuir para a produção futura. Produzindo, então, ele se torna necessariamente ou o consumidor de seus próprios bens ou o comprador e consumidor dos bens de alguma outra pessoa. ” (RICARDO, 1823 [1988], p. 290).

Para um melhor entendimento considere que o processo de formação do preço de uma determinada mercadoria é subdividido em três partes distintas; (i) o custo dos meios de produção; (ii) o custo do trabalho (salários) e; (iii) o lucro buscado pelos capitalistas. Temos, então, que cada mercadoria possui um dado preço (valor). No momento em que o capitalista realiza a venda de sua mercadoria ele recebe um valor igual ao que necessita para comprar essa mesma mercadoria. Considerando que o

capitalista não compra sua própria produção ele divide o valor recebido em três partes, a primeira utiliza para a compra de mercadorias de outros capitalistas que são utilizadas por ele como um meio de produção necessário a sua atividade, uma outra é utilizada para adquirir os bens de consumo próprio bem como um volume adicional de produção e a terceira parte é destinada ao pagamento do trabalho, ou seja, pagamento de salários. Dado que o valor recebido pelos trabalhadores é totalmente gasto em bens de consumo, que por sua vez são produzidos pelos capitalistas, temos que o próprio processo geral de produção cria uma capacidade de absorção para as mercadorias produzidas (dentre elas o próprio trabalho), ou seja, o processo de produção de uma economia pode ser entendido como uma relação de troca de mercadorias por mercadorias utilizando-se do dinheiro apenas como um meio de realizar essa transação. Essa dinâmica pode ser resumida com a clássica frase “a produção cria a sua própria demanda”. (MIGLIOLI, 1979)

O modo como a moeda é vista pela “lei de Say” e consequentemente pelos clássicos, foi questionado posteriormente por Marx. Segundo ele, o dinheiro (ou moeda) serve como uma unidade de valor para as mercadorias, bem como um meio de troca ou circulação e ainda como um instrumento de acumulação. Neste sentido, o ciclo descrito naquela lei poderia ser interrompido caso o capitalista não optasse pela sua utilização na compra de outras mercadorias, vale dizer, o entesouramento. Vale ressaltar que a “lei de Say”, apesar de reconhecer que possam existir algumas mercadorias que apresentem uma diminuição relativa da sua demanda ou aumento da sua produção em certos momentos, não considera a possibilidade de existir um excesso de produção na economia como um todo; ou seja, sempre existirá um setor mais dinâmico que acabará por compensar a demanda do setor menos dinâmico e essa será uma situação temporária.

A “lei de Say” descrita foi por muito tempo o ponto inicial de análise dos pensadores econômicos acerca dos fenômenos observados na economia em diversos períodos no que diz respeito ao funcionamento do mercado de trabalho cerceando as políticas econômicas adotadas. Considerando que a demanda é potencialmente ilimitada dado ao seu perfil resultante do nível de oferta, temos que as dificuldades existentes numa possível expansão da demanda são os mesmos verificados quando se busca expandir o nível de oferta, basicamente relacionados a mão de obra e meios de produção. Sendo assim, podemos dizer que, se os níveis de mão de obra e meios de produção são determinados exclusivamente pela própria produção, a economia tende a

uma situação conhecida como “pleno emprego” dos recursos. Ricardo (1823[1988]) descreve o funcionamento do mercado de trabalho de forma muito similar ao processo de oferta e demanda apresentado pela “lei de Say”; segundo ele, na ocorrência de um excesso de capacidade produtiva em um determinado setor da economia os recursos são transferidos para um outro setor que apresentasse uma maior demanda bem como na ocorrência de um excedente de mão de obra, o procedimento seria o mesmo. Esse ajuste seria feito basicamente por meio da variação do nível de salários. Ainda seguindo a argumentação de Ricardo, no longo prazo, quando o processo de acumulação é intensificado, intensifica-se também a demanda por trabalho o que proporciona um aumento nos níveis salariais; este aumento salarial é traduzido em um maior nível de oferta de mão de obra. Esse aumento na oferta de trabalho seria responsável por pressionar os salários para baixo até um nível considerado natural. Essa dinâmica também poderia ser observada no sentido oposto, ou seja, dado um menor nível de acumulação, o nível de mão de obra se apresentaria em excesso baixando o nível de salários e o volume tenderia a diminuir até o ponto em que o salário natural fosse atingido. Neste contexto, temos que o funcionamento do mercado de trabalho no sistema capitalista buscava (e seria capaz) atingir sempre um ponto de equilíbrio com crescimento compatível com o pleno emprego.

A partir das formulações de Ricardo a respeito do funcionamento do mercado de trabalho puderam surgir outras teorias. Os denominados (neo) clássicos fundamentaram suas análises no curto prazo, refutando a ideia ricardiana da existência de um salário natural; para eles, o nível de salários vigente no mercado de trabalho seria determinado no ponto em que os níveis de oferta e demanda por trabalho encontrassem em equilíbrio, sendo este equilíbrio o ponto em que a economia opera em pleno emprego. O desemprego (involuntário) só ocorreria se esse equilíbrio não fosse alcançado.

A partir daí a determinação dos níveis de salário passou a ser definida considerando o princípio marginalista, ou seja: a oferta de mão de obra por parte dos trabalhadores é condicionada à “desutilidade marginal do trabalho”, ao passo que a demanda por mão de obra é determinada pela “produtividade marginal do trabalho”. Nesse sentido, cabe indicar que, como parte essencial do comportamento do agente econômico racional, típico das construções teóricas neoclássicas, está a maximização de utilidade, aqui entendida como a satisfação obtida pelo acesso a bens e serviços para consumo; a maximização de lucros, portanto, teria como objetivo final o seu uso para

aquisição de produtos para consumo, presente ou futuro – sendo a moeda meramente um meio para facilitar as trocas. Assim sendo, a economia estaria sempre operando no pleno emprego dos fatores de produção; os momentos em que se observa a existência de desemprego eram considerados anormais e passageiros causados por fatores exógenos bem como pela opção do próprio trabalhador que, não aceitando as condições impostas para a manutenção de equilíbrio, voluntariamente escolhe ficar desempregado.

“O pleno emprego, dessa forma, tem uma definição técnica, ou seja, é a situação na qual as funções de oferta e demanda de mão-de-obra se equilibram no mercado de trabalho, não se referindo a dados empíricos sobre o volume da população[...] a teoria neoclássica entende a origem do desemprego como uma questão em geral atinente ao mercado de trabalho, como um problema da oferta de mão-de-obra ou, por exemplo, como a existência de um comportamento irracional por parte dos trabalhadores[...]”
(DATHEIN, 2005, p.123)

Uma outra característica dessa teoria é a possibilidade de substituição entre os fatores de produção, ou seja, “os fatores de produção passam a ser vistos como perfeitamente substituíveis entre si, de modo que é possível combinar esses fatores nas mais diversas proporções a fim de se obter uma produção qualquer.” (MIGLIOLI 1979, p.23).

Dito de outra forma, nos momentos em que o nível de trabalhadores é menor em relação ao estoque de capital os salários sobem fazendo com que o preço do trabalho se torne maior que o preço do capital estimulando a substituição de trabalho por capital e vice-versa; assim, o pleno emprego seria sempre assegurado.

Sinteticamente podemos dizer que pela ótica da corrente (neo) clássica o conceito de “pleno emprego”, a partir da aceitação da “lei de Say”, só faz sentido dentro de um contexto de desemprego voluntário dado que a dinâmica do mercado de trabalho se assenta na existência de uma situação de equilíbrio geral resultantes das decisões racionais tomadas por trabalhadores e capitalistas. A possível existência de um desemprego involuntário seria uma situação em que ocorreriam “desajustes” no cenário econômico como um todo provocado por interferências ao livre funcionamento das forças de mercado, interferências estas que basicamente eram sobre os níveis de preços e salários vigentes ou fatores conjunturais e, à medida que essas interferências fossem, de certa forma, retiradas, o equilíbrio voltaria, da mesma forma que o pleno emprego. Neste nível ótimo de funcionamento do mercado de trabalho não há espaço para a existência de um desemprego crônico ou involuntário. Nele ocorreria apenas o

desemprego voluntário e friccional. Ademais, considerando a definição de “exército de reserva” marxista, “lei de Say” é ineficiente pois o desemprego não é um acidente de percurso “normal”, para o desenvolvimento do processo de acumulação capitalista e existência de força de trabalho disponível é uma parte lógica e intrínseca desse tipo de sistema, ou seja, a existência de desempregados é considerada positiva e benéfica.

Como vimos, a “lei de Say” serviu de base para a elaboração de teorias econômicas por um longo período. Porém, em meio aos altos níveis de desemprego observados em decorrência da crise dos anos 1930, as discussões acerca das causas do desemprego voltaram a ganhar evidência, principalmente com as argumentações realizadas por John Maynard Keynes. Em sua Teoria Geral (TG), Keynes faz uma crítica à teoria então hegemônica, principalmente no que diz respeito à existência de uma “tendência natural” da economia para uma situação de equilíbrio com pleno emprego dos fatores de produção disponíveis; para ele, uma situação como essa não era condizente com a situação em que convivia a economia e, corroborando com esse argumento, nas palavras de Appelbaum (1979), o mercado de trabalho clássico sequer pode ser considerado como um “mercado” propriamente dito, tendo em vista que o comportamento da oferta de trabalho não condiz prioritariamente a estímulos salariais – não havendo, portanto, a possibilidade de equilíbrio via modificações em seu preço (salário). Neste sentido, os argumentos da teoria (neo) clássica não seriam observados na economia real. Na verdade, Keynes acredita que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial (o eventual equilíbrio de pleno emprego) e não ao caso geral, pois a situação que ela supõe acha-se no limite das possíveis situações de equilíbrio. (KEYNES 1996 [1936], p.43)

O ponto de partida da argumentação desenvolvida na TG baseou-se na contraposição dos princípios da economia clássica acerca do funcionamento do mercado de trabalho bem como a “lei de Say”. Keynes caracteriza o “modelo clássico” como:

“A teoria clássica do emprego — supostamente simples e óbvia — baseou-se, acho eu, praticamente sem discussão, nos dois postulados fundamentais que seguem: (i). O salário é igual ao produto marginal do trabalho: Isso quer dizer que o salário de uma pessoa empregada é igual ao valor que se perderia se o emprego fosse reduzido de uma unidade (após a dedução de quaisquer outros custos que essa redução evitaria), com a restrição de que a igualdade pode ser afetada, de acordo com certos princípios, pela imperfeição da concorrência e dos mercados e; (ii). A utilidade do salário, quando se emprega determinado volume de trabalho, é igual à desutilidade

marginal desse mesmo volume de emprego: Isto significa que o salário real de uma pessoa empregada é exatamente suficiente (na opinião das próprias pessoas empregadas) para ocasionar o volume de mão-de-obra efetivamente ocupado, com a restrição de que a igualdade para cada unidade individual de trabalho pode ser alterada por combinações entre as unidades disponíveis para empregar-se, análogas às imperfeições da concorrência que qualificam o primeiro postulado. O que se entende por desutilidade é qualquer motivo que induza um homem ou grupo de homens a recusar trabalho, em vez de aceitar um salário que para eles representa uma utilidade inferior a certo limite mínimo” (KEYNES 1996 [1936], p.46)

No sentido proposto por Keynes, estes postulados seriam observáveis (ou seja, válidos) somente em caso específico e, como vimos, somente seria aí admitida a existência de duas formas de desemprego: o friccional e o voluntário. A experiência real vivenciada na grande depressão demonstrou que o sistema econômico não apresentava desequilíbrios limitados e momentâneos, tal como defendido pelos clássicos; sendo assim, não seria possível a existência de uma situação de pleno emprego entendida como norma.

“Será verdade que as categorias anteriores abrangem todo o problema, considerando que, de modo geral, a população raramente encontra tanto emprego quanto desejaria ao salário corrente? [...] A escola clássica presumiu, tacitamente, que este fato não traria uma mudança significativa de sua teoria, mas isso não é exato pois, se a oferta de trabalho não for função dos salários reais como sua única variável, seu argumento desmorona-se por completo, deixando totalmente indeterminada a questão do que será o nível efetivo de emprego. ” (KEYNES 1996 [1936], p.47-48)

Ainda na caracterização do funcionamento do mercado de trabalho neoclássico, Keynes identifica que os dois postulados descritos acima seriam os responsáveis por formarem as curvas (ou funções) de oferta e demanda por trabalhadores no mercado de trabalho (como vimos anteriormente), assim o volume de emprego necessário (isto é, pleno emprego), seria definido no ponto de intersecção entre as curvas (ponto de equilíbrio); ou seja, no nível em que a utilidade marginal do produto (curva de demanda de trabalho neoclássica) se iguala a desutilidade marginal do emprego (curva de oferta de trabalho neoclássica). Desta maneira, o nível de emprego não era definido exclusivamente no mercado de trabalho e só poderia ser aumentado se: (i) ocorresse uma melhor previsão e organização do nível de produção evitando imperfeições no sistema produtivo (o que diminuiria o desemprego friccional); (ii) redução da

desutilidade marginal do trabalho expressa pelo nível de salário real (ainda mantendo um excedente de mão de obra disponível, visando diminuir o desemprego voluntário); (iii) aumento da produtividade marginal física dos trabalhadores (nas indústrias produtoras de bens de consumo de trabalhadores) e; (iv) aumento em relação aos preços dos bens de consumo de não assalariados (consumo capitalista). Entretanto, na medida em que os capitalistas adquirem a capacidade de determinar o nível de preços e, conseqüentemente, o nível de gastos, as interações no mercado de trabalho não terão poder algum na determinação do nível de emprego. Ou seja, as decisões dos capitalistas possuem um peso maior que a dos trabalhadores pelo fato de que todo o funcionamento da economia depende dele (nível de emprego, de renda, de investimentos e de produção) ao passo que o trabalhador não pode se abster do trabalho. Neste contexto, somente duas categorias de desemprego não representariam todas essas questões. A teoria de Keynes evidencia a existência do desemprego involuntário.

“Esta definição será, portanto, a seguinte: Existem desempregados involuntários quando, no caso de uma ligeira elevação dos preços dos bens de consumo de assalariados relativamente aos salários nominais, tanto a oferta agregada de mão de obra disposta a trabalhar pelo salário nominal corrente quanto a procura agregada da mesma ao dito salário são maiores que o volume de emprego existente. ” (KEYNES 1996 [1936], p.43)

Temos então que a existência de desempregados involuntários está relacionada às decisões tomadas pelos detentores do capital e não somente na “livre” interação dos agentes econômicos no mercado de trabalho; sendo o pleno emprego uma situação eventual na qual as expectativas de rendimentos futuros sejam convergentes com este nível de uso dos recursos produtivos disponíveis. A oferta de mão de obra, do ponto de vista do modelo clássico, não representaria o real comportamento do trabalhador; no que tange à remuneração do trabalho, a hipótese de que o nível de salários reais vigente é diretamente determinado por meio de negociações é passível de contestação; ao contrário do que pensam os clássicos, a oferta de mão de obra não diminui à medida que os preços aumentam (e o salário real cai). Neste sentido, Keynes compactua com a existência de uma demanda por trabalho marginalista dado que a produtividade marginal do trabalho é decrescente (relação inversa entre emprego e salário real); porém recusa a existência de uma curva para a oferta de trabalho dado que a hipótese de que o salário real é igual a desutilidade marginal do trabalho. O argumento de Keynes para a inexistência de uma curva de oferta de trabalho nas condições expostas pelos clássicos

parte do pressuposto de que não existe a possibilidade do salário real ser fixado pelos trabalhadores pois os mesmos não “fazem ideia” do valor que a produção será vendida bem como não existe abandono do emprego nos momentos em que o nível real de salários cai em virtude do aumento dos preços. Ou seja, a tese clássica de que uma queda no nível do salário nominal provoca uma queda no salário real gerando um equilíbrio no mercado de trabalho “cai por terra” no sentido de que uma queda nos salários nominais provoca uma redução no custo marginal sendo refletido nos preços sem necessariamente afetar os salários reais.

“A teoria tradicional sustenta, em essência, que as negociações salariais entre trabalhadores e empresários determinam o salário real, de tal modo que, supondo que haja livre-concorrência entre os empregadores e a ausência de combinação restritiva entre os trabalhadores, os últimos poderiam, se desejassem, fazer coincidir os seus salários reais com a desutilidade marginal do volume de emprego oferecido pelos empregadores ao dito salário. Não sendo assim, desaparece qualquer razão para se esperar uma tendência à igualdade entre o salário real e a desutilidade marginal do trabalho. ” (KEYNES 1996 [1936], p.50)

Neste sentido, Keynes discorda que o nível de emprego é determinado exclusivamente na interação entre as curvas de oferta e demanda no mercado de trabalho, mas sim um resultado do nível agregado de gastos esperados. Segundo o autor, o volume de emprego demandado depende do nível de receita que os capitalistas esperam auferir pela produção a ser realizada, nível este que seria determinado pelas expectativas dos capitalistas de vendas futuras; os capitalistas “esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores” de produção (KEYNES 1996 [1936], p.60). O volume de emprego será determinado pela interação entre as curvas de oferta e demanda agregadas (sendo a demanda agregada totalmente baseada em expectativas de gasto agregado) e será o ponto em que as expectativas de renda dos capitalistas são maximizadas; ou seja, corresponde ao ponto de demanda efetiva (o ponto em que o preço da oferta agregada se iguale ao nível de produto esperado pelos capitalistas). Quanto maior a expectativa de receitas futuras, maior será o volume de produção projetado e consequentemente maior será o nível de emprego necessário. Essa é a essência da mensagem de Keynes.

“Disso se deduz que, levando em conta certas condições da técnica de recursos e de custo dos fatores por unidade de emprego, tanto para cada firma individual quanto para a indústria em conjunto, o volume do emprego

depende do nível de receita que os empresários esperam receber da correspondente produção. Os empresários, pois, esforçam-se por fixar o volume de emprego ao nível em que esperam maximizar a diferença entre a receita e o custo dos fatores. ” (KEYNES 1996 [1936], p.60)

Neste mesmo sentido:

“Não é, portanto, a desutilidade marginal do trabalho, expressa em termos de salários reais, que determina o volume de emprego, exceto no caso em que a oferta de mão-de-obra disponível a certo salário real fixe um nível máximo de emprego. A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego, e é este que, certamente, determina o nível de salário reais — não o inverso. Se a propensão a consumir e o montante de novos investimentos resultam em uma insuficiência da demanda efetiva, o nível real do emprego se reduzirá até ficar abaixo da oferta de mão-de-obra potencialmente disponível ao salário real em vigor, e o salário real de equilíbrio será superior à desutilidade marginal do nível de emprego de equilíbrio. ” (KEYNES 1996 [1936], p.64)

Assim, temos que, do ponto de vista de Keynes, o volume de emprego é determinado no ponto de intersecção entre as curvas (ou funções) de oferta e demanda agregadas, funções estas definidas pelas expectativas de gastos com bens de consumo e de investimento dos capitalistas, principalmente no que diz respeito ao processo de maximização de sua renda (lucros) medida em termos monetários; neste sentido, as previsões de receitas e de produção, bem como a expansão da capacidade , são convergentes entre si. Keynes argumenta que a teoria clássica, resumida na proposição da Lei de Say, na qual a “oferta seria responsável por criar a sua própria demanda” deve significar que, para qualquer volume de produção e emprego o preço da demanda agregada (ou produto) sempre se ajusta ao preço da oferta agregada independentemente do nível de mão de obra empregado; isto significa que a demanda efetiva não tem apenas um valor de equilíbrio e que o volume de emprego é indeterminado. (KEYNES 1996 [1936]). Sendo assim, numa hipótese de vigência da “lei de Say”, as curvas de oferta e demanda agregadas propostas por Keynes seriam iguais para qualquer nível de emprego.

“Em determinada situação técnica, de recursos e de custos, o emprego de certo volume de mão de obra impõe ao empresário duas espécies de gastos: a primeira são os montantes que ele paga aos fatores de produção (excetuando-se o que paga a outros empresários) por seus serviços

habituais, e que denominaremos de custo de fatores do emprego em questão; a segunda são os montantes que paga a outros empresários pelo que lhes compra, juntamente com o sacrifício que faz utilizando o seu equipamento, em vez de deixar ocioso, ao que chamaremos de custo de uso do emprego em questão”. (KEYNES, 1996 [1936], p.59)

A diferença entre os valores de produção e a soma dos custos de fatores e de uso resultaria na renda (lucro) do empresário e será sempre projetado de forma maximizada no momento em que o empresário determina o volume de emprego que será necessário para a sua produção; em outras palavras, dado um certo nível de tecnologia e custos, o volume de emprego depende, então, do nível de receita que os empresários esperam receber pela produção corrente, ou seja, a demanda efetiva pode ser definida como o produto esperado pelo empresário, dado um determinado volume de emprego. Neste sentido, uma demanda efetiva insuficiente geralmente causa alterações nos níveis de emprego no mercado de trabalho tornando o desemprego involuntário inerente ao funcionamento do sistema econômico; logo, as expectativas dos empresários acerca de seus rendimentos futuros podem resultar em persistentes insuficiências de demanda efetiva. Nas palavras de Keynes: “a insuficiência de demanda efetiva inibirá o processo de produção” (KEYNES, 1996 [1936], p.64), o que seria impossível na vigência da “Lei de Say”

Descrevendo mais sobre a demanda efetiva, Keynes identifica que o nível de consumo dos trabalhadores e o nível de novos investimentos por parte dos empresários é o que determina o nível corrente de emprego e conseqüentemente o montante de salário real da economia: “A propensão a consumir e o nível do novo investimento é que determinam, conjuntamente, o nível de emprego e é este, que certamente, determina o nível de salários reais, não o inverso”. (KEYNES, 1996 [1936], p.64).

Essa propensão a consumir pode ser entendida como o montante de gasto em consumo induzido por variação marginal da renda e depende das características particulares de cada indivíduo, mas sobretudo do nível de renda auferido por ele. O investimento se torna a variável central pois possui caráter determinante sobre a demanda efetiva, tendo em vista o seu caráter autônomo com respeito a renda corrente.

“Além disso, quanto mais rica for a comunidade, mais tenderá a ampliar a lacuna entre a sua produção efetiva e a potencial; e, portanto, mais óbvios e maléficos os defeitos do sistema econômico. Assim, uma comunidade pobre tenderá a consumir a maior parte da sua produção de modo que um investimento modesto será suficiente para lhe garantir o pleno emprego, ao

passo que uma comunidade rica terá de descobrir oportunidades de investimento muito mais amplas, para que possa conciliar a propensão para a poupança dos seus membros mais ricos com o emprego dos seus membros mais pobres”. (KEYNES, 1996 [1936], p.64-65)

Ferreira (2003) contextualiza muito bem o pensamento de Keynes quando da elaboração de sua teoria. Segundo ela, o cenário visualizado por ele era o de que os capitalistas não saberiam exatamente as quão flexíveis eram os salários (ou como eles se comportariam ao longo do tempo) e, além disso, não sabem qual o real efeito de uma redução desses salários sobre o nível de demanda agregada. Neste sentido, os empresários eram obrigados a “apostar” no nível de receitas futuras; e essa aposta era a real causa das flutuações observadas no nível de investimentos e consequentemente do emprego.

Keynes conclui a TG enfatizando que um os principais defeitos da sociedade econômica preconizada pela teoria clássica, ou seja, um sistema de livre atuação das forças de mercado, estão relacionados a incapacidade de definir qualquer nível de emprego, sendo ele de pleno emprego ou não, tendo em vista que existem outras áreas além do “mercado” que necessitam de algum tipo de interferência. Para ele, é necessário a existência de um mecanismo orientador quanto a propensão a consumir feito por meio de políticas econômicas voltadas ao lado fiscal. Neste sentido, uma situação que assegura a existência de uma situação próxima a de pleno emprego passa pela socialização ampla dos investimentos entre os agentes públicos e privados.

Kalecki (1977 [1954]) também considera que o investimento é a variável central para a definição do nível de renda e emprego agregados; porém, diferentemente de Keynes, elabora outra concepção quanto aos determinantes desse investimento. A proposta de Kalecki é uma visão mais clara da proposta por Keynes, na qual o Princípio da Demanda Efetiva (PDE) consiste na determinação unilateral das receitas pelo gasto, ou seja, na constatação de que em transações mercantis, existe apenas uma única decisão autônoma: a de gastar. “Diferentemente de muitos autores que se limitam a repetir ou a interpretar as concepções de Marx a respeito do problema da realização, Kalecki o retomou exatamente no ponto em que Marx o havia deixado e procurou desenvolvê-lo” (MIGLIOLI 1979, p.141). O argumento de Kalecki busca, também, demonstrar que os gastos dos capitalistas são responsáveis pela determinação dos níveis salariais bem como a produção e os lucros de uma economia. Assim, é por meio do nível de gasto que se torna possível a existência de novos investimentos, pois os

capitalistas não conseguem determinar o real nível de renda futura, mas a decisão de quanto gastar no presente, tanto em consumo como em investimentos é mais flexível; logo, a soma de seus gastos determinaria a sua renda, ficando evidente o protagonismo do gasto capitalista em investimento.

Por meio de um esquema departamental verticalizado, Kalecki identifica a diferença existente entre as classes trabalhadora e capitalista; subdividindo a economia em três departamentos: (D1) produção de bens de capital; (D2) produção de bens de consumo de capitalistas e; (D3) produção de bens de consumo de trabalhadores. Neste contexto, são as decisões quanto ao nível de investimento e de gastos dos capitalistas, que determinam o nível de lucros corrente devido ao fato de que, do ponto de vista da classe trabalhadora, toda a renda é gasta em bens de consumo; o montante de lucros é, então, repassado aos departamentos 1 e 2. Temos então uma dinâmica na qual a renda de um capitalista de determinado departamento se torna o gasto de outro.

“Os capitalistas do departamento III, depois de terem vendido aos trabalhadores a quantia de bens de consumo correspondente a seus salários, ainda terão um excedente de bens de consumo equivalente a seus lucros. Esses bens serão vendidos aos trabalhadores do departamento I e do departamento II, e, como os trabalhadores não poupam, isso absorverá toda a sua renda. Assim, o total dos lucros será igual a soma dos lucros do departamento I, mais os lucros do departamento II e os salários desses dois departamentos; ou então, o total dos lucros será igual ao valor da produção desses dois departamentos – em outras palavras, ao valor da produção de bens de capital e de consumo para os capitalistas”. (KALECKI, 1977 [1954], p. 67)

Este modelo simplificado descreve uma situação na qual não existe qualquer influência no sistema econômico (economia fechada, sem governo e sem poupança por parte dos trabalhadores) e que os lucros auferidos pelos capitalistas eram iguais ao valor total do consumo entre os departamentos; entretanto, este modelo também pode ser ampliado, ou seja, considerando as influências do setor externo, atividades governamentais e admitindo que os trabalhadores conseguem fazer poupança. Neste sentido, tanto o saldo do comércio exterior (exportação – importação) quanto os gastos governamentais e a poupança dos trabalhadores são inclusas no resultado final do lucro. Assim, além dos níveis de investimento e consumo dos capitalistas, o nível de exportação, de gasto governamental e de poupança dos trabalhadores influenciam nos

resultados finais de lucro¹. Apesar de algumas divergências acerca do PDE, tanto a argumentação de Keynes como a de Kalecki a respeito do pleno emprego dos fatores produtivos, encontram uma característica em comum; ambos acreditam que uma situação em que a economia opere em pleno emprego só pode ser mantida mediante algum tipo de “apoio” estatal.

Possas (1999) argumenta que as ideias de Keynes acerca do PDE se mostraram obscurecidas diante da dificuldade de enfatizar a determinação *ex ante* da produção e do emprego ao passo que Kalecki concentrou suas análises nos resultados *ex post*, o que lhe permitiu uma maior clareza acerca desse princípio.

Percebe-se que o debate sobre o funcionamento do mercado de trabalho e as causas do desemprego é extremamente contemporâneo, isto muito em decorrência do período recessivo vivido à época resultante da grave crise de 1929. Apesar de possuírem um caráter de “novos estudos teóricos”, a concepção clássica ainda se mantinha fortemente presente. Os denominados neoclássicos também baseavam suas análises na existência de um ponto de equilíbrio e que o mesmo seria alcançado por meio de “ajustes” salariais. A teoria neoclássica então destaca e se baseia na rigidez salarial como principal fator para a determinação de desequilíbrios e consequentemente de taxas de desemprego mais elevadas. O objetivo agora era o de tentar “encaixar” a teoria geral de Keynes no mundo clássico. Seus estudos argumentavam que, apesar de todas as críticas elaboradas por Keynes acerca da metodologia utilizada pelos clássicos, era possível existir desemprego involuntário dependente da hipótese de rigidez salarial.

Como já destacado, um dos pontos que causavam variações da taxa de desemprego era o desenvolvimento tecnológico, o qual causava desemprego devido a incorporação de novos meios de produção poupadores de mão de obra. Assim, o nível de desemprego acompanhava a dinâmica da atividade econômica e eram causados por interferências na livre ação das forças de mercado. Neste sentido, um fator importante a ser destacado é o de que os neoclássicos não ignoravam a estrutura de mercado utilizada por Keynes, mas enfatizavam que era necessário incluir o equilíbrio geral (nos termos walrasianos) na teoria geral.

Para os neoclássicos, o sistema econômico tende naturalmente a uma situação de equilíbrio geral, otimizando os resultados agregados nas decisões dos agentes

¹ Como resultado desse modelo ampliado déficit público, poupança negativa dos trabalhadores e superávit comercial reduz desemprego e provoca um aumento nos lucros. Diferentemente de Keynes, Kalecki enfatiza que o investimento é necessariamente cíclico e potencialmente instável.

econômicos e conduzindo ao pleno emprego dos fatores de produção, sendo o desemprego observado considerado apenas momentâneo. Este “encontro” das teorias keynesiana e clássica foi desenvolvido por meio de um diagrama denominado de IS-LM.

“[...]cria um modelo que é o da IS-LM, sendo um modelo bastante atraente pela facilidade com que qualquer coisa, qualquer efeito da economia, pode ser encaixado em alguma de suas curvas. Sua atração advém da ideia de que, em se conhecendo o modelo, sabe-se operar-se a economia como um todo: pode-se, por exemplo, estudar repercussões de umas variáveis sobre as outras. ” (CARDIM DE CARVALHO, 1988, p.6)

O modelo IS-LM é elaborado mediante a junção de três equações considerando a demanda por moeda, os investimentos em bens de capital e uma condição de equilíbrio. Neste sentido, a equação da demanda por moeda é considerada uma função da renda, ou seja, ela varia de acordo com a variação nos níveis de renda. Pelo lado dos investimentos, este se torna uma função da taxa de juros e; a condição de equilíbrio é o ponto em que os níveis de investimento devem ser em igual montante ao valor da poupança existente e o nível de poupança é determinado pelos níveis de renda e de juros. A partir dessas características, o modelo IS-LM busca demonstrar que o desemprego involuntário descrito por Keynes ocorre pela dificuldade de se alterar os níveis de juros e, conseqüentemente da renda.

Após a disseminação da TG, manter a economia operando em pleno emprego passou a ser considerada empreitada factível se as políticas econômicas adotadas fossem bem elaboradas e visassem reduzir os problemas causados pelo desemprego elevado. Neste sentido, outras correntes de teóricas macroeconômicas surgiram posteriormente; podemos destacar os estudos de Friedman; que considerava o modelo keynesiano eficiente somente no curto prazo, mas com custo em termos da aceleração da inflação, sendo que a taxa de desemprego possuía uma tendência de retorno ao seu nível “natural”; esse argumento tomou como base a existência de um comportamento maximizador de utilidade por parte dos agentes econômicos dado que suas preferências são cerceadas pelas expectativas dos níveis de preços futuro da economia sendo que estas expectativas são adaptadas ai longo do tempo.

“[...]suponhamos que as autoridades monetárias queiram reduzir o nível de desemprego da economia que se encontra, inicialmente, em sua taxa natural. Para tanto, a estratégia adotada é a expansão da taxa de crescimento da oferta monetária, cujo efeito imediato é a redução da taxa de juros. Como

decorrência da política monetária expansiva, os dispêndios de demanda agregada crescem — especificamente, consumo e investimento — o que faz com que as firmas demandem uma maior quantidade de trabalho. Nesse particular, o crescimento da produção tem, como contrapartida, um impacto positivo no nível de preços: inflação. ” (FERRARI FILHO, 1996, p.85)

O caráter adaptativo das expectativas também poderia ser creditado aos trabalhadores pois, percebendo o aumento no nível de preços passarão a incorporá-los nos salários causando variações nas condições de oferta de trabalho bem como num cenário de aumento dos níveis salariais a demanda por produtos se apresentará em excesso ao passo que a demanda por trabalho será menor pois, dado o aumento salarial, o custo do trabalho pela ótica das firmas se elevou; neste contexto, temos que o equilíbrio no mercado de trabalho é restaurado. De uma maneira mais geral, autores que passaram a ser conhecidos como “Monetaristas” acreditavam que as soluções para o desemprego eram políticas baseadas na análise microeconômica responsáveis por flexibilizar² as relações existentes no mercado de trabalho considerando a dificuldade em prever a inflação futura; para estes autores, haveria muito pouco a fazer, efetivamente, para evitar a taxa de desemprego natural. Essa teoria baseou-se na ideia de que a moeda possui extrema importância no âmbito macroeconômico pois afeta tanto os níveis de produto e renda no curto prazo bem como pode causar mudanças nos níveis de preço no longo prazo.

Ao contrário dos monetaristas, os estudiosos denominados “Novos Clássicos” argumentavam que as políticas macroeconômicas eram ineficazes quando aplicadas com o objetivo de reduzir as taxas de desemprego até mesmo no curto prazo, pois provocariam desequilíbrios na economia. “Segundo eles, as flutuações econômicas são explicadas como manifestações temporárias de choques exógenos de oferta, tais como variações tecnológicas e de produtividade, que implicam mudanças nos preços relativos da economia”. (FERRARI FILHO, 1996, p.88); para eles as políticas só teriam efeito se fossem microfundamentadas com maior atuação na oferta. A diferença entre essas duas correntes teóricas está na concepção das expectativas dos indivíduos, na qual os Monetaristas baseiam-se nas expectativas adaptativas ao passo que os Novos Clássicos apresentam as expectativas racionais.

² Adota-se flexibilização como o aumento da liberdade de o empregador definir de maneira unilateral e discricionária a contratação, o uso e a remuneração do trabalho. KREIN; BIAVASCHI (2015)

Seguindo a relação de correntes de pensamento, os intitulados novos keynesianos trouxeram novamente o foco para a análise macroeconômica visando a “quebra” do argumento dicotômico clássico e também defendendo a existência de um excesso de oferta no mercado de trabalho; seus estudos se baseavam na adequação de elementos microeconômicos nos resultados macroeconômicos destacados na Teoria Geral Keynesiana. Para os novos keynesianos, tanto os neoclássicos quanto os novos clássicos não explicaram de maneira convincente a rigidez de preços e salários reais na economia e a existência de uma oferta agregada invariante há choques de demanda. Assim sendo, as mudanças nos preços por parte da firma são postergadas devido ao fato de que será necessária uma reestruturação dos custos.

“Partindo da idéia de que trabalho não é um bem homogêneo, o modelo de salário-eficiência supõe que a produtividade do trabalho é afetada pelo salário pago pelas firmas. Uma vez que a eficiência dos trabalhadores é condicionada aos salários recebidos, qualquer redução de salário proposta pelas firmas, visando à diminuição de custos, tem como efeito direto as quedas de produtividade e, por conseguinte, de lucro. Nesse sentido, as firmas evitam reduzir salários, porque temem que as referidas quedas de produtividade e de lucro, ao serem realizadas, reduzam a participação delas no mercado. ” (FERRARI FILHO, 1996, p.90)

Essa rigidez de salários reais seria explicada no âmbito do mercado de trabalho considerando que é um processo resultante do próprio comportamento maximizador racional das firmas e dos trabalhadores. Todas as explicações usadas por essa corrente teórica para a explicação da existência do desemprego tomam contornos microeconômicos na busca por entender o comportamento dos agentes envolvidos no mercado de trabalho. “Assim, o “desemprego involuntário”, tomado como uma questão macroeconômica, e que, portanto, exigiria políticas macroeconômicas (ou seja, voltadas aos outros mercados, não somente ao de trabalho) no aparato novo keynesiano, está fora de foco. O próprio conceito de desemprego involuntário se perde. ” (FERREIRA 2014, p.4)

Por último, porém não menos importante, caberia citar o pensamento pós-keynesiano, nessa concepção, o objetivo principal consiste em demonstrar que as decisões de investimento, poupança e financeiras são determinadas na economia monetária na qual, existe um nível de incerteza sobre as condições futuras. Neste sentido, as atitudes racionais dos agentes econômicos contribuem para a existência de uma insuficiência de demanda efetiva, provocando desemprego.

“[...] os pós-keynesianos, ao resgatarem a essência do pensamento de Keynes, têm desenvolvido algumas linhas de pesquisa em Economia que estão associadas à ideia de economia monetária de Keynes, “(...) economia na qual as variações de pontos de vista sobre o futuro são capazes de influenciar a quantidade de emprego e não somente sua direção”^”. Assim sendo, as discussões estão quase sempre centradas no papel da incerteza, no caráter histórico do tempo e no papel da moeda e das instituições financeiras, entre outras. ” (FERRARI FILHO, 1991, p.344)

Ou seja, nem a demanda por trabalho, nem a oferta de mão de obra seriam dependentes do nível de salário real da economia. Neste contexto, o mercado de trabalho não seria um verdadeiro “mercado” propriamente dito, pois tanto o preço quanto a taxa de salário seriam incapazes de desempenhar uma função de compensação do mercado, sendo assim, as variações salariais não eliminariam o desemprego. (APPELBAUM, 1979)

Diante dos argumentos teóricos descritos até aqui, sobre as causas do desemprego persistente e as políticas necessárias para enfrenta-lo tem confrontado distintas posições ideológicas sobre o papel do Estado e colocado em evidência a interface política das principais escolas de pensamento econômico; à medida que o compromisso com uma situação de pleno emprego foi sendo deixado em segundo plano a partir dos anos 1980; evidenciou-se que o problema não seria somente as condições macroeconômicas. Dado a conjuntura econômica do período, as discussões teóricas a respeito das causas do desemprego passaram a incorporar os resultados observados no processo de revolução tecnológica e das mudanças estruturais; o caráter cíclico do comportamento da economia e a adoção de novas tecnologias passaram a ser usados para a explicação dos níveis de desemprego existentes. O avanço da terceira revolução industrial passou a ser visto como um processo de eliminação de postos de trabalho gerando uma enorme preocupação quanto ao futuro do mercado de trabalho.

“Podia-se constatar uma redução de empregos na fase descendente do ciclo, mas as inovações tecnológicas adotadas acabariam estimulando o surgimento de novos produtos, redução de preços e expansão de mercados, resultando em crescimento econômico e geração de empregos na fase ascendente. ” (PRONI, 2015, p.21)

Somente em caráter provisoriamente conclusivo podemos dizer que as fronteiras do estudo do funcionamento do mercado de trabalho e os determinantes do desemprego vão se alterando seguindo o próprio processo de desenvolvimento humano, no qual, a

medida que novas situações vão surgindo se faz necessário o estudo e a elaboração de novos estudos para responder questões inerentes a esse processo” Embora avanços tenham sido realizados, permanece o desafio de construir um referencial teórico voltado para uma explicação multicausal, que integre os diversos determinantes econômicos e extraeconômicos do desemprego. ” (PRONI, 2015, p.38)

1.2 PLENO EMPREGO: INTERESSES POLÍTICOS E SUBDESENVOLVIMENTO

Apesar de algumas divergências acerca do PDE, tanto a argumentação de Keynes como a de Kalecki a respeito do pleno emprego dos fatores produtivos, encontram uma característica em comum: ambos acreditam que uma situação em que a economia opere em pleno emprego só pode ser atingida e mantida mediante algum tipo de ação do Estado com respeito nível agregado de gastos. Em Keynes, essa conclusão tem como base o já descrito problema da demanda efetiva, no qual as expectativas dos empresários quanto às alternativas para alocação de seu poder de compra eventualmente proporcionam uma demanda insuficiente gerando desemprego involuntário; neste sentido, um nível de atividade que se aproxima de uma situação de pleno emprego pode não ser sustentável pelo fato de que, após atingido o nível considerado de pleno emprego, poderá ocorrer uma maior restrição ao crédito, devido ao fato do sistema bancário não estar mais disposto a fornecer liquidez para novos investimentos; aumento da taxa de juros com o objetivo de controlar a inflação (a depender da posição adotada pela autoridade monetária) derivada de um excesso de investimento; insuficiência da demanda por bens de consumo (excessiva propensão à poupança) ou pela eventual (ainda que menos provável) escassez de trabalhadores. Sendo assim, o apoio Estatal é de extrema importância pois somente assim esses obstáculos poderiam ser superados. Keynes propõe uma solução da incapacidade de proporcionar o pleno emprego e distribuição de renda no campo social, a qual considera que a combinação de eficiência econômica, justiça social e liberdade individual impulsiona os recursos que acabam se desviando do processo de demanda efetiva e das expectativas dos empresários.

“o estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, seja através de seu sistema de tributação, seja por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas [...] eu entendo, portanto, que uma socialização, algo amplo, dos investimentos será

o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique na necessidade de excluir ajustes e fórmulas de todas as espécies que permitem ao estado cooperar com a iniciativa privada” (KEYNES, 1996 [1936], p.345)

Este ferramental, baseado no investimento público orientado ao crescimento, se tornou, na macroeconomia pós-keynesiana, a principal interpretação da contribuição de Keynes na arena das políticas públicas ganhando importância fundamental na determinação do nível de emprego vigente, no qual o governo deve intervir e se esforçar para diluir as incertezas futuras dos agentes econômicos a fim de evitar períodos de baixa no nível de atividade econômica. Para além disso, a sugerida “socialização dos investimentos” envolveria o tratamento planejado, em nível agregado, do volume de gastos em investimentos da economia nacional; daí o uso da expressão “socialização”, a qual não deveria se confundir com a estatização dos meios de produção. Afinal, Keynes está claramente preocupado com a manutenção da ordem capitalista, na qual os investimentos seriam, majoritariamente, privados; caberia ao setor público a tarefa de atuar de modo complementar aos investimentos privados, de modo a garantir demanda efetiva permanentemente compatível com o pleno emprego. Trata-se, portanto, de uma proposta de gestão macroeconômica voltada à geração de postos de trabalho puxada pelos investimentos, tanto públicos quanto privados.

A manutenção indefinida do pleno emprego seria o resultado esperado dessa estratégia, à qual não haveria maiores constrangimentos, desde que os governos nacionais se mostrassem suficientemente esclarecidos: uma maior massa de lucros advindos da produção e uma maior massa de salários seriam observadas simultaneamente; a única potencial exceção a esta estratégia desprovida de oposição residiria na figura do rentista, figura que teria seu meio de vida ligado à escassez de capital. Keynes aposta, porém, no aspecto meramente transitório da existência desse segmento (desprovido de função) social, desde que colocada em marcha a estratégia de expansão continuada dos investimentos (TERRA; FERRARI FILHO, 2012).

Em sentido análogo, ainda que sob uma perspectiva marcadamente diferenciada, Kalecki salienta a relativa simplicidade técnica quanto aos caminhos para a geração do pleno emprego; diferentemente de Keynes, o autor polonês colocará ênfase nos melindres políticos envolvidos em cada instrumento potencialmente elegível para obtenção do resultado macroeconômico em pauta. Ele apresenta três ferramentas passíveis de uso para o atingimento do objetivo de geração do pleno emprego: (i) gasto

público (em investimento ou em subsídios ao consumo popular) viabilizado por dívida pública; (ii) incentivos ao investimento privado e; (iii) pela redistribuição de renda (tributação de segmentos sociais com maior capacidade de pagamento para viabilizar gastos públicos), sem incorrer em endividamento público adicional. Essas formas de intervenção proporcionariam a geração de uma demanda efetiva adequada que seria suficiente para assegurar e manter uma situação de pleno emprego na economia (Kalecki, 1944).

“Se o governo assume o investimento público (por exemplo, constrói escolas, hospitais e estradas) ou subsidia o consumo de massa (por transferências as famílias, pela redução dos impostos indiretos, ou subsídios para manter baixos os preços de bens de primeira necessidade), e se, além disso, essas despesas são financiadas pelo endividamento e não pela tributação (o que poderia afetar negativamente o investimento privado e o consumo), a demanda efetiva por bens e serviços pode ser aumentada até um ponto em que o pleno emprego seja alcançado”. (KALECKI, 1990[1943], p. 322)

O primeiro passo seria, então, a identificação do protagonismo do investimento privado como principal determinante do nível de demanda efetiva (antes de se considerar a ação governamental) e consequentemente do emprego; seguido da relativa facilidade no que se refere às formas de obtenção do pleno emprego a partir da ação do Estado. No entanto, haveria significativas dificuldades políticas quanto à manutenção indefinida de uma situação de pleno emprego. Essas ferramentas apresentadas por Kalecki seriam responsáveis por uma dinâmica na qual; (i) Não haveria maior resistência política quanto ao uso do gasto público amparado por déficit orçamentário, mas sim aos gastos com o consumo popular subsidiado (o que feriria a “meritocracia de mercado”, uma vez que se permite que a sobrevivência do trabalhador, ou ao menos parte dela, seja garantida sem a necessidade de venda da força de trabalho) e aos investimentos públicos (que poderiam se destinar a áreas de interesse dos capitais privados); (ii) Os estímulos ao investimento privado não mudam o seu caráter intrinsecamente instável, já que os efeitos demanda e capacidade são opostos e indissociáveis; estímulos públicos às inversões privadas podem postergar, mas não evitar os movimentos cíclicos dos investimentos e, portanto, do emprego e da renda; (iii) A tributação de estoques de riqueza (ou seja, do próprio capital, em última instância) enfrentaria, é claro, a objeção da classe dos proprietários.

Ainda de acordo com Kalecki (1944), tanto a primeira como a terceira forma de intervenção governamental são as mais adequadas para uma efetiva manutenção do

pleno emprego; o investimento público em setores preteridos pelo capital privado criaria um nível adicional de demanda efetiva e, conseqüentemente, à medida que a renda total aumenta, a receita tributária auferida também será maior; assim, o déficit gerado para a realização desses investimentos será menor que o incremento de novas despesas governamentais. Além do mais, haveria uma melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora tendo em vista o caráter de homogeneização dos interesses entre o governo e a população.

Do ponto de vista capitalista, o autor ainda identifica que, a existência de certo nível de desemprego é importante pois se caracteriza como um fator disciplinador da força de trabalho, assim, estes “preferem” apoiar políticas que visem a estabilidade monetária do que medidas para combater o desemprego; neste sentido, os conflitos entre as classes sociais já introduzidos acima – traço claramente marxista de sua análise – se tornam evidentes e o problema do pleno emprego (ou da diminuição do desemprego) ganha contornos amplamente políticos. Diferentemente do que fora proposto por Keynes, Kalecki aponta para o fato de que a sustentação de uma situação de pleno emprego via gastos governamentais enfrentaria forte oposição, realizada principalmente pelos capitalistas, os quais Kalecki denomina de “líderes industriais”.

“As razões para a oposição dos “líderes industriais” ao pleno emprego alcançado via gastos do governo podem ser subdivididos em três categorias: (i) não gostam da interferência do governo no problema do emprego como tal; (ii) não gostam da direção dos gastos do governo (investimento público e o consumo subsidiado); (iii) não gostam das mudanças sociais e políticas resultantes da manutenção do pleno emprego”. (KALECKI, 1990[1943], p. 327-328)

Esses argumentos corroboram para a conclusão de que, mesmo que o nível de renda da classe trabalhadora seja ainda insuficiente, para o empresariado, o pleno emprego sustentado via gastos governamentais provocaria mudanças sociais, mudanças estas que, na visão deles, os colocariam em posição inferior aos empregados, pois a autoconfiança e a consciência de classe dos trabalhadores se fortaleceriam e o poder disciplinador do desemprego seria minorado, tendo em vista que trata-se da perda do controle sobre a determinação do nível agregado de renda e emprego para o governo (perda de poder frente ao Estado) e conseqüentemente a perda do poder relativo sobre a outra classe social dentro do capitalismo (o proletariado). Ademais, existe a desaprovação ao investimento público e ao consumo subsidiado. Cabe notar que toda

essa pletora de objeções políticas se faria notar mesmo em se considerando que a massa de lucros, no pleno emprego, seria a maior possível; nos termos do próprio autor, o “instinto de classe” dos capitalistas teria preponderância sobre os interesses materiais mais visíveis e imediatos; trata-se, portanto, de um distanciamento importante com respeito à socialização dos investimentos em Keynes, para quem a estratégia cooperativa, em escala social, seria claramente viável, tanto no curto quanto no longo prazo. Nota-se, afinal, que Kalecki aponta para uma separação crucial entre a geração do pleno emprego (politicamente factível, especialmente quando da superação de uma crise econômica) e a sua manutenção (muito pouco viável, em termos políticos); daí a sua aposta na necessidade da introdução de novas instituições que pudessem salvaguardar os interesses da classe trabalhadora dentro do capitalismo – ou, alternativamente, o descarte do próprio sistema (Kalecki, 1943).

Kalecki (1950), por sua vez identifica uma nova questão a ser incorporada ao estudo do comportamento da demanda efetiva e do emprego: a diferença crucial entre economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas na primeira, o problema central é a obtenção da plena utilização de sua capacidade produtiva já existente ao passo que na segunda além do problema da instabilidade do nível de demanda efetiva, há também a escassez de capital. Isso implica dizer que, mesmo havendo gasto agregado suficiente para usar toda a capacidade produtiva instalada, ainda haveria mão de obra disponível sem emprego. Sendo assim, a ocorrência do pleno emprego (da força de trabalho) só seria observado em economias desenvolvidas, devido à subutilização da força de trabalho nas economias subdesenvolvidas.

Segundo sua argumentação, esse conflito de interesses causaria ainda prejuízos ao desenvolvimento econômico, pois os problemas distributivos existentes em economias subdesenvolvidas só podem ser superados por meio de políticas econômicas que objetivem uma melhor redistribuição de renda e reforma agrária (que são economicamente mais prósperas) e, principalmente em relação a inserção do mercado de trabalho. Entretanto, este modelo de crescimento continuado, puxado pela ação governamental, descrito é de difícil implementação principalmente do ponto de vista estritamente político.

Analisando mais a fundo essa característica das economias desenvolvidas proposta por Kalecki temos, então, que o problema destas economias é mais que a adequação do nível de demanda efetiva necessária a uma situação de pleno emprego; isto é, o desemprego total existente não é somente um resultado de uma subutilização da

capacidade produtiva (gerada por demanda efetiva em nível inadequado), já que nas economias subdesenvolvidas existe um problema adicional: a escassez de capital. Primeiramente deixa-se de lado os níveis de desemprego friccional e sazonal, considerando que estes são relativamente “pequenos” quando o nível de demanda efetiva está alto. Deste modo, quando o nível de emprego real se coloca inferior ao nível de emprego necessário a uma situação de pleno emprego, assume-se que esse desemprego ocorre devido a existência de uma demanda efetiva insuficiente ao passo que quando o nível de emprego real está acima do nível de pleno emprego, tem-se uma situação de escassez de mão de obra. (KALECKI, 1950)

Nas economias subdesenvolvidas, o problema relacionado a deficiência de demanda efetiva também é claramente observável; todavia, neste tipo de economia, as causas para esse problema são o nível de capital insuficiente e até certo ponto subutilizado. O agravante neste caso é o fato de que, mesmo que o capital existente seja totalmente utilizado, o estoque de força de trabalho disponível ainda se demonstrará relativamente grande. Logo o problema aqui reside na deficiência de capacidade produtiva, sendo necessário uma expansão do potencial produtivo instalado.

“O problema crucial que os países em desenvolvimento enfrentam é aumentar substancialmente o investimento, não como um motivo para gerar demanda efetiva, como é o caso em uma economia desenvolvida com desemprego, mas para acelerar a expansão da capacidade produtiva, essencial para o rápido crescimento da renda nacional”. (KALECKI, 1983 [1965], p.66)

O Subdesenvolvimento demanda uma rápida expansão da capacidade produtiva (ou seja, dos investimentos, sobretudo industriais), o que dificilmente é obtido apenas pela iniciativa privada; tal expansão somente poderia ser efetuada mediante políticas governamentais que, dentre outras coisas, determinariam o investimento público em setores que o investimento privado é insuficiente.

“Na teoria, a maioria aprovará a necessidade econômica de se realizar as medidas em questão, até mesmo a classe dominante. Mas, a medida que as políticas forem implementadas, afetando todas as classes, essa situação muda radicalmente e se desenvolve uma oposição formidável feita de várias maneiras. Porque, na realidade, superando todos os obstáculos ao desenvolvimento econômico [...] equivale a algo mais do que a reviravolta criada no século XVIII pela Revolução Francesa. Assim, não é surpreendente que essas reformas não sejam realizadas de forma pacífica”. (KALECKI, 1965 [1983], p. 69-70)

Em suma, podemos definir o problema da obtenção (ou sustentação) de uma situação de pleno emprego vivenciado pelas economias subdesenvolvidas é diferente dos problemas que envolvem essa questão nas desenvolvidas; como vimos, o subdesenvolvimento pode apresentar uma deficiência de demanda efetiva juntamente com um estoque de capital produtivo não absorve toda a força de trabalho disponível. Todos os problemas presentes nas economias desenvolvidas também se observam no contexto do subdesenvolvimento que, porém, apresenta debilidades adicionais ligadas à escassez de capital e o desemprego que, portanto, não pode ser eliminado apenas pelo aumento no nível de demanda efetiva. Neste sentido, a principal estratégia para a geração de uma efetiva (e sustentável) situação de pleno emprego nas economias subdesenvolvidas tem como base a necessidade de uma rápida expansão dos investimentos em capacidade produtiva com o objetivo de criar demanda efetiva adicional.

2 A DINÂMICA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Após um longo período de altos níveis de desemprego resultantes, dentre outros fatores, das políticas econômicas adotadas que proporcionaram crescimentos econômicos pífios, os anos 2000 marcaram o início de um período de recuperação de muitos indicadores da economia brasileira, com destaque para as elevadas taxas de emprego da população economicamente ativa.

Como vimos no capítulo anterior, o debate acerca da existência ou não de uma situação de pleno emprego nas economias surgiu nos países centrais influenciado pelas flutuações (certas vezes retratadas como movimentos cíclicos) dos novos investimentos físicos e também tecnológicos, o que proporciona mudança na relação entre capital e trabalho aumentando a produtividade e a renda agregada. Porém, a dinâmica dos países da periferia, como o Brasil, se apresentava diferente; o desenvolvimento industrial e tecnológico se apresentava de forma tardia e só era possível mediante intervenção do Estado e de investimentos externos diretos realizados por empresas dos países centrais.

Neste sentido, existia um contingente de trabalhadores disponíveis e um mercado de trabalho bastante desorganizado. A “saída” para a economia brasileira foi, então, o mercado externo. Devido ao baixo nível de absorção interna, iniciou-se a partir de meados dos anos 2000 um ciclo de dependência de exportações para os bens produzidos internamente.

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar que, apesar dos indicadores positivos relacionados à importante queda na taxa de desemprego aberto e, em certos anos do período, ao crescimento do PIB, o Brasil teve um desempenho limitado no tocante ao investimento (essencialmente o investimento privado) e, assim como em períodos anteriores, observou um vazamento macroeconômico muito grande (importações), ladeado pela perda de importância do setor industrial. Sendo assim, o ciclo de absorção da mão de obra ocorrida principalmente a partir de 2004 proporcionou um amplo debate acerca da existência (ou não) de uma situação de Pleno Emprego na economia brasileira no período compreendido entre 2003-14.

2.1 ASPECTOS MACROECONOMICOS DOS ANOS 2000

Devido ao histórico de altas taxas de inflação, os formuladores de política econômica no Brasil tiveram como grande objetivo, sobretudo a partir da década de 1980, a estabilização monetária. Essa postura foi adotada buscando reduzir a nível de absorção interna preconizada pelo FMI; bem como realizar a abertura comercial e financeira seguindo as diretrizes do consenso de Washington³, reduzindo o papel do Estado. Estes foram os traços de alguns dos planos de estabilização monetária até então adotados; Políticas monetária e fiscal extremamente contracionistas faziam parte do escopo. Sendo assim, o nível de atividade econômica nos anos iniciais da década de 1990 se apresentava bem baixo buscando conter o ímpeto inflacionário, esse fato, somado a abertura comercial (e, a partir de 1994, valorização cambial) contribuiu para os resultados ruins nos indicadores do mercado interno, inibindo possibilidades de expansão industrial baseada em novos investimentos produtivos.

Já no final da década, mesmo após a desvalorização cambial ocorrida em 1999, a efetivação da abertura comercial se traduziu também em profundas alterações no funcionamento do mercado de trabalho resultando especialmente em altos níveis de desemprego. Este aspecto agravou ainda mais os problemas sociais relacionados à concentração de renda e desincentivo a qualificação de mão de obra (no sentido de que faltavam vagas de trabalho até para trabalhadores mais qualificados), aumentando as formas precárias de contratos de trabalho com salários ainda mais baixos; desde então, o desemprego tornou-se um problema central na economia brasileira. O impacto negativo do modelo neoliberal sobre o mercado de trabalho pode ser observado por meio das taxas de desemprego do período; de acordo com os dados da PNAD-IBGE, a taxa de desemprego brasileira aumentou de 7,2%, em 1992, para 10,4%, em 1999, oscilando em torno desse percentual até o ano de 2003.

A ideia central da abertura comercial era desenvolver o mercado interno e estabilizar preços por meio da ampliação da concorrência com os produtos internacionais, dado que o novo plano de estabilização (Plano Real [1994-99]) proporcionou, num primeiro momento, uma sobrevalorização do câmbio, contribuindo

³ O Consenso de Washington foi uma denominação dada como resultado de uma reunião feita em 1989 na capital dos Estados Unidos com funcionários do governo americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O encontro tinha como objetivo realizar uma avaliação das reformas econômicas feitas pelos países da América Latina e nesse sentido diversos economistas latino americanos participaram para relatar as experiências obtidas pelos seus respectivos países.

para que os preços dos produtos internos caíssem mediante o aumento das importações e consequentemente o objetivo de conter a inflação fosse alcançado.

“A alta taxa de juros interna e a valorização do câmbio direcionaram crescente parcela da demanda ao mercado externo e acirraram o poder de concorrência dos produtos e das empresas estrangeiras interessadas no mercado nacional. Por outro lado, o governo tratou de mudar o regime fiscal, na tentativa de eliminar permanentemente o déficit público, visto como a causa nuclear da inflação. A política fiscal, em sua nova lógica de atuação, perdeu o lugar de instrumento de gestão da demanda agregada e passou a servir como fiadora do espaço de valorização do capital” (DEDECCA; LOPREATO, 2013, p. 03)

Entretanto, esse cenário contribuía para o aumento dos déficits comerciais, déficits esses considerados passageiros tendo em vista que a esperança de que assim que as empresas brasileiras aumentassem seus investimentos na modernização de seus sistemas produtivos por meio de novas tecnologias, a participação no mercado internacional seria retomada; da mesma forma, havia a aposta na existência de superávits na conta de capital que poderiam compensar esses déficits. Desta maneira, ficava evidente a necessidade da manutenção de altas taxas de juros com o intuito de atrair capital financeiro estrangeiro, para este fim, também haveria de cooperar a redução da participação do Estado na economia por meio do processo de privatizações, nas quais se privilegiou a venda de ativos públicos a investidores forâneos.

O processo de abertura comercial buscava, grosso modo, aumentar o fluxo de capitais estrangeiros destinados a ampliação dos níveis de investimento da economia. Entretanto, a forma como fora realizada essa abertura contribuiu para que esses novos fluxos de capitais fossem, em sua maioria, de curto prazo, voltados apenas à exploração da diferença de juros entre o mercado interno e externo; de outra parte, os investimentos diretos externos foram direcionados ao setor de serviços e os demais segmentos privatizados de non-tradables. (CARNEIRO, 2002).

Neste sentido, a gestão macroeconômica ficava restrita ao famoso “tripé” macroeconômico⁴ que começou a vigorar a partir de 1999 com o abandono da âncora cambial (período em que o Real esteve atrelado ao dólar na relação de um para um

⁴ A partir do início de 1999, dada a dificuldade de continuar utilizando a âncora cambial, (ferramenta que sustentou o Plano Real desde sua implantação 1994), o Brasil decidiu utilizar três diretrizes de política econômica visando a estabilização dos preços e sustentar o crescimento do PIB. O “tripé” macroeconômico é formado pelo; (i) regime de câmbio flutuante; (ii) superávits primários das contas públicas (responsabilidade fiscal) e (iii) sistema de metas para a inflação.

buscando reduzir barreiras comerciais) momento em que surgiu um novo conjunto de diretrizes para elaboração de políticas econômicas, por meio das quais buscou-se adotar regras para todas as políticas macroeconômicas: meta de superávit primário (política fiscal), metas de inflação (política monetária) e câmbio flutuante / redução de barreiras comerciais e financeiras (política externa).

“Assim, a arquitetura desse regime buscou limitar a discricionariedade da atuação do Estado no manejo das políticas macro. Preconizava-se que o instrumental macroeconômico deveria ser mobilizado para a busca quase exclusiva da estabilidade de preços, identificada como condição primordial para o desenvolvimento.” (BIANCARELLI; ROSSI, 2013, p. 01)

Esse cenário macroeconômico brasileiro juntamente com um processo de instabilidade internacional, que também foi provocada por um processo de desregulamentação, observada no período em questão provocado pelas crises de 1995 (México); 1997 (Ásia); 1998 (Rússia), a própria desvalorização de 1999; além, é claro, da especulação financeira (e fuga de capitais) durante as eleições de 2002, contribuiu para que o crescimento econômico não lograsse os resultados almejados. A manutenção das altas taxas de juros juntamente com o baixo crescimento elevou o nível da dívida pública ao mesmo tempo que o saldo da balança comercial apresentou uma reversão deficitária já a partir de 1995.

No final dos anos 1990 mais precisamente em 1999, a âncora cambial foi abandonada, em meio a uma grave crise nas contas externas (provocada pela valorização cambial, abertura comercial e desregulamentação financeira), iniciando um novo ciclo de diretrizes para a elaboração de política econômica, composto pelo regime de metas de inflação, metas de superávit primário e taxas de câmbio flutuantes. Não obstante, os resultados econômicos mantiveram as suas trajetórias anteriores apesar de os níveis de inflação se apresentarem próximos aos registrados nas décadas anteriores, com exceção dos déficits na balança comercial, que devido à forte desvalorização do real frente ao dólar, foram revertidos a partir de 2001⁵.

Ao mesmo tempo, nos anos 2000 iniciou-se uma nova fase de prosperidade na economia mundial e, conseqüentemente, os países exportadores de commodities, como o Brasil, começaram a registrar melhores resultados em seus indicadores externos. O cenário adverso das exportações começou a apresentar uma inversão em meados de

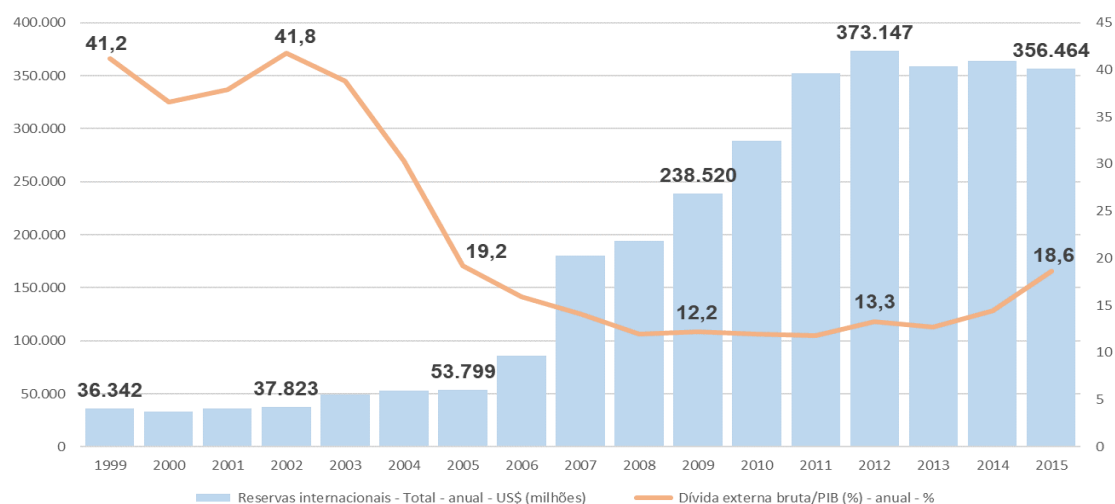
⁵ É importante ressaltar que este período apresentou, também, um baixo crescimento econômico, o que faz com que os níveis de importações parem de crescer

2002, puxado pelo crescimento acelerado registrado nas economias asiáticas, especialmente da China, aumentando os níveis de exportação brasileira cabendo lembrar que houve valorização expressiva dos preços das commodities primárias, além do aumento dos volumes demandados no comércio internacional, base sobre a qual se sustentou certa aceleração do crescimento econômico brasileiro a partir de então.

Os saldos positivos na balança comercial fizeram com que a economia registrasse sequentes superávits na conta corrente entre os anos de 2003 e 2007; paralelamente a isso, os níveis de reservas internacionais aumentaram⁶ contribuindo para um cenário ainda mais confortável em relação à dívida externa. Ademais, dada a fragilidade do modelo neoliberal, podemos destacar também que nesse período houve uma transição de governo, com a vitória da oposição em 2002 sob a expectativa de mudança quanto aos rumos de condução da economia do país, especialmente no tocante ao desemprego.

Foi a partir daí que o Governo passou a elaborar políticas macroeconômicas com o intuito de acelerar o crescimento; aumentar o potencial produtivo da economia brasileira; impulsionar o desenvolvimento social e; a ampliação dos investimentos públicos e a recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo do Estado.

GRÁFICO 1 - Evolução do estoque de reservas internacionais (US\$ - Mi) x Evolução dívida externa bruta (% do PIB) – BRASIL 1999 – 2015



Fonte: BCB-DSTAT. Elaboração Própria

⁶ Em 2005, quando não mais se renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assinado em 2002, a economia cresceu 3,2%, apesar da elevação dos juros ao longo do ano, “antídoto” aplicado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) diante da elevação de preços verificada a partir do segundo semestre de 2004. Em 2006, o crescimento foi de 4,0%, em um ano em que o superávit comercial chegou a US\$ 46 bilhões, com forte expansão das exportações. Em 2007, a alta do PIB alcançou 6,1%, e manteve intensidade em 2008, ano em que a expansão correspondeu a 5,2. (DIEESE, 2010, p. 10)

Com isso, iniciou-se uma dinâmica de crescimento econômico atrelada a maiores níveis de exportação bem como das importações (sendo que os componentes da demanda, isto é, consumo e investimento foram relevantes somente em um momento posterior⁷) e, já em 2004 foi observado um crescimento de 5,4% do PIB a partir daí iniciou-se um novo ciclo de crescimento acelerado pelos estímulos destinados ao desenvolvimento do mercado consumidor interno, possibilitando o desenvolvimento do mercado de trabalho. O conjunto de ações governamentais de fortalecimento do mercado interno ganhou evidência. Neste sentido, no período entre 2004/2008 o PIB registrou um crescimento médio de 4,8% ao ano. Ademais, o emprego formal e o nível salarial se expandiram rapidamente aumentando o consumo das famílias. Esse novo patamar de consumo também pode ser creditado à política expansionista adotada pelo governo, por meio da política de aumento do salário mínimo; maiores gastos governamentais realizados por meio de investimentos em infraestrutura (PAC) e também habitacional (minha casa minha vida) juntamente com programas de distribuição de renda, sendo o maior deles o aumento real do salário mínimo⁸ que buscaram a descentralização regional do crescimento econômico por meio do estímulo a geração de postos de trabalho em regiões menos favorecidas.

“Todas as medidas favoreceram o consumo de forma disseminada regionalmente e em diferentes estratos de renda, particularmente nas camadas mais baixas. [...]. Enfim, houve uma avalanche de recursos que entrou na economia pelo mercado de trabalho, através de benefícios sociais e, também, pelo mercado de crédito.” (SICSÚ, 2017, p.12)

Neste contexto, apesar da continuação das diretrizes propostas pelo malfadado “tripé”, a economia brasileira pôde experimentar um ambiente extremamente favorável com altas taxas de crescimento do PIB, inflação mais baixa, aumento no estoque de reservas e diminuição da dívida externa; essa dinâmica resultou no aumento do

⁷ É importante dizer que a taxa de investimento produtivo não apresentou um crescimento equivalente ao do consumo.

⁸ A política de valorização do salário mínimo estabeleceu, a partir de 2008, reajustes equivalentes a inflação acumulada no período (medida pelo INPC-IBGE) acrescidos da variação do PIB dos últimos dois anos. Diante desse fato, o reajuste do salário mínimo foi efetuado com base em Medidas Provisórias no período entre 2008 e 2011. Somente a partir de 2012, com a Lei 12.382/2011, a forma atual de aumento do salário mínimo foi legalizada, com validade prevista até o ano de 2015. (DIEESE, 2010b).

consumo de bens duráveis, aumento do investimento no setor produtivo⁹ (apesar de ainda se manter em patamares baixos) e retomada dos investimentos em infraestrutura por parte do Estado. Segundo BALTAR *et alii* (2010) o crescimento do PIB brasileiro no período teve impactos diretos na ampliação do consumo e dos investimentos, que por sua vez, foram favorecidos pelo aumento no nível de emprego formal, da renda e também pela ampliação do crédito destinado ao consumo por meio da diminuição dos juros e elevação dos prazos para pagamento; ainda assim, não se pode dizer que houve um “boom” de investimentos no período, já que não havia um efetivo (e novo) plano de desenvolvimento econômico nacional (tal como seria preconizado por Kalecki, aliás) – a despeito de certas iniciativas apontadas nessa direção. Ademais, essa desvalorização cambial observada contribuiu para que o setor industrial, principalmente os envolvidos na indústria de transformação, aumentassem a sua competitividade frente as indústrias estrangeiras.

“Com isso, ampliou-se o consumo de bens duráveis (...), as empresas aumentaram o investimento na ampliação da capacidade de produção, o Estado retomou o investimento em infraestrutura. Assim, apesar de a atuação do Banco Central do Brasil, visando conter a inflação – com seus impactos negativos sobre o ritmo de crescimento econômico –, ter dificultado a concessão de empréstimos em moeda nacional e mantido elevado o nível das taxas de juros, a taxa média de crescimento da economia brasileira elevou-se expressivamente. ” (BALTAR et alii, 2010, p. 06-7)

Um fator a ser destacado é que esse vigoroso crescimento nos primeiros anos da década de 2000 não pode, de maneira alguma, ser desvinculado do processo de estímulos a demanda doméstica do período que utilizou o consumo como motor principal do novo nível de atividade econômica; bem como se pode dizer que esse novo patamar de consumo foi determinado pela nova configuração de distribuição da renda (BIANCARELLI; ROSSI, 2013). Em termos kaleckianos, teria havido importante aumento nos subsídios ao consumo popular.

⁹ Seguindo a argumentação keynesiana, após a realização de um investimento público existe um aumento no nível de emprego, consumo e, num segundo momento, aumento dos níveis de investimento privado. Este seria o ciclo responsável por efetivar o mecanismo multiplicador proposto por ele. Entretanto, Keynes reconhecia que poderiam ocorrer situações em que o ciclo se quebraria, principalmente no que diz respeito aos investimentos.

TABELA 1 - Taxa de variação do PIB e componentes selecionados demanda agregada – BRASIL 2000 – 2015*

Período	PIB a preços de mercado	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
4º trimestre 2000	4,4	4,0	-0,2	4,8	12,9	10,8
4º trimestre 2001	1,4	0,8	2,6	1,3	9,2	3,3
4º trimestre 2002	3,1	1,3	3,8	-1,4	6,5	-13,3
4º trimestre 2003	1,1	-0,5	1,6	-4,0	11,0	-0,5
4º trimestre 2004	5,8	3,9	3,9	8,5	14,5	10,4
4º trimestre 2005	3,2	4,4	2,0	2,0	9,6	7,5
4º trimestre 2006	4,0	5,3	3,6	6,7	4,8	17,8
4º trimestre 2007	6,1	6,4	4,1	12,0	6,2	19,6
4º trimestre 2008	5,1	6,5	2,0	12,3	0,4	17,0
4º trimestre 2009	-0,1	4,5	2,9	-2,1	-9,2	-7,6
4º trimestre 2010	7,5	6,2	3,9	17,9	11,7	33,6
4º trimestre 2011	4,0	4,8	2,2	6,8	4,8	9,4
4º trimestre 2012	1,9	3,5	2,3	0,8	0,3	0,7
4º trimestre 2013	3,0	3,5	1,5	5,8	2,4	7,2
4º trimestre 2014	0,5	2,3	0,8	-4,2	-1,1	-1,9
4º trimestre 2015	-3,5	-3,2	-1,4	-13,9	6,8	-14,2

Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais. Elaboração Própria

* Taxa acumulada em quatro trimestres (em relação ao mesmo período do ano anterior) (%)

Um detalhe importante desse período é que, dado esse aumento da atividade econômica por meio de maiores níveis de consumo, à medida que o nível de atividade econômica se elevava, as autoridades brasileiras não hesitaram em promover um novo ciclo de aperto monetário que acarretou uma drástica contração dos investimentos (queda de 8,5% para 2,0% entre 2004 e 2005) e, conseqüentemente, do crescimento econômico do ano seguinte (que recuou de 5,8% em 2004 para 3,2% em 2005). Sendo assim, as diretrizes adotadas para a elaboração das políticas fiscais do período foram as

de promover um arrocho monetário por meio do aumento da taxa de juros, fato este que contribuiu para a queda nos investimentos (vide tabela acima).

A partir de 2006 adotou-se no Brasil uma política fiscal mais expansionista aumentando os investimentos públicos em infraestrutura, aumento real do salário mínimo e também pelo maior incentivo a captação de recursos pelas empresas privadas por meio do BNDES. Uma peculiaridade do período foi de que a economia se sustentou na expansão do consumo possibilitada pela facilitação do acesso ao crédito, o que foi possível mediante o uso das reservas internacionais que financiavam as exportações e também da atuação dos bancos públicos no financiamento de novas atividades. Ademais, o governo optou também pela manutenção dos estímulos ao consumo aumentando seus gastos; reduzindo a taxa de juros; redução pontual de impostos para os bens de consumo duráveis aumentando o nível de consumo interno e investimento em programas habitacionais. Os reflexos da crise mundial de 2008 no Brasil foram sentidos por meio da diminuição das exportações, dado que a demanda externa se apresentava enfraquecida nesse período (principalmente o mercado americano) e também pela queda no preço das commodities.

“O colapso da instituição americana assustou o mercado internacional e provocou o movimento típico de fuga de capitais, com desvalorização cambial, mas a situação não desestabilizou a economia brasileira. A manutenção do fluxo de IDE, associado ao poder de fogo do Banco Central, de posse de elevado volume de divisas, não deixava antever sinais de que havia risco de crise aberta de balanço de pagamentos, nem problemas de financiamento externo do setor público. Entretanto, o ambiente de incerteza aguda contaminou as expectativas dos agentes privados, paralisou os investimentos e provocou a retração econômica no último trimestre de 2008 e primeiro de 2009” (DEDECCA; LOPREATO, 2013, p. 11)

Entretanto a queda no PIB brasileiro não se manteve por muito tempo. A desaceleração do ritmo de crescimento econômico só pode ser observada em 2009, ano no qual o PIB registrou queda de 0,1%¹⁰. Esse cenário foi resultado da contração do crédito global que acabou por diminuir (ou até mesmo interromper) o fluxo de investimento estrangeiro nesse período. Somente o setor de serviços continuou a apresentar taxas positivas de crescimento em todo o período da crise internacional. Já

¹⁰ Vale ressaltar que, em termos internacionais, essa foi uma queda bastante atenuada. Outro fator de destaque é que o último resultado negativo anterior para o PIB foi registrado no ano de 1992.

em 2010, considerando o dinamismo existente no mercado interno bem como a política governamental já mencionada anteriormente, contribuíram para que este cenário se revertisse, o PIB voltou a apresentar um resultado melhor do que o observado no pré-crise atingindo uma taxa de 7,5%. Tal como antes assinalado por Kalecki (1943), não haveria maiores objeções à estabilização do nível de demanda efetiva quando da superação de um ambiente de crise econômica.

Com a parcial recuperação da economia mundial a demanda externa já apresentava sinais de melhora, ainda que sem repor o desempenho anterior à crise; porém, foi o consumo doméstico o principal responsável pela recuperação do setor industrial, ainda que de maneira limitada. No período entre 2006 e 2010, o investimento em Formação Bruta de Capital Fixo cresceu a taxas muito maiores que o crescimento do PIB (vide tabela). Nesse mesmo período, apesar das taxas significativas de crescimento, o consumo não ultrapassou os investimentos, exceto em 2009, ano no qual o consumo das famílias foi responsável por atenuar a contração do PIB.

No entanto, já em 2011, tanto os investimentos públicos como os privados foram prejudicados e o crescimento sustentado pelo aumento do nível de consumo perdeu força contribuindo para que o PIB desacelerasse registrando um crescimento de 4%. Após uma nova tentativa do governo de tentar reanimar a economia, o crescimento do PIB em 2012 foi de apenas 1,9%. Um fator importante desse período foi o de que o nível de investimento estava em queda constante (passou de 6,8% para 0,8% entre 2011 e 2012).

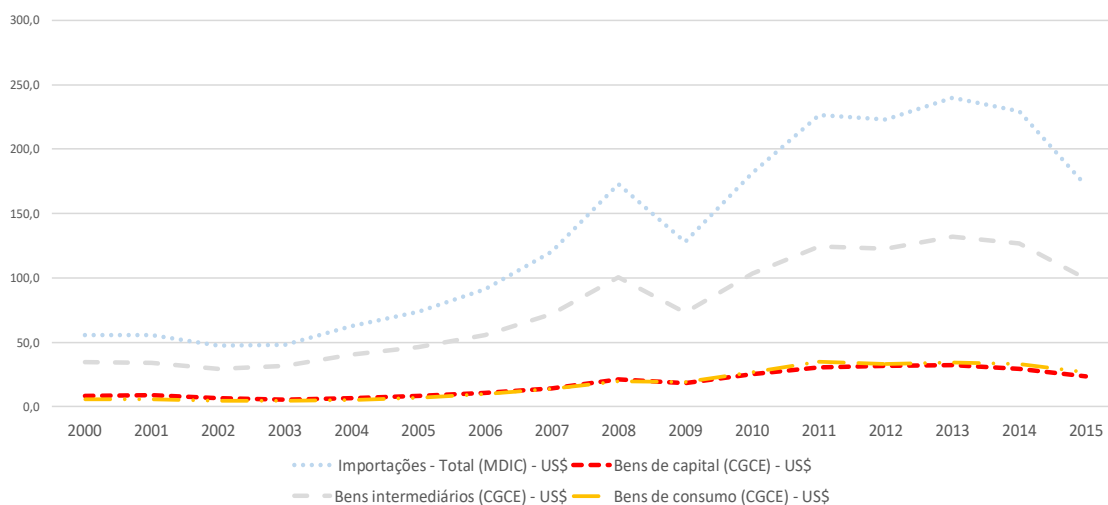
A forma como o processo de industrialização no Brasil foi realizado ao longo do período ocasionou uma enorme diversificação em seu setor industrial, pois visava atender ao aumento da demanda doméstica pontual. Sendo assim, o aumento da atividade industrial observado recentemente foi possível por meio da utilização da capacidade ociosa existente e não necessariamente com a criação de capital; neste sentido, não foram observados níveis satisfatórios na taxa de investimento em Formação Bruta de Capital Fixo que registou uma média de 5,1% no período entre 2000-13 ao passo que, segundo dados da CNI – Confederação Nacional da Indústria, a utilização da capacidade instalada atingiu 83,5% em 2013; este fato proporcionou grandes dificuldades nos períodos seguintes para o mercado de trabalho, principalmente pelo aumento repentino nos níveis de desemprego. Sendo assim, uma trajetória de crescimento do PIB bem como melhorias no mercado de trabalho passariam pelo desenvolvimento da indústria brasileira, principalmente em relação aos investimentos

no setor com o objetivo de atender, não somente a demanda interna existente, mas também as necessidades do mercado de trabalho brasileiro, dada suas especificidades.

Como salientado anteriormente, o ciclo de crescimento econômico brasileiro ocorrido no decorrer da década de 2000 foi extremamente impulsionado pela nova dinâmica das exportações assim como pelos resultados das políticas sociais adotadas que buscaram ampliar o nível de demanda por consumo, bem como a melhoria da distribuição de renda; a forte expansão do consumo derivado dos novos níveis de renda, maior formalização dos contratos de trabalho e a expansão do crédito elevaram o poder de compra ladeado a uma nova configuração do padrão de consumo das diferentes classes sociais brasileiras; entretanto, a forma utilizada para atender a expansão da absorção interna dos componentes da demanda agregada foi, em grande parte, por meio de importações, fato este que acabou gerando um vazamento de demanda para o exterior aumentando os níveis de importação em bens de consumo, de capital e intermediários. (MEDEIROS, 2015)

Apesar dos altos níveis de importação (as importações totais passaram de US\$ 55,8 bi em 2000 para US\$ 172,9 bi em 2008, atingindo um pico de 239,7 bi em 2013); esses se apresentaram de maneira desigual entre os setores produtivos, com predominância da importação de bens intermediários (passou de US\$ 34,9 bi, para US\$ 100,3 bi entre 2000 e 2008, atingindo 131,7 bi em 2013). Porém, é visível que, uma vez retomada a capacidade de importar, as compras externas cresceram em volumes expressivos, tendo apenas um breve solavanco como resultado da crise de 2008.

GRÁFICO 2 - Importações totais, bens de capital, bens intermediários e bens de consumo – BRASIL 2000 - 2015 (Em Milhões (US\$))



Fonte: MDIC/Secex. Elaboração Própria

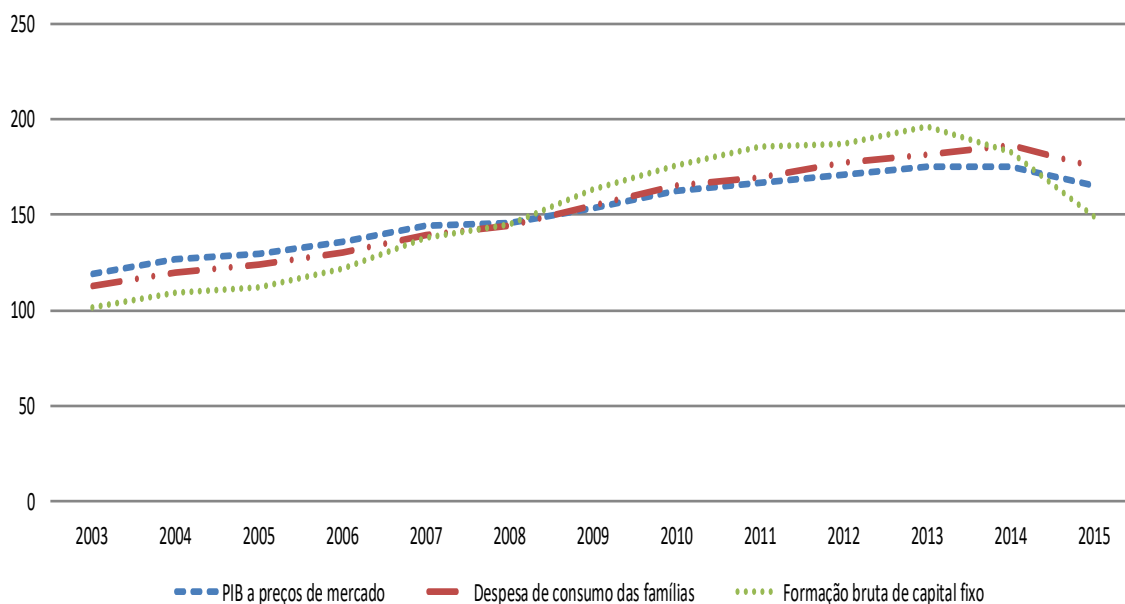
Em relação a taxa de câmbio, em países considerados emergentes (como o Brasil) a apreciação do câmbio torna as importações mais atraentes quando comparadas ao produto produzido internamente, principalmente os manufaturados. Neste sentido, pode ocorrer uma diminuição na taxa de participação no valor agregado de alguns setores industriais que são responsáveis pela produção de bens comercializáveis, sobretudo quando o país tem maior participação de bens primários na sua pauta de exportações.

Como destacado, há mudanças observáveis na política econômica desde 2003; em especial, o abandono da opção pela redução do tamanho do Estado; a melhora na distribuição de renda; o uso da política externa soberana e; o maior acesso ao crédito, não se traduziram em reversão da desregulamentação comercial e financeira, bem como não foi abandonado as diretrizes do “tripé”. Isso significou, na prática, que boa parte do crescimento econômico (puxado tanto pelo mercado interno quanto pelas exportações) acabou sendo drenado para o exterior via aumento das importações/desindustrialização¹¹. Embora não seja consenso entre os estudiosos do tema sobre uma possível situação de desindustrialização na economia brasileira, tem-se buscado resposta tanto no próprio processo de substituição de importações, bem como na forma que se realizou a abertura comercial no país (NASSIF, 2008). De qualquer forma, torna-se novamente visível a falta efetiva de um novo projeto de desenvolvimento econômico em bases nacionais, durante o período estudado.

Apesar das dificuldades que a crise internacional de 2008 causou na economia mundial, o crescimento do PIB brasileiro não foi interrompido, com a exceção pontual de 2009. Isso ocorreu pelo fato de que a indústria amargava quedas no nível de atividade; entretanto o setor de serviços, construção civil e o mercado consumidor estavam em crescimento. Um detalhe importante desse período é que, apesar dos melhores resultados gerais, a recuperação observada foi possível basicamente pela utilização da capacidade ociosa existente no setor produtivo não sendo observado valores consideráveis de novos investimentos. Dito isto, temos que o crescimento econômico brasileiro do período bem como as melhorias observadas no mercado de trabalho se fortaleceram baseadas no estímulo a demanda agregada, tendo em vista que a queda observada no nível de investimentos se mostrou muito mais intensa que a observada no nível de consumo das famílias.

¹¹ Para maiores considerações sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira ver OREIRO e MARCONI 2014

GRÁFICO 3 – PIB a preços de mercado, despesa de consumo das famílias e FBCF – BRASIL 2003 - 2015 (Base: média 1995 = 100) (Número-índice)



Fonte: IBGE/ Contas Nacionais. Elaboração Própria

“Parece plausível argumentar que parte da estagnação do investimento ocorrida a partir de 2011 tenha essa natureza política. Ao mudar a política de juros, pressionar para baixo os spreads e colocar em questão a taxa de retorno das licitações públicas e das empresas do setor elétrico, o governo contrariou interesses poderosos. A reação foi visível na trajetória da taxa de investimento. Pode-se argumentar que tal argumento tem a natureza de uma teoria conspiratória, mas na realidade ele implica apenas reconhecer que as decisões de investimento não são tomadas de forma completamente atomizada, por firmas que não estabelecem quaisquer relações entre si. Ao contrário, se a economia e a política são duas faces de uma mesma realidade social, é esperado que também os investimentos sejam objeto de barganha e negociação. Além disso, mesmo em uma economia com a dimensão da brasileira, é notório que alguns grandes grupos empresariais controlam uma parte significativa do investimento total”. (RUGITSKY, 2015, p.135)

Em termos de emprego, a estrutura de ocupações não apresentou uma significativa mudança, entretanto vivenciamos uma interessante redução na dispersão salarial, o que caracteriza uma melhora na distribuição de renda dos trabalhadores assalariados sem ter ocorrido uma transformação estrutural significativa. Neste sentido, *“a proposição relativa ao investimento é uma especificação do argumento do*

vazamento da demanda para o exterior” (CARNEIRO, 2018, p.22). Fato este que nos leva a dizer que, dada a estrutura produtiva brasileira e seu caráter de especialização, os efeitos dos investimentos foram reduzidos no período ao passo que o coeficiente de consumo se mostrou dispare.

Sendo assim, embora as políticas governamentais se mostrem benéficas aos capitalistas no curto prazo garantindo demanda para seus produtos, logo encontram resistência pois, na existência de uma ação do Estado os capitalistas não são os únicos responsáveis pela geração de postos de trabalho e consequentemente pelo nível de emprego e renda da população, ou seja, na ausência de políticas que buscam estimular a demanda agregada, o nível de emprego e a taxa de crescimento do produto dependem exclusivamente das decisões de investimento dos capitalistas. Neste sentido, o Estado acaba sendo forçado a ceder às pressões dessa categoria. Logo, a experiência de manutenção de baixos níveis de desemprego leva a enfrentamentos políticos, o que também vale para tentativas de fazer avançar o controle público sobre certos setores de atividades eminentemente privados. As crescentes dificuldades políticas enfrentadas pelo governo federal, sobretudo após 2013, parecem sinalizar a ocorrência de um momento de “greve de investimentos”; os enfrentamentos de natureza política, ainda que advindos da esfera econômica, seriam, pelo menos em alguma medida, resultantes do aumento do peso do Estado no provimento de acesso ao consumo subsidiado, na determinação do nível básico de remuneração (acima da evolução dos preços), na manutenção (ainda que limitada) de certo volume de investimentos públicos e, como resultado final, um nível inédito de redução da taxa de desemprego aberto, por um período de tempo expressivo.

2.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

O desenvolvimento da economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1970 possibilitou a abertura de oportunidades de inserção em ocupações de atividades não agrícolas à população residente em áreas urbanas, a qual cresceu em um ritmo acelerado.

A diversidade de inserções ocupacionais urbanas, apresentada no aumento da participação dos auto ocupados e dos assalariados não formais, assim como na pequena parcela dos empregados de estabelecimentos de grande tamanho, representou aspectos

fundamentais na forma como se desenvolveu a economia nacional e tem uma relação muito estreita com o perfil assimétrico, disperso e diverso da distribuição dos trabalhadores segundo o nível da remuneração. A dispersão das remunerações é grande em todo o espectro da distribuição dos salários; porém, poucos trabalhadores possuem remuneração compatível e, para muitos, esta é irrisória quando comparada ao nível de produtividade alcançado no Brasil (tendo em vista o seu elevado grau de diversificação e integração do aparelho produtos de bens e serviços).

Para que estes últimos aspectos possam ficar mais claros, são aqui apresentadas breves notas sobre o processo de estruturação do mercado de trabalho no país, para, a seguir, tratar de seus movimentos mais recentes.

2.2.1 Elementos da Formação do Mercado de Trabalho Brasileiro

As relações de trabalho brasileiras, assim como em qualquer economia sob o regime capitalista, transformam o trabalho meramente em uma mercadoria que pode ser comercializada em mercado; e tal como na compra e venda das demais mercadorias, as transações estabelecidas para aquisição e uso do trabalho demandam regulações externas (ao mercado) realizadas por meio de contratos que definem sua forma de compra e venda (questões salariais, formas de uso do trabalho, proteção, segurança entre outros aspectos) e são, por conta de determinações históricas, intermediados pelo Estado. Nas economias capitalistas desenvolvidas, estas regulações buscaram historicamente disciplinar esses movimentos de mercado por meio de limitações da abrangência da oferta de trabalho; entretanto, no Brasil estes limites sempre se colocaram de maneira frágil e superficial, de modo que população total e população economicamente ativa se tornam aproximadamente a mesma coisa, causando grandes debilidades do ponto de vista da proteção social.

“De fato, o Estado nunca foi capaz de cumprir a sua parte concentrando e administrando regras, instrumentos e meios materiais de controle da entrada e saída do mercado de trabalho. Assim, por exemplo, nem naqueles momentos iniciais, nem posteriormente, o Estado conseguiu respaldar valores culturais relativos às condições e ao momento em que certas parcelas da população poderiam apresentar-se no mercado como “oferta” de trabalho. ” (MACHADO DA SILVA, 1990, p.03)

O ponto crucial é o de que, na falta de uma efetiva regulação sobre o que se define como oferta de trabalho e principalmente quais segmentos sociais estariam

protegidos da necessidade de sobreviver via venda de seu trabalho. Assim, a oferta total de trabalho (PEA) é praticamente sinônimo de toda a população; logo, mesmo que sejam criados muitos postos de trabalho, eles serão, por definição, “insuficientes” para empregar todos aqueles que buscam trabalho – tal como antes sugerido pela visão de Kalecki, com respeito ao subdesenvolvimento.

Temos, então, que considerar a impossibilidade de se discutir o mercado de trabalho brasileiro sem levar em consideração o próprio processo de formação das relações de trabalho no país, dado que na conjuntura atual observamos os reflexos das imposições externas ao mercado praticadas em décadas anteriores. O próprio processo de transição do trabalho escravo para o assalariado seria um grande responsável por explicar a existência de um contingente abundante de mão de obra disponível no processo de industrialização iniciado em meados do século XX:

“Torna-se explícita, portanto, a fratura em nossa sociedade, e progressivamente o país está dividido em dois: os que usufruem de padrões de renda e consumo de “primeiro mundo” e os que não estão plenamente integrados nem aos padrões adequados de vida civilizada, é claro, historicamente.” (HENRIQUE, 1999, p.166)

Seguindo por esta seara, podemos considerar que a forma como as relações do trabalho foram tratadas após esse primeiro ponto de inflexão acabou por constituir problemas que nos assombram até os dias atuais. Vale destacar também que, a política de imigração adotada bem como a falta de uma regulação, contribuiu para o aumento da disponibilidade de mão de obra, o que tornava a condição de “vendedor” de trabalho cada vez mais fragilizada. O crescimento do emprego observado se mostrava extremamente polarizado e descentralizado, com diferentes dinâmicas nas regiões brasileiras.

O capitalismo brasileiro não foi capaz de reduzir a pobreza a níveis compatíveis com o desenvolvimento material que alcançou com a “industrialização rápida”. Com respeito à formação do mercado de trabalho para o setor industrial, na década de 1960 havia certo pessimismo relacionado a capacidade de o setor manufatureiro gerar emprego. No centro desta discussão destacava-se o ritmo débil de absorção de mão de obra nas atividades modernas da indústria e dos serviços, ocasionando certa inclinação ao crescimento “espúrio” do emprego no setor público e nas atividades marginais. De forma implícita, atribuiu-se a este comportamento todo emprego a culpabilidade pela manutenção e crescimento da miséria em diversas regiões. Assim, as pessoas que se

inseriam nas atividades modernas teriam um nível de vida melhor dos que os que trabalhavam no setor informal do mercado de trabalho.

Tavares e Souza (1981) acreditam que após 30 anos do processo de industrialização na América Latina, encontravam-se em posição mais favorável para avaliar melhor o impacto sobre a geração de emprego e sobre a distribuição de renda. De início, os autores afirmam que se deve reconhecer que o ritmo de criação de empregos nas atividades modernas não foi lento, e que, ao contrário do que estava subentendido nas análises dos anos 60, a inserção do setor “moderno” não foi garantia de um padrão de vida adequado para os empregados. Apesar de uma parcela considerável dos empregados do setor informal possuir rendas muito baixas, uma parte dos trabalhadores autônomos obtinham rendas superiores às dos assalariados de ocupações análogas. No que se refere aos trabalhadores das áreas urbanas mais desenvolvidas do país, os estratos inferiores dos trabalhadores autônomos conseguem alcançar rendas superiores em média às dos assalariados de ocupações manuais.

“[...] devemos reconhecer ser falso que o ritmo de criação de empregos nas atividades modernas tenha sido lento, ao menos no caso do Brasil. [...] Como consequência, a participação relativa do emprego nas atividades modernas no total não agrícola tem se mantido mais ou menos constante; isso ocorreu em um período de excepcional dinamismo do crescimento da população economicamente ativa urbana, devido ao crescimento demográfico anterior e ao vertiginoso processo migratório”
(TAVARES; SOUZA, 1981, p.04).

Rompido o dinamismo deste sistema, atrelada a uma aceleração dos níveis de inflação, agravou-se o problema da pobreza na economia brasileira, associada às necessidades de sobrevivência nos anos 80. Nas palavras de HENRIQUE (1999, p. 169) “é justamente por este fato que se faz possível mercantilizar ao extremo os serviços [...] contratando pobres serviçais a baixos salários e remunerações”.

“Em grande medida, essa situação foi viabilizada pela recorrência de governos autoritários que combateram violentamente a ação sindical e as tentativas de efetivação de uma regulação social mais ampla para o mercado e as relações de trabalho no Brasil. Esse movimento foi favorecido, ademais, pela recorrência de uma excessiva disponibilidade de força de trabalho constituída na segunda metade do século XIX, que jogou permanentemente contra a organização sindical e que garantiu baixos salários para o processo de industrialização.” (DEDECCA, 2005, p. 101)

Neste cenário, temos um mercado de trabalho pouco institucionalizado com predominância de vínculos informais e com uma oferta de trabalho tornada institucionalmente grande, pela falta de regulação¹², sendo a resolução deste problema (e não o desemprego propriamente dito) um dos principais temas de análises acerca do mercado de trabalho brasileiro, além, é claro, da má distribuição de renda associada ao processo de desenvolvimento observado no Brasil. Trata-se, reconhecidamente, de uma estrutural particularidade da economia brasileira. Tal problema, como visto, tem raízes no próprio processo de formação do mercado de trabalho nacional; estas foram reafirmadas pelo modelo de regulação adotado a partir da década de 1940 e até os anos 1980, de modo que o problema do emprego estava associado a limitações da estrutura social existente.

O baixo crescimento observado ao longo dos anos 80 teria contribuído para uma piora dos indicadores relacionados ao mercado de trabalho, principalmente no que se refere a geração de postos de trabalho; no entanto, como defende a ortodoxia brasileira, tal fato não ocorreu, corroborando com a hipótese de que não existia um problema de absorção de mão de obra nesse período.

“As dificuldades econômicas e as acentuadas flutuações no nível de atividade nos anos 80 não parecem ter sido suficientes para tornar a criação de postos de trabalho em um problema significativo durante a década passada. As evidências existentes para a década de 90 não permitem concluir se a geração de emprego será ou não um problema importante durante esse período.” (AMADEO et alii. 1994, p. 06)

Nesta abordagem, o problema do emprego no Brasil estaria relacionado muito mais com a qualidade do que com a quantidade dos postos de trabalho ofertados. Na visão dos ortodoxos, o problema da economia brasileira, neste sentido, não estaria relacionado com a falta de geração de postos de trabalho, mas sim um problema institucional que acaba por impedir um aumento da demanda por trabalhadores. Trata-se, portanto, de identificar no mercado de trabalho brasileiro um **excesso** de regulamentação que geraria efeitos contraproducentes – o que, em larga medida, reproduz os argumentos dos novos Keynesianos acerca dos determinantes da rigidez observada no mercado de trabalho; os exemplos mais citados desses desvios institucionais seriam elementos como seguro desemprego, multa por rescisão de

¹² A qual, se existisse de modo minimamente adequando, excluiria do mercado de trabalho alguns segmentos populacionais, desde muito cedo.

contrato de trabalho, etc. que como vimos, foram efetivamente adotados apenas para o segmento protegido do mercado de trabalho urbano. Esses excessos de regulação no mercado de trabalho brasileiro acabariam por elevar o custo efetivo das contratações limitando a disposição dos empresários em criar novas vagas ou, por outra, levaria à opção pela criação de vagas com vínculos informais.

“A geração de empregos depende de vários fatores. Três deles são essenciais: crescimento econômico, boa educação e legislação realista. O Brasil está mal em todos eles. O crescimento econômico foi anêmico durante as últimas duas décadas. A educação continua sendo de baixa qualidade. E a legislação trabalhista não mais se ajusta a um mercado de trabalho heterogêneo e de uma economia complexa, que se abre e se torna mais competitiva. Ao mesmo tempo, o Brasil tem potencial para se transformar em uma verdadeira usina de empregos. Nesse país, está tudo por ser feito. No momento em que forem superados os constrangimentos macroeconômicos e as imperfeições institucionais, haverá uma enorme demanda de pessoal dos mais variados níveis de qualificação.” (PASTORE, 2005, p. 01)

Entretanto, uma análise histórica do processo de absorção de mão de obra na economia brasileira mostra que: (i) o processo de geração de postos de trabalho mostrou-se mais acelerado em um momento em que o nível educacional médio não se mostrava mais alto; (ii) mesmo quando obtida a inserção em atividades com perfil mais moderno, não se conseguia garantir acesso a padrões adequados de remuneração, condizentes com a produtividade destas atividades, fazendo eco às observações de Kalecki quanto ao caráter estrutural do desemprego no contexto do subdesenvolvimento:

“[...] as evidências hoje disponíveis nos induzem à conclusão de que as características ‘excludentes’ do modelo de desenvolvimento capitalista latino-americano se manifestaram em dois níveis principais: nos baixos níveis salariais que obrigam uma substancial parcela dos assalariados a viver em condições de extrema pobreza [...] e na marginalização de uma parcela da força de trabalho que não consegue sequer obter rendas iguais às dos assalariados mais pobres, especialmente nas áreas metropolitanas mais atrasadas da região.” (TAVARES; SOUZA, 1981, p.06)

Um dos aspectos cruciais para uma melhor avaliação do mercado de trabalho brasileiro passaria, portanto, pelo entendimento das características do processo de

desenvolvimento econômico observado no Brasil; processo este que acabou gerando uma enorme heterogeneidade tanto no mercado de trabalho, tanto em termos das regiões quanto no tocante aos setores de atividade. Esta heterogeneidade pode ser considerada como um resultado do processo de nosso peculiar desenvolvimento capitalista, o qual não conseguiu replicar condições similares do mercado de trabalho existente em países desenvolvidos, contribuindo para que o padrão do emprego apresentasse grandes diferenças entre as regiões e trazendo à baila questões como: precarização, maior atividade informal e dificuldade de reinserção, que torna possível a existência de grupos (setores, regiões, etc.) com taxa de desemprego bastante maior do que a taxa agregada. Logo, o conhecimento dos determinantes das taxas de desemprego bem como dos mecanismos que levam a sua ocorrência são de fundamental importância para a elaboração de políticas que reduzam o desemprego de forma eficaz.

A década de 1980 foi marcada pela estagnação da economia, com recessão em 1981/83, recuperação em 1984/86 e oscilação mais curta e suave em 1987/89. Foi uma década marcada pela forma como a economia se adaptou à crise da dívida externa, desencadeada pelo aumento das taxas de juros no mercado financeiro internacional e agravada pela elevação, que aconteceu concomitantemente, do preço internacional do petróleo. A crise do padrão de desenvolvimento e do Estado nacional que o comandou prosseguia, e a ideia de conduzir uma mudança radical na base do aparelho de produção, foi ganhando força política, abrindo-se indiscriminadamente à competição internacional, para diminuir sua ineficiência e falta de competitividade. Assim, colocou-se em questão diversas estruturas de articulação de interesses que compreende empresas e áreas de burocracia pública, algumas delas forjadas ao longo dos desdobramentos do desenvolvimento anterior e, outras, mais recentes, consequência dos acontecimentos dos anos 80, quando o mercado brasileiro se fechou ainda mais às importações que, excluído o petróleo, atingiram nível ínfimo no que diz respeito a fração do produto nacional. (BALTAR, 1996)

2.2.2 O Mercado e Trabalho Brasileiro Desde a Década de 1990

Avaliando a estrutura de ocupações e o nível de renda na economia brasileira nos anos 90 pode-se constatar que houve uma forte ampliação das desigualdades. O mercado de trabalho era composto por uma ampla camada de indivíduos inseridos com

salários de subsistência e que tenderam ao declínio dos anos 80. O processo de regressão da economia iniciado nesse período se aprofundou na década seguinte. O “neoliberalismo triunfante”¹³, com sua abertura comercial e financeira indiscriminada, Plano Real ancorado em uma moeda sobrevalorizada, privatizações e outras iniciativas de mesma orientação.

Neste contexto, podemos caracterizar os últimos anos da década de 1990 como um período em que a evolução do mercado de trabalho esteve diretamente articulada aos caminhos adotados para a consecução da política econômica, tendo como foco principal das iniciativas do governo a manutenção da estabilidade econômica.

“A política adotada, a partir do início dos anos 90, permitiu uma forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, na esperança de reduzir a resistência aos projetos de flexibilização do sistema de proteção social inscrito na Constituição de 1988 [...] Os efeitos do Plano Real sobre o mercado de trabalho foram desastrosos, cancelando uma nova relação entre dinâmica econômica e emprego. Apesar do impacto positivo inicialmente criado pelo Plano sobre o desempenho da atividade econômica, observou-se uma contínua deterioração do nível de emprego, acompanhada de uma tendência sustentada de crescimento do desemprego. ” (DEDECCA, 2005, p. 101)

Sendo assim, o final dos anos 1990 foi marcado pela recorrente desestruturação do mercado de trabalho, sendo este último caracterizado por altas taxas de desemprego e por uma maior precariedade dos empregos gerados no período, tornando-se ambos, o problema central do mercado de trabalho e um enorme desafio para a economia. Neste sentido, as iniciativas do próprio governo da ocasião¹⁴ acabavam por proporcionar a introdução de vários mecanismos de flexibilização das relações trabalhistas e dos rendimentos reais do trabalho. Não está no escopo desse trabalho discutir exaustivamente as causas mais específicas dessa situação, entretanto, faz-se necessário

¹³ HENRIQUE, 1999, p.173.

¹⁴ É importante destacar que uma das principais causas da introdução de mecanismos de “flexibilização” (leia-se: desmonte parcial) das leis trabalhistas era a visão econômica que guiava as ações do governo à época; no campo econômico, tratava-se de aplicar as ideias dos Novos Keynesianos (que, apesar do nome, são ortodoxos e abertamente liberais), entre as quais a concepção de que amarras institucionais (como barreiras tarifárias, impostos sobre operações financeiras e, é claro, legislação que regula as formas de uso e remuneração do trabalho) tornam preços e salários mais rígidos, impedindo os mecanismos de ajuste automático de pleno emprego. Daí a orientação geral das políticas econômicas do governo, neoliberal.

dizer que, dentre as várias razões para essa desestruturação, as principais responsáveis foram as baixas taxas de crescimento do PIB, a forma como a abertura comercial e financeira fora realizada, privatizações, crescimento da População Economicamente Ativa – PEA¹⁵, a própria forma como o processo de reestruturação produtiva ocorreu e também pela queda observada no nível de investimento total.

Em síntese, os empregos existentes nesse período basicamente se concentravam no setor de serviços e no segmento informal dado o caráter mais flexível dessas ocupações evidenciando as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores ¹⁶. Considerando a dinâmica do emprego e da renda e tendo em vista a baixa capacidade de geração de novos postos de trabalho, os anos 1990 podem ser caracterizados como um período de “estreitamento” do mercado de trabalho, contribuindo para a diminuição no número de empregos assalariados.

O aumento no desemprego a partir dos anos 90 pode ser creditado à menor capacidade da economia brasileira em gerar novos postos de trabalho de longo prazo. Considerando que a modernidade implantada no setor industrial tinha como foco principal somente a redução dos custos, houve um processo de especialização produtiva que contribuiu para a concentração nos setores intensivos em recursos naturais e mão de obra tendo em vista a possibilidade de “externar” a produção de outros bens que necessitavam de um sistema produtivo mais dinâmico e desenvolvido, tanto por meio da flexibilidade advinda das novas tecnologias (tais como a automação) bem como pela desregulamentação comercial que favoreceu o aumento do comércio intrafirma. Este fato contribuiu para a quebra do processo de desenvolvimento industrial brasileiro limitando a capacidade de crescimento da economia.

“O alcance de taxas mais elevadas de crescimento econômico foi decisivo para que o mercado e as relações de trabalho melhorassem gradativamente, revertendo o quadro de crescente desestruturação e

¹⁵ Segundo o IBGE, os conceitos de Força de Trabalho, de População Economicamente Ativa (PEA) e de mão-de-obra se equivalem. A noção de PEA foi utilizada na França e Inglaterra desde final do Século XIX. Em 1967, as Nações Unidas recomendou que PEA deveria abranger todas as pessoas, sem distinção de sexo, que constituem a oferta de mão-de-obra, incluindo empregados, trabalhadores autônomos, membros de família não remunerados, empregadores e outros que, embora aptos para o exercício de uma atividade econômica, encontravam-se desempregados durante o período de referência. Estariam excluídos os aposentados, as donas-de-casa, os estudantes, os inválidos, os detentos e aqueles que não trabalham porque vivem de rendas.

¹⁶ O surgimento de novas formas de uso do trabalho; tais como a “terciarização forçada” que passaram a ser permitidas pela flexibilização da legislação realizadas no período em questão, contribuíram para que o nível de desemprego aumentasse; principalmente por parte da população mais vulnerável, que dada a dificuldade na obtenção de um posto de trabalho [formal] remunerado, se sujeitava as condições de trabalho existentes no setor informal.

precariedade – construído no contexto da flexibilização das relações de trabalho e de hegemonia do pensamento neoliberal dos anos 1990. ”
(KREIN; SANTOS, 2013, p. 31)

Neste sentido, podemos concluir que a deterioração do mercado de trabalho ocorrida nos anos 1990 e início dos anos 2000 pode ser considerada como um reflexo da diminuição da capacidade de geração e principalmente na manutenção dos postos de trabalho. Este cenário seria resultante das dificuldades enfrentadas não somente pela indústria brasileira, mas também por grande parte dos setores da economia que, mesmo em momentos de alguma recuperação econômica vivenciados nesse período, não avançaram no que se refere ao padrão de absorção de mão de obra, permanecendo em patamares limitados, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Assim, pôde-se aí observar também uma tendência crescente nos níveis de informalidade.

3 ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO

Observou-se recentemente na economia brasileira uma discussão acerca do mercado de trabalho e a ocorrência (ou não) de uma situação de pleno emprego, mais precisamente até meados de 2014 - período no qual a taxa de desemprego calculada pelo IBGE atingiu uma marca historicamente baixa de 4,3%, em dezembro. Após esse período, porém, o mercado de trabalho passou a amargar sucessivas quedas na geração de postos de trabalho, o que consequentemente contribui para um aumento expressivo da taxa de desemprego brasileira (que atingiu a marca de 6,9% em dezembro de 2015 - Gráfico 6).

O conceito teórico de pleno emprego (discutido no primeiro capítulo) pode ser entendido (de forma sintetizada) como um contexto no qual, considerando um determinado período de tempo, toda a população que se encontra apta e com o desejo de trabalhar encontra um posto de trabalho disponível, por conta da continuada expansão do nível de demanda efetiva. Desta maneira não existe desperdício dos fatores de produção disponíveis (capacidade ociosa); a economia opera, então, em seu nível máximo de capacidade, fato este que, potencialmente, tenderia a proporcionar uma melhora nas condições de vida da população.

As teorias ali brevemente descritas, ainda que cada uma a seu modo, se preocupam com as condições da oferta, mas, principalmente, com a demanda observada no mercado de trabalho. Diante desta conjuntura do emprego, pretende-se neste capítulo discorrer sobre as características do mercado de trabalho, mais precisamente no período 2003 a 2015, período este em que se cogitou uma situação de pleno emprego na economia brasileira.

3.1 O “PLENO EMPREGO” BRASILEIRO

A dinâmica de maus resultados para o mercado de trabalho seguiu até nos primeiros anos da década de 2000, período no qual a economia brasileira não registrou expressivas melhorias na taxa de desemprego e continuava a apresentar um baixo crescimento do PIB.

“A partir da desvalorização cambial de 1999, o quadro que caracterizou uma forte elevação do desemprego e uma profunda desestruturação do mercado de trabalho brasileiro vem se modificando. A

desvalorização cambial, em 1999, e o excepcional desempenho do comércio mundial, desde 2003, colaboraram para ampliar substancialmente as exportações brasileiras. No entanto, a política macroeconômica continuou com a prioridade de manter baixa a inflação, e o Poder Público manteve a passividade, sem agir para melhorar a qualidade da inserção internacional do País. A inflação e o crescimento do produto foram contidos, mas melhoraram bastante os resultados da balança comercial, com as exportações crescendo mais fortemente e as importações aumentando num ritmo menor do que nos anos 1990. ” (BALTAR, 2006, p. 34)

Conforme antes observado, esse novo cenário foi possível mesmo sem o rompimento do “tripé” de políticas macroeconômicas vigente desde 1999. Uma outra característica importante do período foi que o ritmo de crescimento econômico observado possibilitou grandes avanços na reestruturação do mercado de trabalho, elevando os níveis de geração de empregos formais e com melhores remunerações (DIEESE, 2010). O divisor de águas do período foi o ano de 2004, que apresentou um crescimento de 5,8% e é a partir daí que o ciclo de crescimento do PIB possibilitou o desenvolvimento do mercado de trabalho, principalmente no aumento do número de empregos formais e também do nível de remuneração¹⁷. Entretanto, é importante ressaltar que essa melhora nos indicadores foi baseada na utilização da capacidade ociosa já existente no setor industrial e não por novos investimentos.

“(...) a política de sustentação da atividade econômica conseguiu dar continuidade à melhora do mercado de trabalho em 2008-2012, evitando desaceleração ainda maior no consumo das famílias. A taxa de desemprego atingiu 5,5% da PEA em 2012, a proporção de ocupados com emprego assalariado ampliou-se para 77,3% e o grau de formalização dos contratos de trabalho alcançou 79,5%. ” (BALTAR, 2014, p. 454)

O crescimento econômico observado no período proporcionou também uma diminuição nos níveis de desemprego assim como um aumento do emprego formal, valorização do salário mínimo e consequentemente da renda média real do trabalho.

“Em particular, o salário mínimo tem um impacto significativo no caso dos trabalhadores assalariados, especialmente os mais vulneráveis, com limitado poder de negociação. Ademais, o salário mínimo pode ser uma

¹⁷ Especialmente a partir de 2007, o aumento do emprego e, principalmente, uma queda expressiva no ritmo do crescimento da PEA provocaram expressiva redução do desemprego em todos os segmentos: homens, mulheres, população com mais de 50 anos, principais responsáveis pela família, jovens, outros membros da família. (KREIN; SANTOS 2013 pg 34)

ferramenta útil para impulsionar a demanda doméstica na economia brasileira. Isso ocorre porque esse salário define o nível de remuneração do emprego assalariado formal nos setores privado e público, mas também influencia o rendimento dos trabalhadores informais, pois as negociações frequentemente o utilizam como referência. Além disso, o salário mínimo no Brasil também serve como referência para uma série de políticas de seguridade social, incluindo aposentadorias e seguro-desemprego” (OIT, 2011, p. 25)

Em 2004, apesar ter apresentado uma retomada no crescimento do PIB, a taxa de desemprego brasileira medida pelo IBGE por meio da Pesquisa Mensal de Emprego – PME registou um valor de 9,7% ficando abaixo da registrada nos anos 2002 e 2003. Em 2005, em um cenário de menor crescimento econômico, a taxa ficou em torno de 10,2%. É somente a partir de 2006 que o número de desocupados como proporção da PEA começou um ciclo de queda mais intenso, período este em pode se observar uma clara reversão na dinâmica do mercado de trabalho.

TABELA 2 - Variação salário médio real, INPC e índice de correção do salário mínimo – BRASIL 2002 - 2015 (%)

Período	Variação do rendimento médio real (dez)	Inflação - INPC - (% a.a.)	índices de correção do Salário Mínimo (dez)
2002*	-	14,7%	11,11%
2003	-9,2%	10,4%	20,00%
2004	3,8%	6,1%	8,33%
2005	2,1%	5,0%	15,38%
2006	7,7%	2,8%	16,67%
2007	6,8%	5,2%	8,57%
2008	4,8%	6,5%	9,21%
2009	-0,8%	4,1%	12,05%
2010	5,8%	6,5%	9,68%
2011	2,7%	6,1%	6,86%
2012	5,3%	6,2%	14,13%
2013	-0,7%	5,6%	9,00%
2014	2,1%	6,2%	6,78%
2015	-6,7%	11,3%	8,84%

Fonte: IBGE/ MTE/ BCB-DSTAT. Elaboração Própria

**início da série*

Vale ressaltar que, dado a crise internacional, o ano de 2009 registou um leve aumento dos desempregados em relação ao ano anterior e que já em 2010 pode-se observar uma rápida recuperação da economia; fica evidente que existe uma relação positiva entre crescimento econômico e geração de postos de trabalho, porém, o crescimento não é o único fator determinante do progresso observado no mercado de trabalho brasileiro, principalmente considerando os resultados auferidos nos níveis de emprego nos anos de impacto da crise financeira internacional.

“A melhora nos indicadores do mercado de trabalho no Brasil vem ocorrendo desde 2004 e não foi interrompida pela crise mundial. Com reserva internacional e com pouca dívida indexada ao dólar, a reação do governo ao impacto inicial da crise foi eficaz. A desvalorização do Real, em vez de piorar, melhorou as contas públicas ao aumentar o valor em reais das reservas internacionais. Dispondo de recursos, o governo pode agir para amortecer o impacto da crise. Reduziu, temporariamente, impostos indiretos sobre produtos, manteve a programação dos investimentos públicos, continuou aumentando o salário mínimo e fortaleceu os bancos públicos para que pudessem compensar a retração dos privados no atendimento da demanda de crédito.” (BALTAR; KREIN, 2013, p.286)

No período seguinte, a partir de 2011, enquanto o PIB amargava uma desaceleração no ritmo de crescimento, o mercado de trabalho continuou a apresentar significativas melhorias, principalmente no que diz respeito a formalização dos contratos de trabalho, o que contribuiu também, para maiores níveis de renda mesmo em um cenário adverso¹⁸.

“o ritmo robusto de expansão da demanda doméstica, alimentado pelo crescimento dos salários na frente da produtividade do trabalho e pelas políticas de estímulo à demanda por parte do governo, atua no sentido de aumentar a demanda por serviços, os quais são altamente intensivos em mão de obra, razão pela qual a estagnação da produção industrial se faz acompanhar por um elevado nível de emprego.” (OREIRO, 2013, p. 81)

Ficou evidente que a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 2000 passou a apresentar consideráveis melhorias invertendo a tendência de desestruturação observadas em períodos anteriores, principalmente no que diz respeito ao aumento do nível de assalariados formais, queda do desemprego e elevação dos salários. Todavia, como vimos, isso não significou uma profunda mudança estrutural no mercado de trabalho pois observou-se também algumas contradições, tais como o avanço das iniciativas voltadas a uma maior instabilidade no posto de trabalho,

¹⁸ Mais precisamente em dezembro de 2014, período no qual a taxa de desocupação mensal medida pela PME-IBGE atingiu 4,3%.

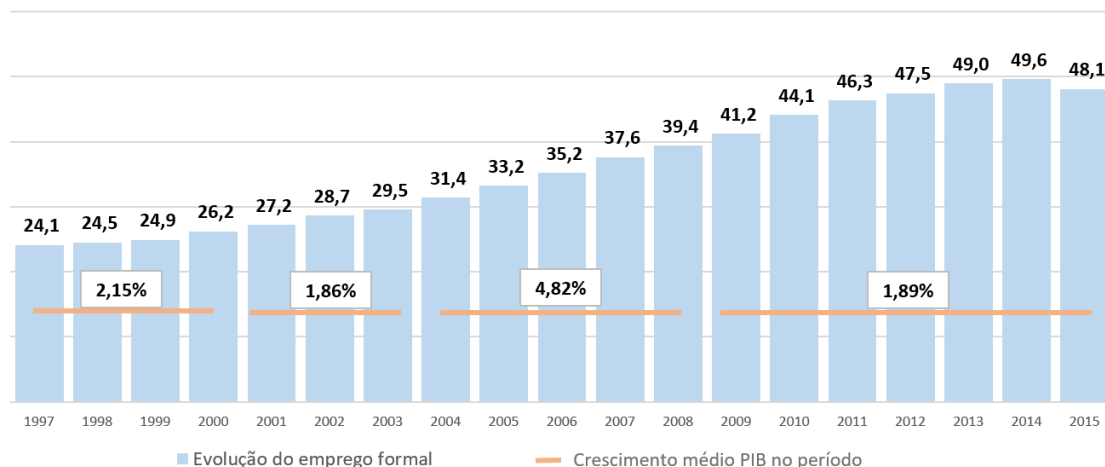
elucidando a existência de uma maior precariedade, avanço da terceirização, maior número de contratos com remunerações variáveis (baixos salários) e a manutenção de elevadas taxas de rotatividade¹⁹. Tais movimentos contraditórios descritos referem-se a existência de uma melhora nos indicadores do mercado de trabalho juntamente com a persistência de um processo de flexibilização das relações de trabalho existentes.

“A experiência brasileira dos anos 2000 não confirmou as teses fundadas na visão de que informalidade, desemprego e baixos salários são resultantes de excessiva ou de equivocada regulamentação, por outro é fato que certas tendências flexibilizadoras continuaram avançando no contexto de reorganização da produção de bens e serviços e do trabalho no capitalismo contemporâneo, com destaque à terceirização, à remuneração variável e à redefinição do tempo de trabalho. (KREIN; BIAVASCHI, 2015, p. 49)

Neste contexto, faz-se necessário uma análise um pouco mais detalhada sobre as características dos empregos gerados nesse período recente. É importante identificar as mudanças na composição setorial das vagas ao longo dos anos 2000, procurando destacar os setores mais e menos dinâmicos na geração de postos de trabalho neste período. De maneira geral, segundo dados disponibilizados pelo Ministério de Trabalho e Emprego – MTE por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, o número de trabalhadores formais no mercado de trabalho cresceu aproximadamente 72,8% no período entre 2002 e 2014. O que equivale a uma média de pouco mais de 6% ao ano. Mais precisamente no período de 2011 a 2014 em que o PIB demonstrava sinais claros de desaceleração, o mercado de trabalho formal cresceu 7,1%.

¹⁹ KREIN; SANTOS (2013) ainda destacam a existência de baixos níveis de qualificação da força de trabalho; alto índice de desproteção social dos ocupados; baixa qualidade dos empregos; trabalho infantil; persistência do trabalho análogo ao escravo; expressiva participação de trabalhadores por conta própria, não remunerado e do emprego doméstico.

GRÁFICO 4 - Evolução do número de trabalhadores formais e crescimento médio do PIB – BRASIL (Milhões)



Fonte: RAIS/MTE/IBGE. Elaboração Própria

O ciclo de bons resultados no cenário econômico brasileiro ocorrido a partir dos anos 2000 pode ser considerado um reflexo dos níveis internos de demanda por bens de consumo o qual, por sua vez, se apresentava extremamente aquecido devido às políticas adotadas pelo Governo. Neste sentido, os primeiros setores que se beneficiaram deste cenário, no que se refere às melhorias do mercado de trabalho, foram o comércio e a construção civil, ainda que sejam os setores responsáveis pelas remunerações mais baixas quando comparados aos demais. Após esse primeiro impacto, as melhorias transbordam para outros setores, fato este que corrobora para a manutenção do crescimento econômico. Com isso, a configuração do emprego formal brasileiro passou por uma considerável transformação entre os anos de 2002 e 2014, com destaque para os aumentos da participação relativa do Setor Serviços (de 32,0% para 34,9%), do Comércio (de 16,8% para 19,6%) e da Construção Civil (de 3,9% para 5,7%). Contrariamente, notabilizaram-se pelas suas diminuições relativas o Setor de Administração Pública (de 23,7% para 18,9%) e a Indústria de Transformação (de 18,2% para 16,5%). Vale registrar que esse aumento na participação do setor Serviços no número total de empregos formais pode ser explicada pela elevada capacidade de absorção de mão de obra dos trabalhadores desempregados e também dos que ingressavam (ou reingressavam) na PEA sem experiência ou qualificação, o que ajuda a compreender o aparente paradoxo existente entre baixas taxas de crescimento econômico e de desemprego no período recente. (SABOIA, 2014).

Neste mesmo sentido, (KREIN; BIAVASCHI, 2015) argumentam que, apesar do baixo dinamismo da economia, o emprego e a renda do trabalho mantiveram-se

preservadas alimentados por políticas que buscavam expandir o setor de serviços, o que manteve o nível de consumo estável. Além disso, uma diminuição na taxa de natalidade, a própria elevação da renda e um retardamento de uma parte da população jovem no mercado de trabalho contribuíram para uma menor pressão na geração de postos de trabalho. O crescimento do emprego atrelado a essa menor pressão contribuiu para que a taxa de desemprego se mantivesse em queda.

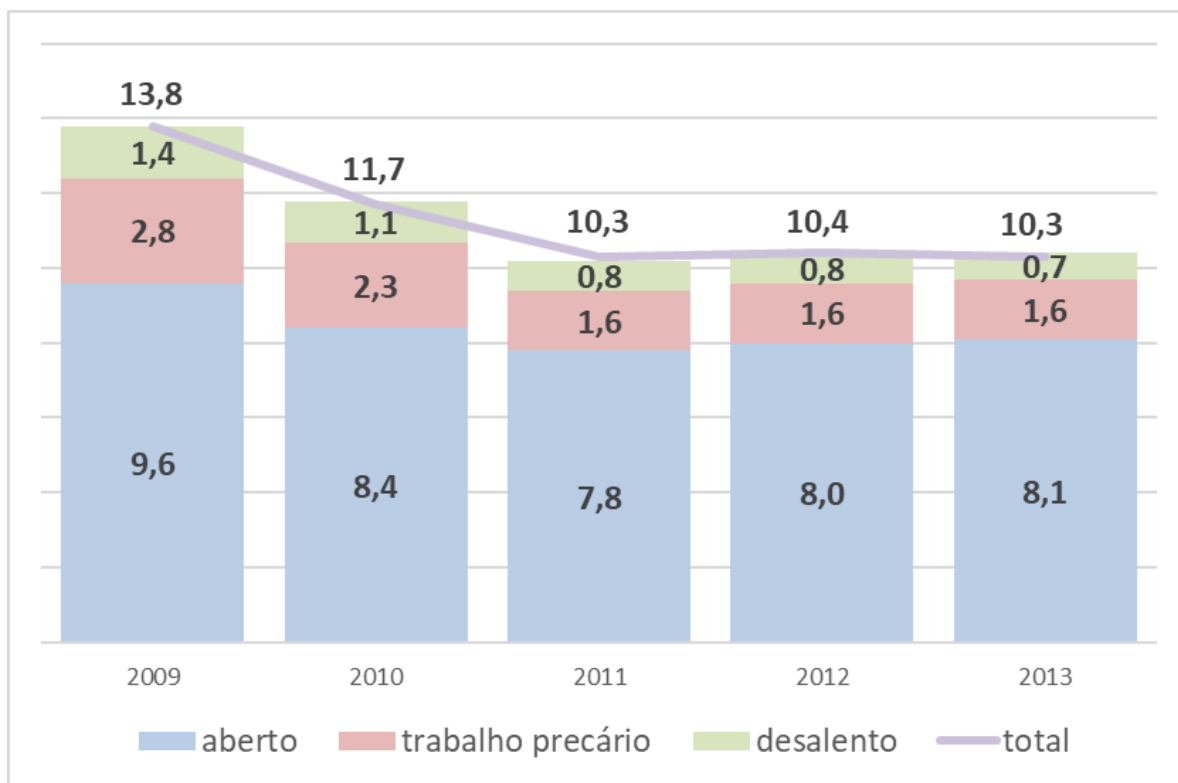
”num país com um grande setor informal como no caso brasileiro, a baixa taxa de desemprego ocorre simultaneamente com alta precariedade e informalidade no mercado de trabalho, representada por um grande número de pessoas ocupadas recebendo baixos salários, sem carteira assinada, sem contribuição previdenciária ou trabalhando por conta própria. São situações típicas de trabalho de baixa produtividade. O próprio fato de a geração líquida de empregos no setor formal estar concentrada nos menores salários aponta para o baixo nível de produtividade de tais empregos.” (SABOIA, 2014, p.118)

Analizando mais a fundo dados de período recente (2011-13), do montante total de vagas geradas nesse período, aproximadamente 75% estão concentradas no setor terciário - comércio e serviços – (SABOIA, 2014, com a geração de novos postos de trabalho concentrando-se na faixa de remuneração máxima de 2 salários mínimos e, a partir desse valor, houve redução no nível de emprego. Esse perfil de contratações evidencia a geração de empregos de baixos salários e com baixa (ou inexpressiva) produtividade. Nesse sentido, podemos dizer que não existiria qualquer dificuldade (ou desafio) para a economia continuar gerando novos empregos com esse perfil, mesmo em períodos de baixo crescimento econômico. Pode-se, no entanto, questionar o quanto haveria de desejável na expansão desse padrão de absorção de mão de obra.

Uma outra forma de analisar os resultados da taxa de desemprego é por meio da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pela Fundação Seade/Dieese, que consideram a existência de outro tipo de desemprego: o oculto; este é caracterizado pelo trabalho precário e desalento. Segundo a PED, a taxa de desemprego total nas regiões metropolitanas passou de 13,9% em 2009 para 10,3% em 2013 e a taxa de desemprego oculto passou de 4,2% para 2,3% na mesma comparação. Desagregando os resultados para os tipos de desemprego oculto temos que a taxa de desemprego resultante de uma condição de trabalho precário passou de 2,8% para 1,6% no período entre 2009 e 2013,

bem como o desemprego pelo desalento registrou uma taxa de 1,4% em 2009 passando para 0,7% em 2013.

GRÁFICO 5 - Taxa de desemprego por tipo - BRASIL (2009 - 2013)* (%)



Fonte: Convênio Dieese – Seade; MTE – FAT e convênios regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Elaboração Própria

*A partir de 2013 algumas regiões metropolitanas deixaram de realizar a pesquisa

Nas palavras de Kon: “o emprego e o rendimento real do trabalho no Brasil vem crescendo tanto de forma quantitativa como qualitativa desde 2010, e, dessa maneira, observa-se uma melhora no padrão de crescimento do mercado de trabalho no País.” (KON, 2012, p. 06)

Porém, Kon (2012) também pondera que:

“A avaliação dos efeitos do pleno emprego em uma sociedade diz respeito também a verificação das questões estruturais sobre a qualidade do trabalho da população ocupada, de possibilidades de desenvolvimento profissional e de criação de condições favoráveis a mobilidade profissional e geográfica” (KON, 2012, p.10)

Recentemente, devido ao rápido aumento da taxa de desemprego no país observada a partir de meados de 2015, agravado pela crise econômica e política existente, esse debate se torna extremamente interessante, especialmente considerando a

velocidade e intensidade da reversão da tendência anterior. A fragilidade do argumento de efetiva ocorrência do pleno emprego estaria, então, na análise empírica de algumas características estruturais da qualidade das ocupações geradas no período, características estas que também contribuem para a rápida deterioração do mercado de trabalho recente. Neste sentido, é extremamente importante qualificar a hipótese de que existiu uma situação de pleno emprego no Brasil, principalmente considerando que já nos anos seguintes o mercado de trabalho brasileiro passou a apresentar elevadas e crescentes taxas de desemprego. Avaliando o caso brasileiro; estudo realizado por pesquisadores do IPEA chamou a atenção para as características peculiares já referidas com respeito ao mercado de trabalho local, mais precisamente em relação a heterogeneidade estrutural observada entre as regiões.

“Essa heterogeneidade estrutural reflete-se também na expressiva diversidade da estrutura ocupacional, comportando formas de inserção ocupacional bastante distintas do ponto de vista da regularidade do trabalho, quer seja em relação a jornada de trabalho, a previsibilidade de rendimentos ou até mesmo ao usufruto dos direitos trabalhistas” (IPEA, 2012, p. 03)

A questão da heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro também foi levantada por Proni (2013), o qual acredita que:

“Num mercado de trabalho heterogêneo e marcado por profundas desigualdades regionais, a discussão teórica em torno da tendência ao pleno emprego ganha maior complexibilidade [...]. Mudanças na conjuntura podem estimular ou inibir a participação no mercado de trabalho e aumentar ou restringir a ocorrência de ocupações precárias. ” (PRONI, 2013, p.109)

Neste cenário, Krein e Baltar (2013) argumentam que as discussões sobre o mercado de trabalho envolvem tanto velhas como novas questões, as primeiras relacionadas a história do trabalho no país propriamente dita e as segundas consideram a forma como o Brasil se inseriu no processo de globalização recente. Essas questões provocam grandes mudanças na organização da produção, colocando assim, desafios para a regulação do trabalho, a qual deveria ser capaz de fazer com que essas novas tendências não resultem em precarização das condições de emprego. Segundo TROYANO (1990) a forma de captação dos indicadores da dinâmica em economias capitalistas como a do Brasil só é possível diante do reconhecimento de suas

especificidades, dado que nos países subdesenvolvidos, em especial dos de industrialização tardia, pode se observar um desemprego diferente do desemprego aberto, conhecido como subemprego. Um ponto importante a se considerar é que a metodologia como a taxa de desemprego é calculada não parece ser a mais indicada para demonstrar a real situação do mercado de trabalho no Brasil, principalmente considerando a heterogeneidade das ocupações e setores da economia.

Buscou-se nesse capítulo demonstrar o quanto o desempenho da economia brasileira se mostrou limitado no tocante ao investimento (que se mostrou, quando muito, satisfatório) bem como observou-se no período um considerável vazamento macroeconômico por meio dos altos níveis de importações; ladeado a esses fatores, o setor industrial perdeu importância no que tange a geração de postos de trabalho, sendo especificamente utilizado com o intuito de absorver mão de obra. Com base nesse argumento temos que a hipótese de pleno emprego cogitada no Brasil não pode ser tão facilmente validada, dado que além de os indicadores disponíveis para a análise das condições do emprego brasileiro serem extremamente frágeis mascarando um possível subemprego devido a heterogeneidade do setor produtivo, não se observou no período um nível de investimento satisfatório; neste sentido, a crescente observada no setor de serviços foi de fundamental importância para a redução do desemprego a partir de 2004.

Conforme observado, a partir dos primeiros anos da década de 2000 adotou-se no Brasil políticas que buscavam reverter o quadro econômico de baixo crescimento e elevada desigualdade por meio de uma maior ação do Estado, com efeitos amplamente observados, principalmente no que diz respeito ao consumo. Ademais, as alterações realizadas buscavam também elevar os níveis de investimento da economia brasileira. Com isso, seria possível conciliar crescimento econômico e melhor distribuição de renda, ao ampliar a base de consumo ao mesmo tempo em que se expandiam as inversões produtivas. Entretanto, como vimos, uma política governamental como essa encampa várias batalhas para serem efetivamente utilizadas, principalmente obstáculos políticos. (KALECKI, 1965)

Como destacado no capítulo anterior, uma característica presente nas economias subdesenvolvidas é a oferta aproximadamente ilimitada de mão de obra, o que contribui para o aumento da produção nesses países sem consequentemente aumentar os salários. Isto seria possível pelo fato de existir um grande contingente de trabalhadores em setores “não capitalistas”, principalmente ligados a atividades de subsistência ou de baixíssima produtividade. Neste sentido, à medida em que se aumenta o investimento

em formação de capital (capacidade produtiva), o emprego no setor “capitalista” aumenta e, conseqüentemente os salários de elevam (LEWIS, 1954). Outra questão acerca do subdesenvolvimento foi elucidada por Kalecki (1965): para ele, a diferença crucial entre economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas estaria no fato de que, as primeiras direcionam sua preocupação à plena utilização de sua capacidade produtiva já existente, ao passo que as outras precisam elaborar planos que visem à expansão de seu potencial produtivo o mais rápido que podem²⁰. Sendo assim, o conceito de pleno emprego só seria possível de ser claramente observado em economias desenvolvidas devido às características estruturais de subutilização da força de trabalho nas economias subdesenvolvidas. Assim sendo, mesmo se a estrutura produtiva for aí totalmente utilizada, as economias subdesenvolvidas não seriam capazes de absorver toda a mão de obra disponível, contribuindo para um baixo nível de renda para a maioria da população. Como visto, essa seria uma descrição aproximada do mercado de trabalho brasileiro; afinal, mesmo considerando suas especificidades históricas de formação (com destaque para o passado escravista, a peculiar transição ao trabalho assalariado com a introdução dos novos imigrantes europeus, a frouxidão e seletividade da regulação pública, bem como o acelerado processo de transição campo-cidade), é certamente identificável um importante segmento da população economicamente ativa que dificilmente se faz empregar em vínculos correspondentes ao do assalariamento formal / protegido.

Acerca do pleno emprego, cabe registrar ainda uma observação de Kalecki (1943) em uma palestra ministrada em Londres, a qual se intitula “Aspectos Políticos do Pleno Emprego”. Para este autor, uma situação de pleno emprego pode ser assegurada por políticas governamentais que visem empregar toda a força de trabalho existente e também, que a oferta de matérias primas estrangeiras necessárias, sejam obtidas por meio da troca por exportações. O debate sobre a sustentação do pleno emprego via gastos governamentais, em geral, se restringe a argumentos econômicos; porém, apesar dos argumentos propostos serem econômicos, existe um fundo político na oposição ao conceito de pleno emprego proposto pelo governo, realizada principalmente pelos

²⁰ Trata-se, portanto, de uma abordagem que guarda similitudes e discrepâncias com respeito à de Lewis; embora em ambas de possa observar uma assimetria nas dotações de mão de obra e capital nas economias subdesenvolvidas, para Kalecki a dotação de capital é o aspecto determinante – tanto para a determinação do desemprego estrutural quanto para as próprias relações entre as classes sociais; os eventualmente baixos níveis de demanda efetiva agravam esta situação, o que demanda um rápido processo de expansão do capital – o que não se pode fazer (apenas) via capitais privados.

empresários capitalistas denominados “líderes industriais”. Esses argumentos contribuem para a conclusão de que, para o empresariado, o pleno emprego sustentado via gastos governamentais provocaria mudanças sociais, mudanças estas que, na visão deles, os colocariam em posição inferior aos empregados, pois a autoconfiança e a consciência de classe dos trabalhadores se fortaleceriam.

Em linha com a colocação de Kalecki, Macedo e Silva (1994), afirma que as decisões tomadas pelos capitalistas são superiores às tomadas pelos trabalhadores (no sentido da autonomia da decisão de gasto); logo, os níveis de emprego e renda, bem como suas variações, estão subordinados às decisões capitalistas de investimento e produção, enquanto os trabalhadores não podem escolher não trabalhar. Trata-se, portanto, de reconhecer a assimetria entre capital e trabalho (tal como em Marx) e de reconhecer também que o nível agregado de emprego e renda é definido, essencialmente, por decisões tomadas pelos principais detentores do poder de compra (ou riqueza), aspecto presente nas obras seminais da Macroeconomia (Keynes e Kalecki).

Como vimos, os bons resultados auferidos pela economia brasileira proporcionaram consideráveis melhoras nos indicadores relacionados ao mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito às baixas taxas de desemprego aberto. Neste sentido, cogitou-se na economia brasileira a existência de uma situação muito próxima à de pleno emprego. Entretanto, o entendimento claro acerca do que representa efetivamente uma situação de pleno emprego no âmbito econômico é tão importante quanto a definição do conceito que se deve ter como referência, pois, segundo Kon: “se o pressuposto de que o pleno emprego é uma condição de aproveitamento completo da mão de obra disponível, é necessário observar que, ainda que tenha atingido parâmetros de pleno emprego, pode não haver um aproveitamento potencial do trabalho” (KON, 2012, p. 10).

A preocupação da autora com a questão do aproveitamento potencial do trabalho está baseada no fato de que uma situação de pleno emprego deve considerar também questões estruturais acerca da qualidade do posto de trabalho existente, possibilidades de um desenvolvimento individual da mão de obra empregada e da possibilidade de mobilidade econômica.

Existem várias classificações e conceitos diferentes para a análise do emprego no Brasil e no mundo; neste sentido, torna-se extremamente importante entender mais a fundo estes conceitos existentes a fim de uma melhor avaliação da situação

concretamente observada no mercado de trabalho. Ademais, faz-se necessário primeiramente ter em mente algumas variáveis que são consideradas para determinar os indicadores de desemprego, especialmente a força de trabalho e população economicamente ativa. Uma definição incorreta dessas variáveis acabaria por “viesar” o resultado das taxas de desemprego, por exemplo.

No âmbito macroeconômico, os debates sobre as questões mais teóricas estão relacionados à existência de determinados tipos de desemprego: (i) involuntário, o qual considera o total de trabalhadores que estão dispostos a trabalhar ao salário vigente, mas não encontram um posto de trabalho; esse tipo de desemprego pode ser resultante de uma mudança estrutural (isto é, desenvolvimento tecnológico poupador de mão de obra), do comportamento instável / cíclico do nível de demanda efetiva (crescimento ou redução da atividade econômica) ou também do efeito sazonal (variação no ritmo de atividade em determinados períodos); (ii) desemprego friccional, que pode ser entendido como o tempo em que o indivíduo ficou sem trabalho na mudança de um emprego para outro e; (iii) desemprego voluntário, o que corresponde à recusa de trabalho por parte do indivíduo diante de um determinado nível de remuneração.

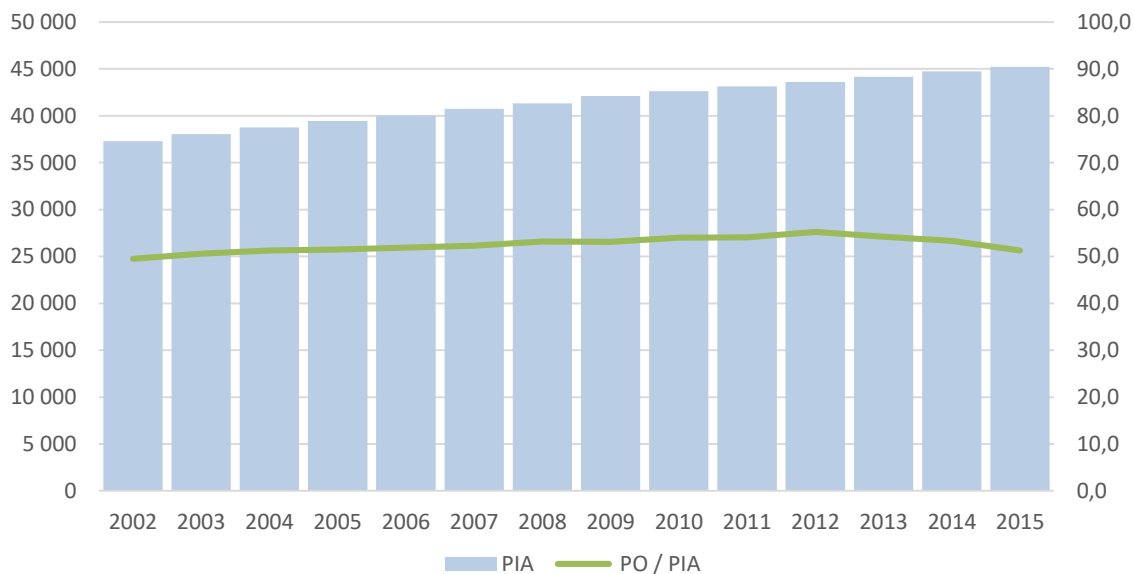
Diante desses conceitos, bem como os já discutidos anteriormente, mostra-se necessário discutir o quanto a qualidade dos postos de trabalho gerados e as diferenças entre as regiões impedem que o Brasil seja considerado um país que opera (operou) em pleno emprego no sentido de possibilitar a elevação de um bem-estar da população.

3.2 DADOS DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SEGUNDO A PME-IBGE

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego²¹ – PME, a população em idade ativa – PIA (número de pessoas com 10 anos ou mais de idade, para o conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada, variou cerca de 21,3% entre 2002 e 2015, atingindo um contingente de aproximadamente 45,2 milhões de pessoas.

²¹ Optou-se aqui pelo uso das informações geradas a partir da PME-IBGE por conta de sua capacidade de identificar diferentes aspectos referentes à situação do desemprego e também pelo fato de que a pesquisa preservou metodologia única para todo o período abrangido pelo presente estudo, enquanto outras (como a PED) realizaram importantes mudanças metodológicas.

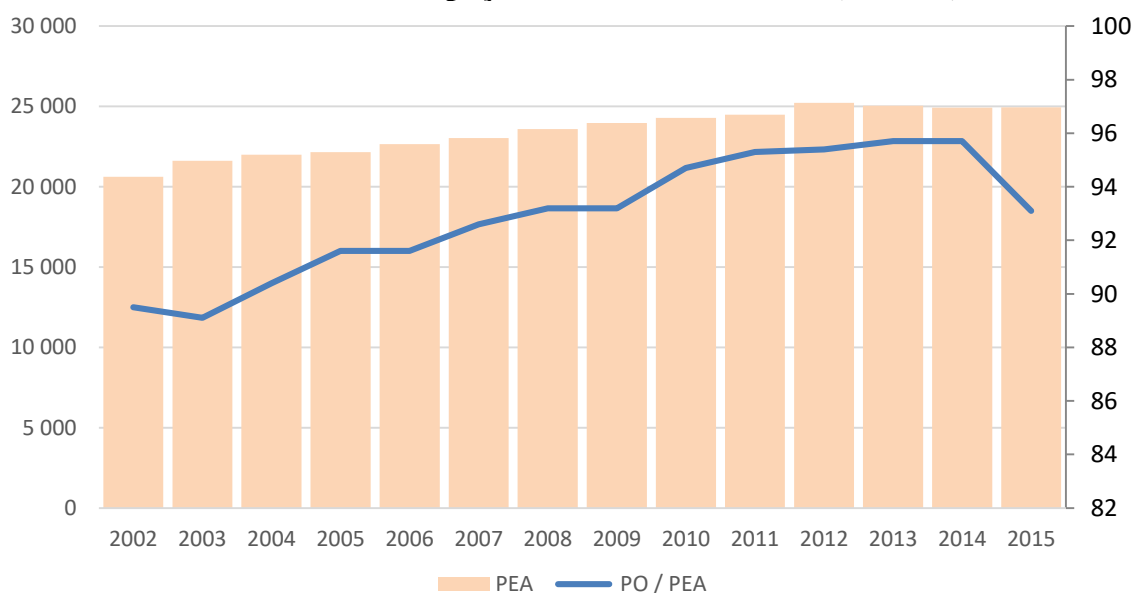
GRÁFICO 6 - Evolução do número de pessoas em idade ativa, economicamente ativas e nível de ocupação – BRASIL 2002-2015 (Milhões)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Por sua vez, a população economicamente ativa - PEA (formada pelos contingentes de ocupados e desocupados) foi estimada em 24,9 milhões de pessoas em dezembro de 2015, para o conjunto das seis regiões pesquisadas, também variando aproximadamente 21%.

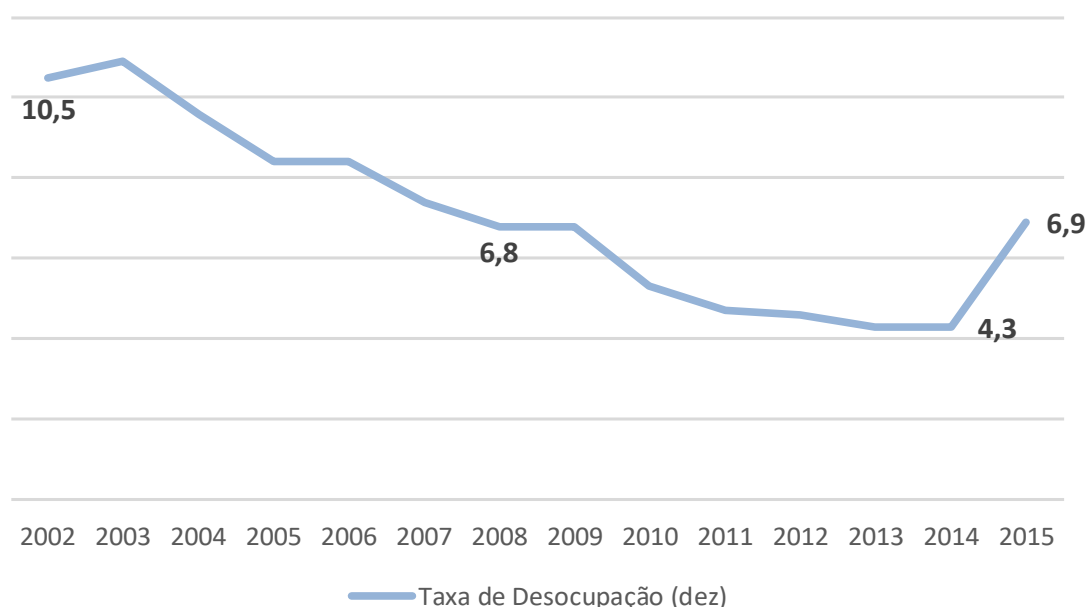
GRÁFICO 7 Evolução do número de pessoas em idade ativa, economicamente ativas e nível de ocupação – BRASIL 2002-2015 (Milhões)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

O nível de ocupação, isto é, a proporção de pessoas efetivamente ocupadas em relação à população em idade ativa passou de 49,5% em dezembro de 2002 para 51,3% em dezembro de 2015 ao passo que o nível de ocupação em relação a população economicamente ativa passou de 89,5% em dezembro de 2002 para 93,1% em dezembro de 2015. Pelo Gráfico 7 abaixo podemos notar que, após um longo período de recorrentes quedas na taxa de desocupação²² (desemprego aberto), o mercado de trabalho brasileiro apresentou uma reversão, crescendo mais de 2 pontos percentuais em 12 meses (entre dezembro de 2014 e dezembro de 2015).

GRÁFICO 8 - Evolução da taxa de desocupação (anos selecionados) – BRASIL 2002-2015 (%)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Na análise do contingente de desocupados por grupamentos de atividade no período entre 2002 e 2015, a maior variação ficou por conta dos serviços domésticos, que passou de 5,4% em 2002 para 2,6% em 2015, evidenciando o padrão de absorção de mão de obra que possibilitou as recorrentes quedas na taxa de desemprego aberto no período. Indústria Extrativa e de Transformação: 3,7% em 2002 para 3,8% em 2015; fato este que corrobora para o debate da ocorrência de um processo de

²² São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho na semana de referência, mas que estavam disponíveis para assumir um trabalho nessa semana e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias, sem terem tido qualquer trabalho ou após terem saído do último trabalho que tiveram nesse período.

desindustrialização no período, principalmente pela ausência de um plano nacional efetivo de desenvolvimento desse setor. Outros serviços: de 4,2% em 2002 para 3,3% em 2015; comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos (4,1% em 2002 para 3,0% em 2015), Construção (6,1% em 2002 para 4,1% em 2015) puxados pela política econômica adotada pelo governo vigente já destacada anteriormente. Pelo lado dos serviços temos Serviços Prestados a Empresas, Aluguéis, Atividades Imobiliárias e Intermediação Financeira passando de 4,2% em 2002 para 4,0% em 2015, Educação, Saúde e Serviços Sociais com 1,4% em 2002 e 1,0% em 2015.

Atentando-se para as 2 últimas colunas da tabela 3 abaixo verifica-se que os grupamentos da Construção e Serviços Domésticos foram o que mais sentiram o aumento da desocupação na passagem de 2014 e 2015 (ambos praticamente dobraram o total de pessoas desocupadas)²³. Ademais destaca-se também, o aumento da desocupação na Indústria e Serviços, os quais passaram de 2,2% e 2,6% em 2014 para 3,8% e 4,0% em 2015 respectivamente.

TABELA 3 - Distribuição da população desocupada por grupamentos de atividade – BRASIL 2002 - 2015 (%)

Grupamento de Atividade / Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	3,7	4,4	3,7	3,5	3,5	3,4	3,7	3,5	2,5	2,5	2,7	2,4	2,2	3,8
CONSTRUÇÃO	6,1	6,6	5,2	5,3	5,2	3,5	3,3	3,2	2,2	2,2	2,5	2,4	2,2	4,1
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	4,1	4,4	4,3	3,3	3,7	3,5	3,2	3,3	2,7	2,3	2,9	2,2	2,7	3,0
SERVIÇOS PRESTADOS À EMPRESA, ALUGUÉIS, ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4,2	4,1	3,9	3,6	3,2	3,3	3,5	3,3	2,7	2,5	2,7	2,2	2,6	4,0
EDUCAÇÃO, SAÚDE, SERVIÇOS SOCIAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	1,4	2,1	1,6	1,8	1,5	1,2	1,4	1,4	0,9	1,1	1,2	1,0	0,8	1,0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	5,4	6,2	4,8	3,5	4,2	3,0	3,7	2,8	2,4	1,7	1,9	1,7	1,3	2,6
OUTROS SERVIÇOS	4,2	4,9	4,2	3,0	4,0	3,1	3,3	3,0	2,6	2,3	2,6	2,0	2,6	3,3

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

²³ Justamente porque são segmentos particularmente frágeis a mudanças de conjuntura: no caso dos serviços pessoais, a queda de renda domiciliar faz retrainar a sua demanda; no caso da construção civil, trata-se da reversão nas condições da disponibilidade de crédito e nas perspectivas de endividamento visto como viável por parte dos mesmos domicílios.

Pelo lado da população ocupada, como visto no Gráfico 4, o número de empregos formais no mercado de trabalho brasileiro cresceu aproximadamente 72,3% no período entre 2002 e 2014, amargando uma queda de 3% na passagem para 2015, evidenciando uma reversão na tendência anterior. No mesmo período, a população ocupada, segundo a PME, passou de 18,5 milhões para 23,2 milhões de pessoas em 2015, crescimento de aproximadamente 25,8% e, assim como o número de empregos formais, a população ocupada registrou uma queda de 2,7% em 2015 na comparação com o ano anterior.

Na análise por grupamentos de atividade podemos destacar a perda da participação da indústria no contingente de ocupados (17,6% em 2002 para 14,0% em 2015) e comércio (20,2% em 2002 para 18,9% em 2015). Por outro lado, os grupamentos de Serviços Prestados e outros serviços aumentaram suas participações no período (13,3% em 2002 para 16,5% em 2015 e 16,7% em 2002 para 19,1% em 2015 respectivamente). Fato este que pode ser considerado como uma indicação do aumento da absorção de mão de obra em atividades menos qualificadas e, provavelmente, com postos de trabalho mais precários.

TABELA 4 - Distribuição da população ocupada por grupamentos de atividade – BRASIL 2002 - 2015 (%)

Grupamento de Atividade / Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	17,6	17,5	17,7	17,6	17,5	16,9	16,9	16,7	16,8	16,2	15,7	15,3	14,9	14,0
CONSTRUÇÃO	7,8	7,5	7,6	7,3	7,2	7,1	7,3	7,6	7,2	7,7	7,8	7,6	7,3	7,4
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	20,2	20,7	19,9	19,8	19,6	19,9	19,7	19,3	19,3	18,7	19,2	19,2	18,9	18,9
SERVIÇOS PRESTADOS À EMPRESA, ALUGUÉIS, ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13,3	13,2	13,8	14,3	14,4	14,4	15,0	15,0	15,2	16,5	16,1	16,3	16,5	16,5
EDUCAÇÃO, SAÚDE, SERVIÇOS SOCIAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	15,7	15,6	15,0	15,3	15,2	15,4	16,0	15,6	16,0	15,9	16,3	17,0	16,9	17,3
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	7,9	7,5	8,1	8,1	8,1	7,9	7,3	7,8	7,2	6,8	6,4	5,9	6,2	6,3
OUTROS SERVIÇOS	16,7	17,2	17,3	17,1	17,3	17,7	17,4	17,5	17,8	17,7	18,0	18,3	19,0	19,1
OUTRAS ATIVIDADES	0,8	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,5

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Podemos notar que a participação de cada grupamento de atividade em relação ao contingente da população ocupada se manteve estável ao longo de todo o período analisado, inclusive no momento em que se cogitou a existência de uma situação próxima a de “Pleno Emprego” no Brasil, evidenciando uma dificuldade em se desenvolver o setor industrial produtivo brasileiro aumentando o número de postos de trabalho gerados no setor, bem como um possível “falta de investimentos”, característica crucial no que diz respeito às teorias já discutidas anteriormente.²⁴

Além da divisão por grupamentos de atividade podemos também avaliar a situação da população ocupada segundo a sua posição na ocupação²⁵. Por este indicador podemos sustentar a hipótese de que os anos 2000 foram marcados por um elevado grau de formalização das relações do trabalho no Brasil, no qual passamos de 46,2% da população ocupada com carteira assinada em 2002 para 54,0% em 2015 (atingindo 55,3% em 2014) bem como a diminuição das ocupações sem carteira assinada (passou de 21% em 2002 para 13,3% em 2015). Pela ótica do Setor Público, na qual estão inseridos militares e funcionalismo público, a taxa de ocupados passou de 7,5% em 2002 para 8,2% em 2014.²⁶

Entretanto, segundo Baltar e Krein (2013), o aumento no número de ocupações com carteira assinada fora acompanhado pela mudança nas organizações como um todo, mudanças estas que proporcionaram a existência de novas formas de contrato de trabalho tais como falsas cooperativas de trabalho e empregados autônomos sendo que alguma delas não aparecem como uma efetiva relação de emprego, ou seja, esta relação fica disfarçada. Em relação os contratos que efetivamente descrevem o vínculo de emprego destacam-se os diferentes tipos de contratos temporários (setor público e privado),

²⁴ Kalecki afirmava que a solução para o desemprego estrutural nas economias capitalistas subdesenvolvidas era uma aceleração do processo de formação de capital, ou seja, de industrialização.

²⁵ A posição na ocupação é definida em função do contrato de trabalho que uma pessoa tenha feito, explícita ou implicitamente, com outras pessoas ou organizações. Os critérios básicos para definir os grupos da classificação são o tipo de risco econômico, que se entende como um elemento representativo do grau de ligação entre a pessoa e o trabalho, e o tipo de autoridade que aqueles que se incumbem de determinado trabalho têm sobre as unidades econômicas e outros trabalhadores. Alguns grupamentos da Classificação de Posição na Ocupação Nacional são os mesmos contidos na ICSE, outros diferem por não serem considerados adequados à realidade do País. A Organização Internacional do Trabalho-OIT é responsável pela gestão e manutenção da Classificação Internacional de Posição na Ocupação, e o IBGE é responsável pela Classificação Nacional de Posição na Ocupação dela derivada usada nas pesquisas domiciliares. (IBGE, 2018)

²⁶ Nesse caso, trata-se da tentativa de recompor as condições de gestão do Estado, dos investimentos públicos e dos canais de provisão de serviços de proteção social (por exemplo, no aumento da malha pública de ensino).

por obra certa, safra, por prazo determinado. “O que chama atenção é a ampliação da frequência e continuidade destes tipos de contratos”. (BALTAR; KREIN, 2013, p.285)

Destacando passagem de 2014 para 2015 pode-se verificar uma queda na participação da população ocupada com carteira assinada atrelada a um aumento do contingente de trabalhadores por conta própria.

TABELA 5 - Distribuição da população ocupada por posição na ocupação – BRASIL 2002 - 2015 (%)

Com Carteira Assinada	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Com Carteira Assinada	46,2%	43,5%	43,8%	45,5%	46,1%	47,6%	49,2%	49,3%	51,7%	53,7%	54,2%	55,2%	55,3%	54,0%
Sem Carteira Assinada	21,0%	22,6%	23,2%	22,1%	21,2%	20,3%	19,2%	19,2%	17,5%	16,1%	15,9%	14,0%	13,3%	13,1%
Trabalhadores por conta própria	19,5%	20,5%	19,8%	19,3%	19,8%	19,4%	18,7%	19,0%	18,1%	17,9%	17,6%	18,1%	18,6%	20,0%
Empregadores	4,7%	5,4%	5,1%	5,1%	4,9%	4,7%	4,7%	4,5%	4,5%	4,4%	4,4%	4,5%	4,3%	4,1%
Setor Público	7,5%	7,2%	7,2%	7,2%	7,2%	7,2%	7,6%	7,4%	7,6%	7,5%	7,5%	8,0%	8,2%	8,4%
Não Remun. de conta própria ou empregador	1,1%	0,9%	0,9%	0,8%	0,8%	0,7%	0,7%	0,6%	0,6%	0,4%	0,4%	0,3%	0,2%	0,3%

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Analisando a população ocupada por tipo entre os grupamentos de atividade temos que todo os setores apresentaram aumento na taxa de participação dos trabalhadores com carteira assinada e consequentemente registraram queda no número de trabalhadores sem carteira. Destaque para o grupamento Serviços que aumentou a participação dos trabalhadores com carteira assinada em 17,1 pontos percentuais no período compreendido entre 2003 e 2014.

A comparação dos resultados observados para a Indústria e Serviços Prestados, dois setores que obtiveram destaque no aumento da formalização dos postos de trabalho gerados nos demonstra uma certa correlação entre os dois, ou seja, tendem a caminhar de forma similar. Isso ocorre pelo fato de que este tipo de serviço pode ser considerado como um setor “terciário mais bem remunerado” no qual, na maioria das vezes, acaba

sendo prestado ao próprio setor industrial²⁷. Entretanto, apesar do aumento do grau de formalização na Indústria, estes foram menores do que os observados em outros setores tipicamente de prestação de serviços. Fato este que se torna, então, mais um indicativo de que não existiu plano algum de desenvolvimento nacional voltado ao setor industrial brasileiro.

De maneira geral, podemos determinar que o nível de formalização cai junto com o nível de emprego total, evidenciando que o padrão de absorção de mão de obra na economia brasileira não se apresenta de maneira neutra. Outra característica importante do mercado de trabalho brasileiro do período é a mudança da correlação de forças entre empregado e empregador na hora da contratação, fato este já discutido anteriormente acerca de uma situação de “Pleno Emprego”.

TABELA 6 - Distribuição da população ocupada por posição na ocupação e grupamento de atividade – BRASIL anos selecionados (%)

GRUPAMENTOS DE ATIVIDADES	ANO	Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada	Trabalhadores por conta própria	Empregadores
INDÚSTRIA EXTRATIVA E DE TRANSFORMAÇÃO E DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	2003	59,3%	17,2%	16,8%	4,8%
	2014	68,7%	7,8%	17,9%	4,0%
	2015	66,7%	7,4%	19,6%	4,4%
CONSTRUÇÃO	2003	24,8%	23,5%	44,7%	6,7%
	2014	40,8%	12,7%	41,7%	4,7%
	2015	37,6%	13,0%	43,9%	5,3%
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	2003	38,9%	20,1%	30,6%	8,0%
	2014	56,0%	10,6%	25,5%	7,3%
	2015	55,5%	9,2%	27,2%	7,1%
SERVIÇOS PRESTADOS À EMPRESA, ALUGUÉIS, ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2003	60,4%	16,9%	15,4%	5,7%
	2014	74,4%	8,7%	11,8%	3,9%
	2015	73,4%	7,8%	13,9%	3,6%
EDUCAÇÃO, SAÚDE, SERVIÇOS SOCIAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	2003	33,0%	16,0%	6,2%	2,9%
	2014	38,3%	10,1%	5,6%	1,9%
	2015	38,1%	10,3%	5,6%	1,8%
OUTROS SERVIÇOS	2003	42,4%	21,5%	26,8%	6,3%
	2014	53,0%	13,0%	26,8%	5,0%
	2015	52,0%	13,0%	28,5%	4,5%

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Outra característica importante a ser analisada na dinâmica do mercado de trabalho evidenciado na Tabela 6 é a reversão desse quadro a partir de 2015, no qual a

²⁷ Para mais informações sobre o padrão de absorção dos trabalhadores com carteira assinada no período ler BALTAR (2014) e BALTAR, LEONE (2015)

taxa de trabalhadores com carteira assinada registrou queda em todos os setores, aumentando principalmente o número de trabalhadores por conta própria.

O maior grau de formalização dos contratos de trabalho contribuiu, também, para um maior nível de permanência no posto de trabalho, observou-se no período uma queda no número da população ocupada com permanência inferior a 1 ano, passando de um contingente de 21,9% em 2002 para 14,9% em 2015. Em relação ao período superior a 2 anos, a variação foi de 7,9 pontos percentuais. (66,4% em 2002 para 74,3% em 2015)

TABELA 7 - Distribuição da população ocupada por tempo de permanência no trabalho principal – BRASIL 2002 - 2015 (%)

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Até 30 dias	2,0%	2,7%	2,2%	1,7%	1,8%	1,6%	1,5%	1,7%	1,6%	1,4%	1,3%	1,1%	0,9%	1,1%
31 dias à 1 ano	19,9%	20,0%	19,7%	19,3%	19,2%	18,8%	19,9%	18,5%	19,6%	19,3%	18,8%	17,1%	15,5%	13,8%
1 à 2 anos	11,7%	10,9%	11,0%	11,8%	11,7%	11,5%	11,7%	12,6%	11,9%	12,6%	12,5%	12,0%	11,8%	10,8%
Acima de 2 anos	66,4%	66,5%	67,0%	67,2%	67,3%	68,1%	66,8%	67,2%	67,0%	66,7%	67,4%	69,8%	71,7%	74,3%

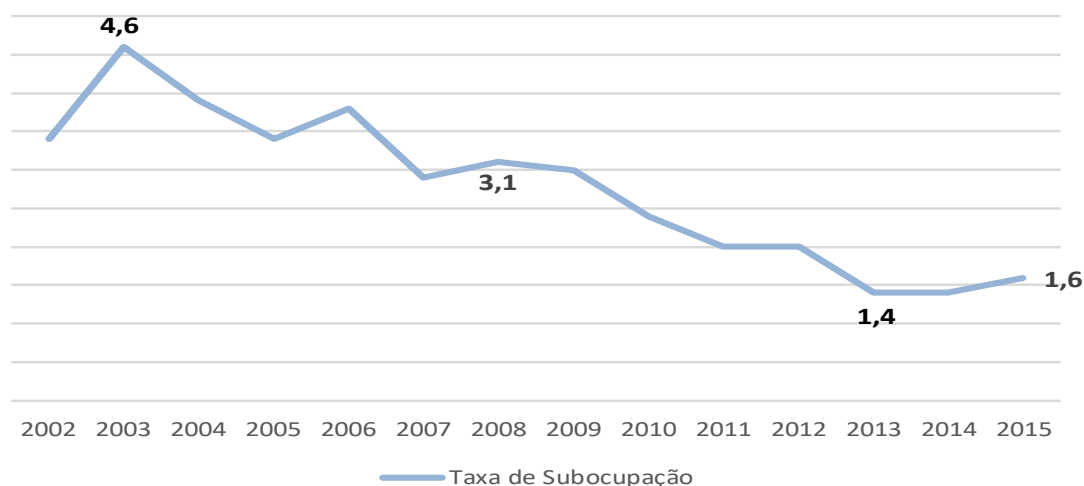
Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Desagregando um pouco mais as condições da população ocupada temos um subgrupo definido como população subocupada. O IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística considera como subocupação o posto de trabalho com jornada insuficiente, ou seja, uma jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais na qual o trabalhador tem a disponibilidade e o desejo de trabalhar mais. A subocupação aqui considerada é muito próximo do conceito de desemprego oculto utilizado na PED, o qual considera pessoas que exerceram algum tipo de trabalho ou auto-ocupação de maneira descontínua e irregular.

Neste contexto, o mercado de trabalho brasileiro evoluiu bastante nos últimos anos. A taxa de subocupação passou de 4,6% em 2003 (maior número da série) para 1,4% em 2014 (menor número da série), que foi possível pelo cenário de aumento do emprego formal atrelado a sucessivas quedas no nível de desemprego aberto. Na passagem de 2014 para 2015 o contingente da população com jornada de trabalho

inferior a 40h semanais e que possuíam o desejo de trabalhar mais se manteve estável, variando apenas 0,2 ponto percentual em 12 meses.

GRÁFICO 9 - Evolução da taxa de Subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (anos selecionados) – BRASIL 2002-2015 (%)

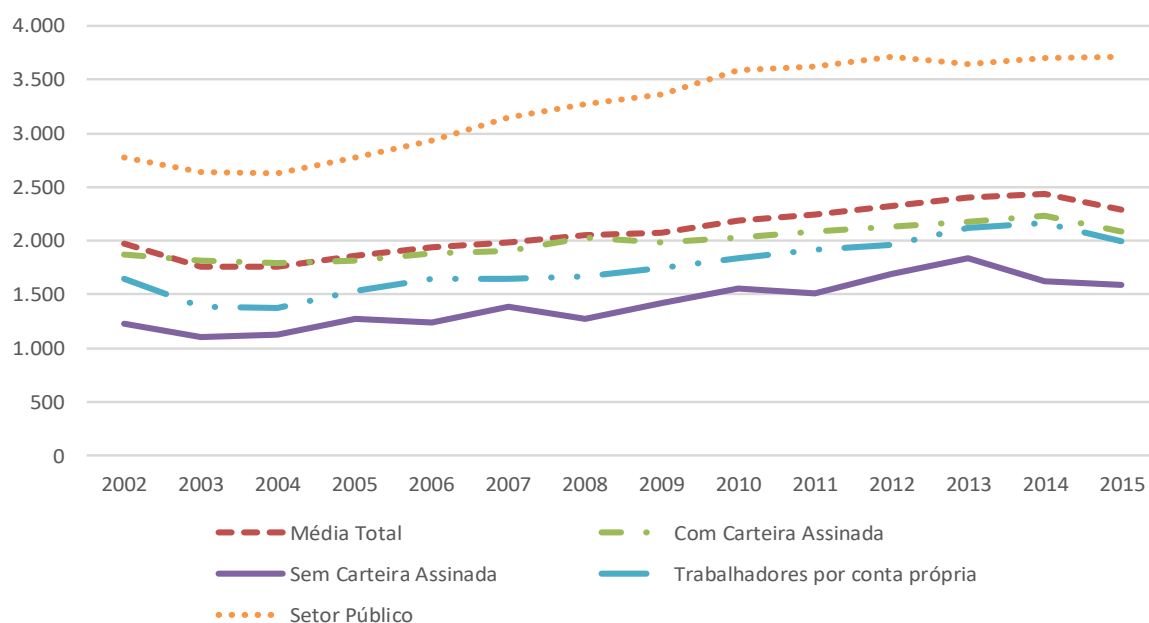


Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Em termos de remuneração do trabalho, o rendimento médio habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas cresceu aproximadamente 16,2% entre os anos de 2002 à 2015, passando de um valor de R\$1.973 para R\$2.293. A maior variação do período destacado ficou por conta da remuneração do setor público, que avançou 33,7% (passando de R\$2.773 em 2002 para R\$3.707 em 2015), seguido pelos trabalhadores sem carteira assinada com variação de 29% (de R\$ 1.228 para R\$ 1.585), trabalhadores por conta própria cresceu 20,8% (de R\$1.651 para R\$1.993) e, com menor nível de crescimento, os ocupados com carteira de trabalho assinada, que passou de R\$1.872 em 2002 para R\$2.091 em 2015, variação de 11,7%.

Como demonstrado no Gráfico 10 abaixo o ano de 2015, em comparação com 2014, registou queda no rendimento médio real do trabalho ocupado com exceção da remuneração do setor público, que se manteve estável (+0,3%). Destaque para a queda de 8,1% na remuneração dos trabalhadores por conta própria. Ocupação com carteira assinada (-6,2%) e sem carteira assinada (-2,3%). Na média, a queda observada foi de 5,8%. A Tabela 7 descreve os aumentos percentuais médios por posição na ocupação no período entre 2002 e 2014.

GRÁFICO 10 – Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido, pelas pessoas ocupadas no trabalho principal da semana de referência BRASIL 2002-2015 (%)



Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

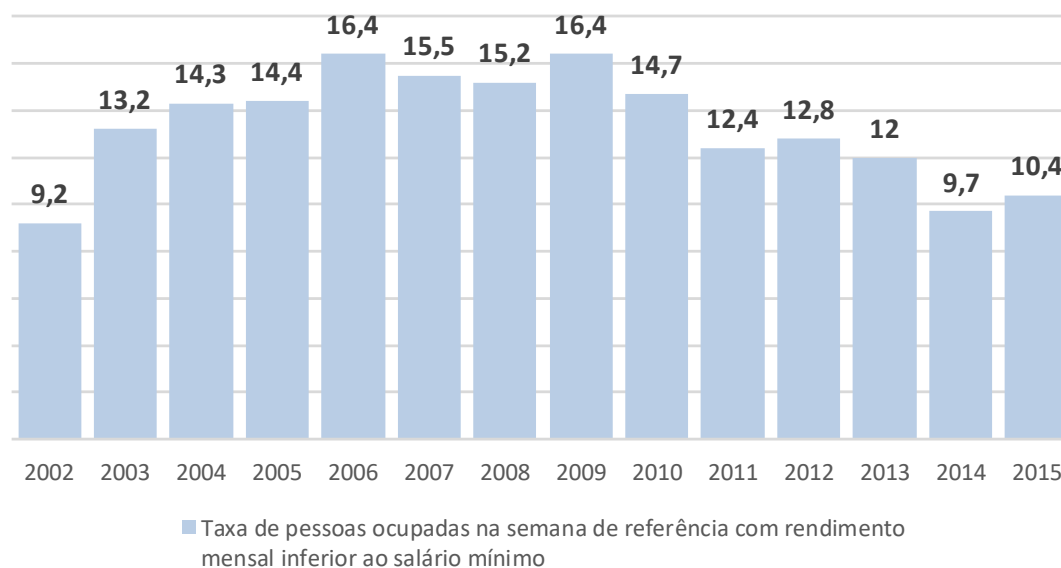
TABELA 8 - Média geométrica do rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido, pelas pessoas ocupadas no trabalho principal da semana de referência BRASIL 2002-2014 (%)

Período	Média Total	Com Carteira Assinada	Sem Carteira Assinada	Trabalhadores por conta própria	Setor Público
2002/2014	1,8%	1,5%	2,5%	2,4%	2,6%

Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Com o aumento observado na remuneração média da população ocupada pode-se verificar uma queda na taxa dos ocupados com remuneração inferior ao salário mínimo. Em 2002 9,2% da população ocupada possuía uma remuneração média real inferior ao salário mínimo. Esse contingente de trabalhadores atingiu seu valor máximo em 2006 e 2009, ambos com uma taxa de 16,4% da população ocupada. Na comparação com o ano de 2014, 2015 registrou um aumento de 0,7 ponto percentual.

GRÁFICO 11 – Proporção dos ocupados com rendimento médio real do trabalho principal mensal inferior ao salário mínimo - BRASIL 2002-2015 (%)

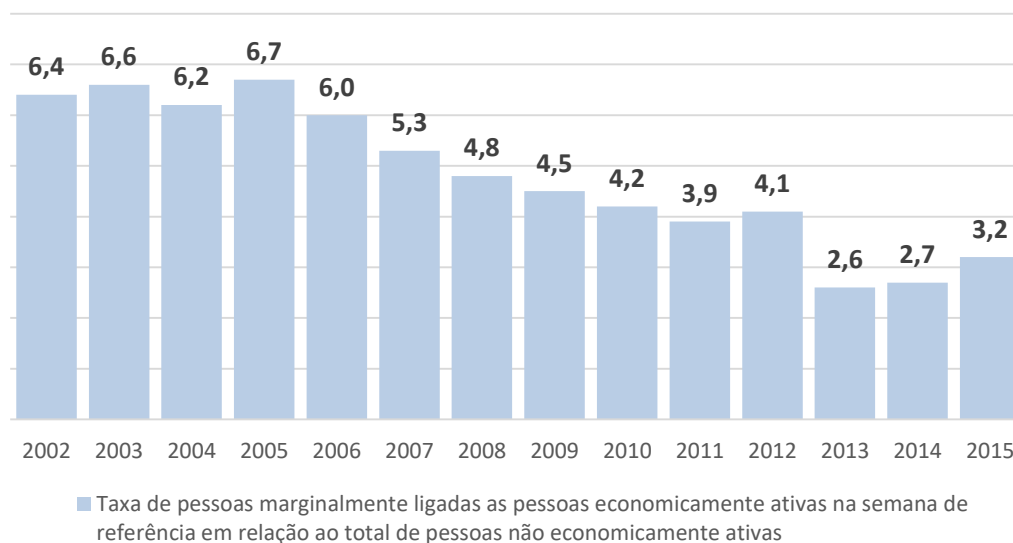


Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

No tocante às pessoas consideradas inativas, pela PME é possível identificar aquelas que estiveram ligadas à PEA no último ano, que desejam um trabalho e podem assumi-lo no curto prazo (pessoas marginalmente ligadas à PEA). Deste contingente, as que não procuraram trabalho no período de referência de 30 dias achando que não iriam consegui-lo por razões de mercado, mas estiveram procurando ativamente por um período de seis meses, e estavam disponíveis para assumir uma atividade, são classificadas como desencorajadas ou desalentadas.

Pelo Gráfico 11 pode-se notar que o contingente da população marginalmente ligados a PEA registrou sucessivas quedas a partir de 2005. Após um registrar um crescimento em 2012, esse contingente encerrou 2014 com uma taxa de 2,7%, ocorrendo uma inversão deste cenário em 2015.

**GRÁFICO 12 Proporção dos marginalmente ligados as pessoas economicamente ativas em relação ao total de pessoas não economicamente ativas
BRASIL 2002-2015 (%)**



Fonte: PME/IBGE. Elaboração Própria

Apesar das oscilações observadas na economia brasileira a partir dos anos 2000, os dados do mercado de trabalho apresentados acima evidenciam que os resultados do mercado de trabalho se mostraram particularmente favoráveis até meados de 2014, período no qual a taxa de desemprego se manteve em trajetória decrescente, o nível médio de renda real em crescimento assim como o grau de formalização do mercado de trabalho; entretanto, em 2015 o cenário se mostrou substancialmente distinto. A queda na geração de postos de trabalho e a consequente deterioração do mercado de trabalho a partir de 2015 pode estar relacionada ao tipo de posto de trabalho gerado no período anterior. Essa dinâmica da economia brasileira no período destacado, mais precisamente no período compreendido entre 2003 e 2014 proporcionou uma forte geração de postos de trabalho no setor de serviços (ou terciário), o qual se apresenta com baixa produtividade e mal remunerados.

Ademais, o menor crescimento da PEA estaria relacionado a esse “novo perfil” de absorção de mão de obra, o qual, por ser muito pouco atrativo para os trabalhadores, contribuía por reduzir o contingente da população disposta a trabalhar. A reversão do movimento de crescimento econômico mostrou-se particularmente adversa para a delicada manutenção desses postos de trabalho tão dependentes da acumulação de capital; por esta razão, o movimento de reversão da tendência anterior pode se observar

tão pronunciado e tão concentrado no tempo. Abortou-se rápida e profundamente a singular experiência brasileira de redução histórica das taxas de desemprego.

CONCLUSÃO

A maneira como o fator trabalho foi tratado nos primórdios da economia vista como ciência esteve intimamente relacionada com o entendimento de que a geração de riqueza é resultante do trabalho, ou seja, o trabalho é considerado a fonte de toda riqueza de uma economia. Sendo assim, desde o período da fisiocracia temos o trabalho como centro das principais preocupações das diferentes teorias econômicas contemporâneas, na busca pela determinação de uma medida de valor invariável para a “mercadoria” trabalho, principalmente porque, neste sentido, o emprego passou a ser visto como uma forma de garantia de proteção e estabilidade social. Pode-se dizer, também, que essa preocupação com o fator trabalho é uma das razões para o surgimento de estudos macroeconômicos.

Em relação a uma situação de “Pleno Emprego” tantos os argumentos defendidos por Keynes (1996 [1936]) como aqueles propostos por Kalecki (1943 [1990]) consideram a variável “investimento” como componente central para a determinação do nível agregado de emprego e renda de uma economia. Neste sentido, a determinação do nível agregado de emprego e renda de uma determinada economia é resultante da dinâmica observada no componente denominado de demanda efetiva. A teoria da demanda efetiva descrita neste texto buscou evidenciar que o principal fator responsável pelo desenvolvimento econômico é o incentivo ao investimento e consumo. O nível de consumo é um importante fator na composição da demanda agregada; entretanto, é o nível de investimento a variável responsável pela obtenção e principalmente pela manutenção de uma situação de “Pleno Emprego”, ou seja, o desenvolvimento de uma economia é resultado do nível de estímulo do investimento, atrelado ao potencial de consumo de cada economia.

Tendo o investimento como variável chave para o crescimento econômico e dado o caráter cíclico / instável dos investimentos privados realizados pelos capitalistas, os governantes eventualmente buscariam atuar no sentido de estimular o nível de investimentos por meio de políticas públicas com o objetivo de aumentar o nível de demanda agregada e conseqüentemente de emprego. Entretanto, Kalecki (1943 [1990]) argumentou que este processo de aumento dos investimentos públicos encontra diversos obstáculos políticos típicos do sistema capitalista, pois os “líderes industriais” não são apreciadores deste tipo de atuação do Estado, pois, segundo eles uma situação de “Pleno

Emprego” sustentada via gastos governamentais acarreta mudanças na estrutura social, principalmente no que diz respeito ao fortalecimento da classe trabalhadora.

Neste sentido, existe uma diferença entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, diferença esta relacionada ao nível de industrialização existente, ou seja, em economias desenvolvidas as preocupações estão voltadas a obtenção da plena utilização de sua capacidade produtiva ao passo que no subdesenvolvimento existe um problema de escassez de capital fato este que implica que a ocorrência de uma situação de “Pleno Emprego” só possa ser verificada em economias desenvolvidas. Para a existência de “Pleno Emprego” em economias subdesenvolvidas somente a elevação do nível de demanda efetiva não se mostra suficiente, é necessário também expandir o volume de capital a fim de absorver todo o contingente de trabalhadores existente (desemprego estrutural). Caso contrário, esta absorção de mão de obra será observada em ocupações muito precárias.

Considerando o caso específico brasileiro, podemos observar uma característica peculiar. O desemprego estrutural é resultante do próprio processo de formação histórica ocorrida, marcada pelo escravismo, pela onda de imigração europeia quando da transição para o trabalho assalariado, pela ineficiência da regulação pública no que diz respeito ao mercado de trabalho e também pela rápida transição populacional entre o campo e a cidade no período em que se pode observar uma “industrialização pesada”. Como vimos, a recente dinâmica observada na economia brasileira provocou uma inflexão importante. Após décadas marcadas por uma estagnação econômica seguidas pela desregulamentação e abertura econômica indiscriminada, o Brasil experimentou um ciclo de crescimento vigoroso; ainda que não tenham sido feitas rupturas estruturais pode-se observar importantes mudanças no que diz respeito a inclusão social da população mais vulnerável, recomposição dos quadros da gestão pública e de setores da proteção social, fato este que contribuiu efetivamente para uma melhora no que tange o mercado de trabalho.

Dado que esta nova dinâmica observada não esteve atrelada uma reversão estrutural, boa parte dessa melhora fora obtida sem a adoção de um novo e efetivo plano de desenvolvimento econômico – a não ser em um sentido bastante restrito – dessa forma, como os dados evidenciaram no Capítulo 3, o perfil das ocupações geradas mostrou-se avesso a uma absorção de mão de obra na indústria e em segmentos correlatos. Boa parte do potencial de adensamento do mercado interno via expansão do consumo das famílias foi canalizado para as importações, em detrimento da produção

interna, o que se relaciona a manutenção do “tripé macroeconômico” e da desregulamentação financeira e comercial observada na década de 1990.

Para além desses aspectos, a existência de uma gestão econômica em nível federal passou a enfrentar, mais precisamente a partir de 2013, uma crescente resistência às suas estratégias; parte desta resistência pode ser explicada pelo ambiente externo menos favorável iniciado no período. No entanto, uma outra explicação bastante pertinente estaria ligada a crescente oposição política à linha de ação do governo vigente, ficando evidente a subdivisão de classes sociais, seja no tocante ao papel ativo dos investimentos públicos, seja em relação ao enfrentamento do setor financeiro ou até mesmo por conta da correlação de forças que se desenhou a partir da inédita experiência de redução continuada da taxa de desemprego aberto e dos subsídios ao consumo popular – tal como sugerido por Kalecki (1943 [1990]).

A retração observada na taxa de investimento privado se fez acompanhar de uma violenta reversão, a partir de 2014, das condições anteriormente vigentes no mercado de trabalho brasileiro, tanto pela concentração da própria dinâmica do volume de gastos autônomos, quanto pela rápida decomposição da frágil estrutura de postos de trabalho, precariamente apoiada em fluxos de renda obtida apenas indiretamente com respeito ao núcleo de acumulação de capital.

Por fim, como resultado deste estudo, aborta-se rapidamente a peculiar experiência brasileira de aproximação a uma situação de “Pleno Emprego”.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, E.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G.; BARROS, R.; MENDONÇA, R. A Natureza e o Funcionamento do Mercado de Trabalho Brasileiro desde 1980. *Texto para discussão nº353*, IPEA, outubro, 1994.
- BALTAR, P. E. Política Econômica, emprego e política de emprego no Brasil, *Estudos Avançados*, vol. 28, nº 81, São Paulo, USP, pp. 95-114, 2014.
- BALTAR, P. E.; KREIN, J. D. A retomada do desenvolvimento e a regulação do Mercado do trabalho no Brasil, *Caderno CRH*, vol. 26, nº.68, Salvador, BA, maio/ago, 2013.
- BALTAR, P. E. *et alii*. Evolução do mercado de trabalho e significado da recuperação do emprego formal nos anos recentes. In: DEDECCA, C. S. e PRONI, M. W. (Orgs.). *Políticas Públicas e Trabalho: Textos para Estudo Dirigido*. Campinas, SP: IE-Unicamp. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego. cap. 2, p. 29-51. 2006.
- BALTAR, P. E.; KREIN, D. – A Retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado do Trabalho no Brasil. *Caderno CRH*, Salvador, v.26, n.68, p.273-292, maio/agosto, 2013.
- BALTAR, P. E; Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M. et al. (Orgs.). *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília-DF: IPEA, 2014.
- BALTAR, P. E; Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. *Economia e Sociedade*, (6): 75-111, Campinas, SP, junho 1996.
- BALTAR, P. E; LEONI, E. O Mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000. *Carta Social e do Trabalho*. Campinas: CESIT. UNICAMP, nº19, Jul-Set 2012.
- BALTAR, P. E; LEONI, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, vol. 29, nº 85, Campinas: CESIT. UNICAMP, 2015.
- BALTAR, P.E *et alii* - Moving towards Decent Work. Labour in the Lula government: reflections on recent Brazilian experience Disponível em: http://www.global-labour-university.org/fileadmin/GLU_Working_Papers/GLU_WP-No.9.pdf. 2010.
- BALTAR, P.E O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. *Tese de Livre Docência – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas*, Campinas, SP, 2003.
- CAMARGO, J. M.; REIS, M. C. Desemprego: O Custo da Desinformação, *RBE, Rio de Janeiro* 59(3):381-425 JUL/SET, 2005.
- CARDIM DE CARVALHO. “Da síntese neoclássica à redescoberta de Keynes”. *Análise Econômica*, Vol. 6, No. 9, pp. 03-21, 1988.
- CARNEIRO, R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE – Unicamp, 2002.
- CARNEIRO, R. Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. In CARNEIRO, R; BALTAR, P; E SARTI, F; Para além da política econômica São Paulo: Editora UNESP DIGITAL, 2018..
- CHAHAD, J. P. Z. Estabilização e desemprego em tempo de mudança: realidade e desafios no caso brasileiro. *Texto elaborado para a revista Indicadores Econômicos FEE*, da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, referente ao segundo trimestre de 1998.
- DATHEIN, R; Teorias Econômicas e Políticas contra o Desemprego. *Pesquisa & Debate*, São Paulo/SP, 16(1):121-153, 2005.

- DEDECCA, C. S. Notas Sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 25, n. 1 (97), pp. 94-111, janeiro-março, 2005.
- DEDECCA, C. S; LOPREATO, F. L. C. Brasil: perspectivas do crescimento e desafios do mercado de trabalho. *Texto para Discussão n 225*. IE/UNICAMP, Campinas, dez. 2013.
- DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos anos 2000*. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, São Paulo, 2012.
- FERRARI FILHO, F. Os “Keynesianos” Neoclássicos e os Pós-Keynesianos, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (12)2:340-348, 1991.
- FERRARI FILHO, F. “Keynesianos”, monetaristas, novos-clássicos e novos-keynesianos: uma crítica pós-keynesiana *Ensaio FEE*, Porto Alegre, (17)2:78-101, 1996.
- FERREIRA, A. N; Teoria Macroeconômica e Fundamentos Microeconômicos. *Tese de Doutorado UNICAMP*. Campinas, NOV/2003
- FERREIRA, A N, Desemprego e teoria macroeconômica, *Texto para Discussão n 231*. IE/UNICAMP, Campinas, maio, 2014.
- FONSECA, A. FAGNANI, E; *Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania*, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961. Capítulo indicado reimpresso em: BIELSCHOVSKY, R. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Vol. I. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HENRIQUE, W. O Capitalismo Selvagem: Um Estudo Sobre Desigualdade no Brasil. *Tese de Doutorado – Instituto de Economia*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.
- IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm>. Acesso em: 22 de maio de 2018
- IPEA. Considerações Sobre o Pleno Emprego no Brasil. *Comunicados do IPEA* n.135, Brasília, IPEA, fevereiro de 2012.
- KALECKI, M. -Social and Economic Aspects of Intermediate Regimes. -*Coexistence*, Vol. IV, No. 1, pp. 01-05. Tradução brasileira: Observações sobre Aspectos Sociais e Econômicos dos _Regimes Intermediários_. In: *Economias em Desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, [1967] 1987.
- KALECKI, M. -Theory of Economic Dynamics: *An Essay on Cyclical and Long-Run Changes in Capitalist Economy*. London: Allen and Unwin, 1954. Tradução brasileira: Teoria da Dinâmica Econômica. São Paulo: Nova Cultural, 1977.
- KALECKI, M. -Three Ways to Full Employment. In: -*The Economics of Full Employment*. Oxford: Basil Blackwell, 1944. Reprinted in: *Collected Works of Michal Kalecki*. Vol. I. New York: Oxford University Press, 1990.
- KALECKI, M. - La Diferencia Entre los Problemas Económicos Cruciales de las Economías Desarrolladas y las Economías Subdesarrolladas No-Socialistas. *Investigación Económica*, Vol. 42, No. 166 (octubre-diciembre 1983), pp. 63-70 *Published by: Facultad de Economía, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM)*. 1965.
- KALECKI, M. A Note on Long-Run Unemployment. *The Review of Economic Studies*, Vol. 18, No. 1, pp. 62-64, 1950/1951.
- KALECKI, M. Political Aspects of Full Employment. *The Political Quarterly*. Vol. 14, No. 4, pp. 322-330. 1943. Reprinted in: *Collected Works of Michal Kalecki*. Vol. I. New York: Oxford University Press, 1990.

- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1996 [1936]. (Os Economistas).
- KON, A. – Pleno Emprego no Brasil: Interpretando os Conceitos e Indicadores. *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, UFPR, v. 8, n. 2; v. 8, n. 2, p. 5-22, abr-jun. 2012.
- KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho dos anos 2000 *Cuadernos del Cendes*, Ano 32. N° 89 Mayo – Agosto, 2015.
- KREIN, J. D.; SANTOS, A. L.; MORETTO, A. Trabalho no Brasil: evolução recente e desafios *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.34, n.124, p.27-53, jan./jun. 2013.
- LEWIS, W.A. Economic Development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*. 1954.
- MACEDO E SILVA, A. C. Macroeconomia sem Equilíbrio. *Tese de Doutorado*. Campinas: IE-UNICAMP, 1994.
- MACHADO DA SILVA, L. A. A (Des)Organização do Trabalho no Brasil Urbano. *São Paulo em Perspectiva*, 4(3/4):2-5, jul-dez, 1990.
- MARX, K. O Capital: Crítica da Economia Política, v 2: O processo de Circulação do Capital. São Paulo, Nova Cultural, [1884] 1985.
- MATTEI, L. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003
- MEDEIROS, C. A. *Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira*. Brasília – DF, IPEA, 2015.
- MIGLIOLI, J. Acumulação de Capital e Demanda Efetiva. *Tese de livre docência*. Campinas. 1979
- NAPOLEONI, C; “*Smith, Ricardo e Marx*” *Considerações Sobre a História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978
- NASSIF, A. “Há evidências de desindustrialização no Brasil?”. *Revista de Economia Política*. v. 28, n. 1 (109), pp. 72-96, January-March, 2008.
- OIT. Brasil: Uma estratégia inovadora alavancada pela renda. *Escritório da Organização Internacional do Trabalho*, Instituto Internacional de Estudos do Trabalho. Genebra, 2011.
- OIT. *Décima Sexta Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho*, Genebra: OIT, 1998.
- OIT. *Guia sobre os novos indicadores de emprego dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*. Genebra: OIT, 2009.
- OIT. Trabalho decente e juventude - América Latina. Brasília: OIT Brasil, 2007.
- OIT/CIET. *Décima Terceira Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho*, Genebra: OIT/CIET., 1982.
- OREIRO, J. L.; MARCONI, N. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira, *Revista NECAT*, Ano 3, nº5 Jan-Jun, 2014.
- PAES DE BARROS, R.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. A Estrutura do Desemprego no Brasil. *Texto para Discussão nº478*, Brasília - DF, IPEA, fevereiro, 2012.
- PASTORE, J. Perspectivas e Problemas do Emprego no Brasil. *Trabalho apresentado no Seminário Brasil-Canadá: Desafios para a Criação de Empregos*, Brasília, 10 de março de 2005.

- POCHMANN, M.; Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 26, n. 2, p. 119-139, 1998.
- POSSAS, M. L.; Demanda Efetiva, Investimento e Dinâmica: A Atualidade de Kalecki para a Teoria Macroeconômica. *Revista Economia contemporânea*, 3(2): 17-46, Rio de Janeiro, jul./dez. 1999.
- PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. Santiago do Chile: CEPAL, 1949. Tradução brasileira: O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOVSKY, R. (org.). Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. Vol. I. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PRONI, M. W. - O Debate Sobre o Pleno Emprego no Brasil. *Revista Economia & Tecnologia*, Curitiba, UFPR, v. 8, n. 2, p. 23-50, abr-jun. 2012.
- PRONI, M. W. O paradoxo do pleno emprego no Brasil. *Revista da ABET*, v. 12, p. 98-118, 2013
- PRONI, M. W. Teorias do Desemprego: Um Guia de Estudos. *Texto para Discussão n. 256*. IE/Unicamp, Campinas, ago. 2015.
- RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Editora Nova Cultural. [1823] 1988.
- RUGISTSKY, F. Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: Uma leitura kaleckiana. In: BELLUZZO, L. G. M.; BASTOS, P. P. Z. (orgs.). *Austeridade para quem? balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff*. São Paulo : Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung BARBOSA, A. F. et alii; organização de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Paulo Zahluth Bastos – São Paulo : Carta Maior; Friedrich Ebert Stiftung, 2015. 352 p.
- SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho – Como entender a aparente contradição? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 115-125, agosto, 2014.
- SAWAYA, R. R. – Poder, Emprego e Política Econômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, v. 29, ed. 85, p. 105-119, dezembro. 2015.
- SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo?. *Texto para Discussão n° 021*, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- SICSÚ, J. Planejamento Estratégico do Desenvolvimento e as Políticas Macroeconômicas. *Texto Para Discussão n° 1346*, Brasília - DF, agosto de 2008.
- SINGER, A. (2015). Cutucando onças com varas curtas - O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos CEBRAP*. Edição 102, Vol. 34, N. 2.
- SMITH, A. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, [1776] 1988. v. I-II. (Os Economistas).
- SOUZA, P. R. C; A Determinação dos Salários e do Emprego nas Economias Atrasadas. *Tese de Doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1980.
- TAVARES, M. C.; SOUZA, P. R. Emprego e Salários na Indústria – O Caso Brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 1, n. 1, Janeiro-março, 1981.
- TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. (2012). As políticas econômicas em Keynes: reflexões para a economia brasileira no período 1995-2011. *Artigo apresentado no 40º Encontro Nacional de Economia / ANPEC*. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i1-d438465bfaa8b2ce2f08060bb4eaa4ae.pdf>. Acesso em 26/02/2018>. Acesso em: Maio. 2018.
- TROYANO, A. A trajetória de uma pesquisa: avanços e obstáculos. *São Paulo em Perspectiva*, 4(3/4): 69-74, julho a dezembro 1990.